



**GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO ESPORTE
AUTORIDADE DE GOVERNANÇA DO LEGADO OLÍMPICO**

RELATÓRIO DE GESTÃO

EXERCÍCIO 2017

**RIO DE JANEIRO - RJ
2018**



**GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO ESPORTE
AUTORIDADE DE GOVERNANÇA DO LEGADO OLÍMPICO**

RELATÓRIO DE GESTÃO

Relatório de Gestão do exercício de 2017, apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Prestadora de Contas está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63, de 1º/09/2010; da Decisão Normativa TCU nº 161, de 19/10/2017; Decisão Normativa TCU nº 163, de 06/12/2017; Portaria TCU nº 65, de 28/02/2018; e da Portaria nº 500, de 08/03/2016, do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União.

Unidades Consolidadas

Diretoria Executiva (DEX)
Diretoria de Gestão Interna (DGI)
Diretoria de Infraestrutura (DIN)
Diretoria de Marketing (DMKT)
Diretoria de Relações Institucionais (DRI)

**RIO DE JANEIRO – RJ
2018**

LISTA DE SIGLAS

AGLO	Autoridade de Governança do Legado Olímpico
APO	Autoridade Pública Olímpica
ASCOM	Assessoria de Comunicação do ME
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CCFEX	Centro de Capacitação Física do Exército
CPPI	Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República
CmdoEB	Comando do Exército Brasileiro
COB	Comitê Olímpico Brasileiro
COT	Centro Olímpico de Treinamento
CPB	Comitê Paralímpico Brasileiro
EB	Exército Brasileiro
DATF	Documento de Autorização Temporária de Funcionamento
DIN	Diretoria de Infraestrutura
GT	Grupo de Trabalho
MPV	Medida Provisória
NC	Não Conformidade
SPPI	Secretaria de Projetos do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República
PCRJ	Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro
POB	Parque Olímpico da Barra
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
RioUrbe	Empresa Municipal de Urbanização
RTN	Rede Nacional de Treinamento
PPP	Parceria Público Privada
SPPI	Secretaria do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República
SPU	Secretaria de Patrimônio da União

LISTA DE TABELAS, QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS

- 2.5.1. Informações Sobre área ou Subunidades Estratégicas
- 2.6. Macroprocessos Finalísticos
- 3.3.1 Gráfico de Nível de Interação de Processo
- 3.4. Estrutura Analítica do Projeto (EAP)
- 3.4. Quadro resumo da EAP
- 3.4. Controle de Metas
- 3.4.1. Matriz SWOT e Modelo de Negócios
- 3.4.2. Modelo de Negócio Canvas
- 3.5.1. Restos a pagar inscritos no exercício
- 3.5.2. Quadro de Despesas por Modalidade de contratação
- 3.5.2. Quadro de Despesas por Grupo e Elemento de Despesa
- 3.5.2. Quadro de Contratos de Prestação de Serviço
- 3.6.2. Figuras de Resumos de Relatórios Estatísticos de Acompanhamento das soluções/correções das obras das instalações olímpicas
- 3.6.2. Levantamento de custo para correções de anomalias das obras
- 3.6.3. Indicadores de performances
- 3.7. Indicadores de desempenho
- 5.1. Força de Trabalho da Unidade Prestadora de Contas - UPC
- 5.1. Distribuição da lotação efetiva
- 5.1. Detalhamento da Estrutura de Cargos em comissão e Funções Gratificadas da UPC
- 5.1. Rotatividade de pessoal em 2017
- 5.2.1. Gestão do Patrimônio Imobiliário da União
- 5.2.1. Manutenção das instalações do Parque Olímpico da Barra
- 5.2.1. Eventos realizados com autorização de uso da arenas esportivas
- 5.3. Sistemas de informação
- 5.3. Força de trabalho de TI na AGLO
- 8.1. Deliberações TCU pendentes de cumprimento

LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES

- Demonstrações Contábeis e Nota Explicativa

Sumário

LISTA DE SIGLAS	3
LISTA DE TABELAS, QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS	4
LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES	5
1. APRESENTAÇÃO.....	8
2. VISÃO GERAL.....	10
2.1. Finalidades e Competências.....	10
2.2. Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da Entidade	12
2.3. Breve histórico da entidade	13
2.4. Ambiente de atuação	13
2.5. Organograma.....	17
2.5.1 Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas.....	17
2.6. Macroprocessos Finalísticos	20
3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS	22
3.1 Resultados da gestão e dos objetivos estratégicos	30
3.1.1. Descrição sintética dos objetivos específicos	30
3.2. Informações sobre a gestão	32
3.2.1 Escopo da atuação	32
3.3 Planejamento Organizacional	33
3.3.1 Estágio de Implementação do Planejamento Estratégico.....	33
3.4 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos	33
3.4.1. Matriz SWOT e Modelo de Negócio	37
3.4.2. Modelo de Negócio Canvas.....	38
3.5. Desempenho Orçamentário	38
3.5.1. Restos a pagar inscritos no exercício	38
3.5.2. Informação sobre a Execução das Despesas.....	39
3.6. Desempenho Operacional	42
3.6.1. Superintendência de Concessão	43
3.6.2. Ações Relacionadas à Infraestrutura das Arenas do Parque Olímpico da Barra	44
3.6.3. Ações de Marketing.....	50
3.6.4. Ação de Relações Institucionais	58
3.7 Apresentação e análise de indicadores de desempenho.....	63
4. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS.....	66
4.1. Descrição das estruturas de governança.....	66
4.2. Atuação da unidade de auditoria interna	66
4.3. Gestão de Riscos e controles Internos.....	68

5.	ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO.....	69
5.1.	Gestão de Pessoas.....	69
5.1.1.	Estrutura de pessoal da unidade.....	69
5.1.2.	Demonstrativo das despesas com pessoal	72
5.2.	Gestão de Patrimônio e Infraestrutura.....	72
5.2.1.	Gestão do patrimônio imobiliário da União	73
5.3.	Gestão de Tecnologia da Informação.....	81
5.3.1.	Relação de Contratações de Tecnologia da Informação	85
5.3.2.	Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI).....	85
6.	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	88
6.1.	Canais de acesso do cidadão	88
6.2.	Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da Unidade ..	88
7.	DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	90
7.1.	Desempenho Financeiro no exercício.....	90
7.2.	Demonstrações contábeis e notas explicativas elaboradas de acordo com legislação específica.....	90
8.	CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE.....	91
8.1.	Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento.....	91
8.2.	Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno	91

1. APRESENTAÇÃO

Este Relatório de Gestão Consolidado do Departamento Executivo da AGLO integra o processo de prestação de contas anual de 2017, apresentando informações sobre o seu desempenho no exercício de referência, com detalhamento das estratégias de atuação adotadas, das atividades desenvolvidas e dos resultados atingidos. São apresentados os resultados dos primeiros meses de atuação da autarquia, os pontos de atendimento do Programa Temático do Plano Plurianual (PPA), assim como outras ações da instituição para efetivo cumprimento de sua missão institucional.

O documento foi elaborado em consonância com a Instrução Normativa TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010, a Decisão Normativa TCU nº 161, de 1º de novembro de 2017, a Decisão Normativa TCU nº 163, de 6 de dezembro de 2017 e pela Portaria nº 65 TCU, de 28 de fevereiro de 2018.

Fazem parte deste Relatório informações da Diretoria Executiva (DEX); da Diretoria de Gestão Interna (DGI); da Diretoria de Infraestrutura (DIN); da Diretoria de Marketing (DMKT) e da Diretoria de Relações Institucionais (DRI) da AGLO.

No ano de 2017, a Autarquia trouxe como objetivos basilares a criação e a estruturação da nova organização, o desenvolvimento de seu planejamento estratégico, tático e operacional para a manutenção e desenvolvimento sustentáveis do legado olímpico dos Jogos Rio 2016 e, ainda, o de viabilizar a adequação, a manutenção e a utilização das instalações esportivas olímpicas e paraolímpicas destinadas às atividades de alto rendimento ou a outras manifestações desportivas de que trata o art. 3º da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, constantes da Matriz de Responsabilidades dos Jogos Rio 2016.

Inúmeros desafios se impuseram à AGLO na execução de seus objetivos. Não obstante os desafios enfrentados na estruturação inicial de uma autarquia, outros como pendências burocráticas e de infraestrutura da época dos Jogos, a situação econômica do país, o consequente corte do orçamento federal e até incidentes com balões, impactaram a efetivação dos trabalhos. Entretanto, com as ferramentas disponíveis, a AGLO emvidou esforços para que os cenários adversos não fossem determinantes e nossos objetivos e metas fossem fielmente alcançados.

Desta forma a AGLO conseguiu avançar no atendimento de grande parte das metas e objetivos estabelecidos para o período como: a estreia de todas as instalações olímpicas, a regularização das licenças operacionais, a contratação dos serviços básicos principais, a ativação de projetos sociais e treinamentos de alto rendimento, além da realização de dezenas de eventos esportivos e não esportivos ao longo de 2017.

Além disso, realizamos certas intervenções de engenharia nas áreas sob a gestão da AGLO, visando a sua manutenção, a adequação das estruturas ao “Modo Legado” e a implementação do plano de utilização de forma a permitir a operação plena das instalações olímpicas.

As ações empreendidas em parceria com o Ministério do Esporte foram fundamentais para que o plano do legado olímpico pudesse atender às expectativas demandadas pela sociedade brasileira.

Importante ressaltar que logo após a criação da AGLO, foi apresentado ao TCU, em 8 de maio de 2017, o Plano de Contingência do Legado Olímpico, com o objetivo de detalhar as ações e encaminhamentos realizados pela AGLO, ante as inúmeras dificuldades após os Jogos Rio 2016.

Em seguida foi elaborado o Plano de Legado, documento que abarcou o planejamento de cada diretoria da autarquia e a primeira versão do Planejamento Estratégico da AGLO, com foco na definição das atividades setoriais, na estruturação da equipe operacional e no planejamento detalhado das metas e ações a serem atingidas.

2. VISÃO GERAL

2.1. Finalidade e Competências

A Medida Provisória 771, de 29 de março de 2017, convertida na Lei 13.474, de 23 de agosto de 2017 define as seguintes competências da autarquia:

I – Viabilizar a adequação, a manutenção e a utilização das instalações esportivas olímpicas e paraolímpicas destinadas às atividades de alto rendimento ou a outras manifestações desportivas de que trata o art. 3º da Lei no 9.615, de 24 de março de 1998, constantes da Matriz de Responsabilidades dos Jogos Rio 2016;

II - Administrar as instalações olímpicas e promover estudos que proporcionem subsídios para a adoção de modelo de gestão sustentável sob os aspectos econômico, social e ambiental;

III - Estabelecer parcerias com a iniciativa privada para a execução de empreendimentos de infraestrutura destinados à melhoria e à exploração da utilização das instalações esportivas, aprovadas previamente pelo Ministério do Esporte;

IV - Elaborar o plano de utilização das instalações olímpicas e paraolímpicas, sujeito à supervisão e à aprovação do Ministério do Esporte;

V - Definir as contrapartidas onerosas em razão da utilização das instalações do legado olímpico;

VI - Incentivar, na forma de regulamento, inclusive com isenção ou redução das contrapartidas, as atividades de alto rendimento ou outras manifestações desportivas de que trata o art. 3º da Lei no 9.615, de 24 de março de 1998, constantes da Matriz de Responsabilidades dos Jogos Rio 2016, a partir da autorização de utilização dos bens do legado;

VII - Adotar perante os órgãos competentes medidas necessárias para o exaurimento das obrigações do consórcio Autoridade Pública Olímpica, no que tange às obrigações pendentes de cumprimento que interfiram no exercício da competência da autarquia; e

VIII - Divulgar as atualizações do Plano de Legado das Instalações Olímpicas para atender às políticas públicas que sejam desenvolvidas pela autarquia e pelo Ministério do Esporte.

A AGLO tem a seguinte estrutura organizacional:

I - Órgão de assistência direta e imediata ao Presidente da AGLO:

a) Gabinete;

b) Diretoria Executiva;

II - Órgãos seccionais:

- a) Procuradoria Federal; e
- b) Diretoria de Gestão Interna.

III - Órgãos específicos singulares:

- a) Diretoria de Infraestrutura;
- b) Diretoria de Marketing;
- c) Diretoria de Relações Institucionais;

Principais Cargos e Funções

Diretor Executivo – responsável por aconselhar o Presidente e gerir a organização. Dirigir, planejar, organizar e controlar as atividades de diversas áreas da AGLO, fixando procedimentos de gestão dos recursos e processos. Desenvolve planejamento estratégico, identifica oportunidades, avalia a viabilidade e faz recomendações sobre novos investimentos ou desenvolvimento de novos negócios. Responsável por desenvolver a organização e gestão dos diversos setores no atendimento dos objetivos e metas delineadas.

Superintende de Concessões Administrativas – O objetivo desta superintendência é buscar um método sustentável de gestão das instalações olímpicas para o período após a extinção da AGLO, previsto para o segundo semestre de 2019. Este terá como escopo de atuação realizar interface junto à Secretaria do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República e ao BNDES, entidade responsável por apoiar por meio de recursos técnicos o desenvolvimento do estudo de viabilidade técnico-econômica das instalações para definição e atingimento do método sustentável. Esta superintendência atua também junto à Prefeitura do Rio de Janeiro e concessionárias.

Diretor de Marketing – Responsável pela elaboração do planejamento estratégico mercadológico da AGLO, criação de canais de comunicação, desenvolvimento do manual de marca e gerenciamento de eventos, com enfoque na geração de uma imagem institucional positiva, acompanhamento evolução do mercado e identificação de fontes de receita por meio de exploração publicitária.

Diretor de Relações Institucionais – Responsável por garantir a prospecção, negociação, fechamento e retenção de clientes, trazer competitividade a organização, incremento de receita e desenvolvimento de novas fontes de receita, desenvolver o planejamento comercial e garantir o seu atingimento por meio de metas e indicadores.

Diretor de Gestão Interna – Responsável pela direção, coordenação das atividades de gestão interna da autarquia. Possui como competência coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas com os sistemas federais de planejamento, de orçamento, de administração financeira, de contabilidade, de custos, de administração dos recursos de informação e informática, de organização e inovação institucional, de recursos humanos, de serviços gerais, de arquivo e com a gestão do conhecimento; ordenação de despesas, contabilidade, contratos, convênios e praticar atos de gestão da autarquia; Realizar o inventário dos bens da AGLO e todos os atos relativos à operação e controle patrimonial, inclusive dos bens esportivos e não esportivos; praticar todos os atos necessários à execução da receita e da despesa e exercer a gestão patrimonial e delegar poderes a diretores e servidores para autorização de despesas, estabelecendo limites e condições.

Diretor de Infraestrutura – Garantir a operação e manutenção das instalações olímpicas dentro dos padrões de qualidade, produtividade, prazos e custos estabelecidos. Gerenciar projetos de engenharia, envolvendo o estudo das necessidades técnicas e desenvolvimento de especificações, desenhos, procedimentos e recursos necessários para possibilitar a construção, montagem e manutenção de instalações, equipamentos e máquinas.

2.2. Normas e Regulamento de Criação, Alteração e Funcionamento da Entidade

A Medida Provisória 771, de 29 de março de 2017, transformou a Autoridade Pública Olímpica - APO, criada pela Lei nº 12.396, de 21 de março de 2011, em autarquia federal temporária, denominada Autoridade de Governança do Legado Olímpico – AGLO, dotada de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, vinculada ao Ministério do Esporte. A MPV conferiu à autarquia temporária a responsabilidade de promover o legado olímpico e garantir sua disponibilidade para as futuras gerações, o qual será exposto pormenorizadamente neste Relatório, com a apresentação das atividades que vem sendo colocadas em prática com a obtenção de relevantes feitos.

Posteriormente, a Medida Provisória foi convertida na Lei nº 13.474 em 23 de agosto de 2017. Diante das competências da Autarquia, atribuiu-se a AGLO as obrigações previstas nas cláusulas do Termo de Cessão de Uso nº 39/2016-SPA, firmado entre o Município do Rio de Janeiro e a União, representada pelo Ministério do Esporte, especialmente o definido no caput da Cláusula Segunda e seu Parágrafo Primeiro, a saber:

“Cláusula Segunda (USO) – As áreas, instalações e equipamentos objeto da presente CESSÃO destinam-se à instituição de centros de treinamento, à realização de torneios, competições e eventos esportivos e demais atividades relativas ao desporto de rendimento, de

formação, de participação e educacional, nos termos do artigo 3º da Lei 9.615/98, bem como à realização de eventos sociais e culturais.

Parágrafo Primeiro: As partes, a fim de incentivar o uso das áreas e instalações ora cedidas e favorecer a sustentabilidade econômica desta CESSÃO, deverão colaborar entre si para encontrar melhores formas de se permitir o uso parcial ou total das instalações, a título oneroso ou gratuito, para entes públicos ou privados, inclusive que possuam a finalidade de exploração econômica. ”

2.3. Breve Histórico da Entidade

A AGLO tem sob sua competência as instalações esportivas que estão sob o domínio e também sob a posse da União. Inicialmente, as instalações esportivas do legado olímpico sob a esfera federal restringiram ao Complexo Esportivo de Deodoro, sob a jurisdição do Exército Brasileiro, por se tratar da área militar. Parte do parque Olímpico da Barra passou para a competência federal apenas em 23 de dezembro de 2016, quando foi firmado o Termo de Cessão de Uso nº 39//2016-SPA, entre a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e a União, representada pelo Ministério do Esporte.

Portanto, após a cessão, pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, das Arenas Cariocas 1 e 2, do Centro Olímpico de Tênis e do Velódromo Olímpico para o Ministério do Esporte, por meio do supracitado Termo de Cessão 39/2016, a criação de um órgão descentralizado se fez imperioso.

Nesse contexto, posteriormente, surge a autarquia temporária vinculada ao ME com objetivo empreender ações para manutenção do legado das instalações olímpicas de forma a gerir indiretamente o Complexo Esportivo de Deodoro, e de forma direta o Parque Olímpico da Barra.

Assim, coube a AGLO, especificamente, a gestão das Arenas Cariocas 1 e 2, do Velódromo e do Centro Olímpico de Tênis.

Nessa premissa, no exercício de suas competências legais, a AGLO vem realizando ações de benfeitorias do Parque Olímpico da Barra, relatadas a seguir.

2.4. Ambiente de Atuação

À Autoridade de governança do Legado Olímpico, em suma, foram atribuídas competências de autorizar o uso das instalações do legado olímpico que estejam sob sua posse ou domínio da União’ (art 1º, V e art. 11, *caput*, e § 3º da Lei nº 13.474/2017), para viabilizar a adequação, a manutenção e a utilização das instalações esportivas olímpicas e paraolímpicas destinadas às

atividades de alto rendimento ou a outras manifestações desportivas de que trata o art. 3º da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998 (art. 1º, inc. I); para administrar as instalações olímpicas e promover estudos que proporcionem subsídios para a adoção de modelo de gestão sustentável sob os aspectos econômicos, social e ambiental” (art. 1º, inciso II); e até mesmo, para atuar como poder concedente, numa futura concessão, na medida em que lhe cabe firmar “parcerias com iniciativa privada para a execução de empreendimentos de infraestrutura destinados à melhoria e à exploração da utilização das instalações esportivas, aprovadas previamente pelo Ministério do Esporte” (art. 1º, inciso III).

Todas essas competências são impactadas, direta ou indiretamente, pela falta de entrega da documentação técnica, pactuada no Termo de cessão nº 39/2016, inclusive como a falta da tomada de providências para correção das anomalias construtivas das obras das instalações olímpicas previstas na Matriz de Responsabilidades dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, elaborada pela Autoridade Pública Olímpica.

Em 14 de junho de 2017, a AGLO apresentou em audiência pública, o plano de legado das instalações olímpicas, que consiste no planejamento estratégico e operacional da autarquia e a versão final da Matriz de Responsabilidades dos Jogos Rio 2016, elaborada pela Autoridade Pública Olímpica.

A Autarquia atua diretamente na gestão das arenas relacionadas anteriormente e áreas adjacentes localizadas no Parque Olímpico da Barra, e ainda, indiretamente, na administração do Complexo Esportivo de Deodoro, por meio de uma gestão compartilhada com o Exército Brasileiro.

A estratégia adotada pela AGLO, para a ocupação de curto prazo das instalações, foi implementada se concentrando na prospecção na utilização inicial por produtores de eventos esportivos e não esportivos. A tática foi considerada como bem-sucedida à medida que, somente em 2017, foram realizados em torno de 50 eventos esportivos e não esportivos, e a procura para utilização das arenas vem crescendo significativamente.

No tocante à utilização das instalações olímpicas, tem-se buscado, além da captação de eventos a curto prazo, a ocupação perene de nossas áreas, razão pela qual iniciou-se em 2017 projeto específico para implantação de um Centro Olímpico de Treinamento, o qual tem como objetivo conceder espaços para o desenvolvimento de atividades esportivas e integradas a Rede Nacional de Treinamento criada pelo Ministério do Esporte.

No período foram realizadas reuniões e visitas técnicas com diversas confederações, federações e institutos, a fim de compreender as necessidades destas entidades, captar treinamentos de

alto rendimento e base e obter informações para a montagem do Centro Olímpico de Treinamento (COT).

Apesar do COT representar, pela nomenclatura, um espaço para treinamento de atletas de alto rendimento olímpico, devido à ampla dimensão das instalações olímpicas e a necessidade de atender crianças e cidadãos da região, a AGLO também prevê a oferta de projetos de esporte educacional e de participação.

Em etapa avançada está também as atividades de infraestrutura, seara em que se encontram grande parte de nossos obstáculos, tendo em vista a complexidade das questões e necessidades eminentemente técnicas nas áreas de engenharia e arquitetura, assim como as indissociáveis pendências e imprescindíveis interfaces com demais órgãos, como, por exemplo, o Corpo de Bombeiros Militar do Rio de Janeiro, RioUrbe e SUBPE/PCRJ, etc.

Nesta área, diversas providências já foram adotadas. Inicialmente pelo Ministério do Esporte, como a emissão do Laudo de Inspeção Predial (LIP) e, posteriormente, pela AGLO, a exemplo dos Relatórios de Acompanhamento, emitidos após visitas técnicas e elaboração do complexo termo de referência para contratação de serviços de manutenção, a estimativa de precificação de anomalias e a categorização dos vícios construtivos, além de inúmeras reuniões com órgãos e instituições afetos ao tema, mais detalhadas em item específico desse Relatório.

Outras ações para a ocupação das arenas sob nossa responsabilidade AGLO foram as reuniões entre a AGLO, a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e o Comitê Olímpico do Brasil – COB, com o propósito promover a ocupação inteligente das áreas do Parque Olímpico em sua totalidade, incluídas as áreas da PCRJ, de modo que a atuação conjunta entre os partícipes propicie uma otimização de recursos para que o desporto educacional, de participação, de rendimento e de formação sejam desenvolvidos de forma eficiente e harmoniosa no POB.

Importante destacar que as ações para adequação e manutenção das áreas do Parque Olímpico da Barra (POB) foram amplamente realizadas pela Autarquia, inclusive por meio de definição de contrapartidas onerosas, que estão detalhadas em tópico específico deste Relatório.

A ocupação do Parque Olímpico da Barra também vem sendo ampliada com o projeto “Esporte e Cidadania para Todos”, por intermédio da Secretaria Nacional de Esporte, Lazer e Inclusão Social do ME, com a participação da AGLO, a qual trouxe para as nossas instalações, 03 núcleos esportivos, que oferecem a crianças e adolescentes, diversas modalidades esportivas como: futebol, voleibol, basquete, judô, atletismo, dentre outras.

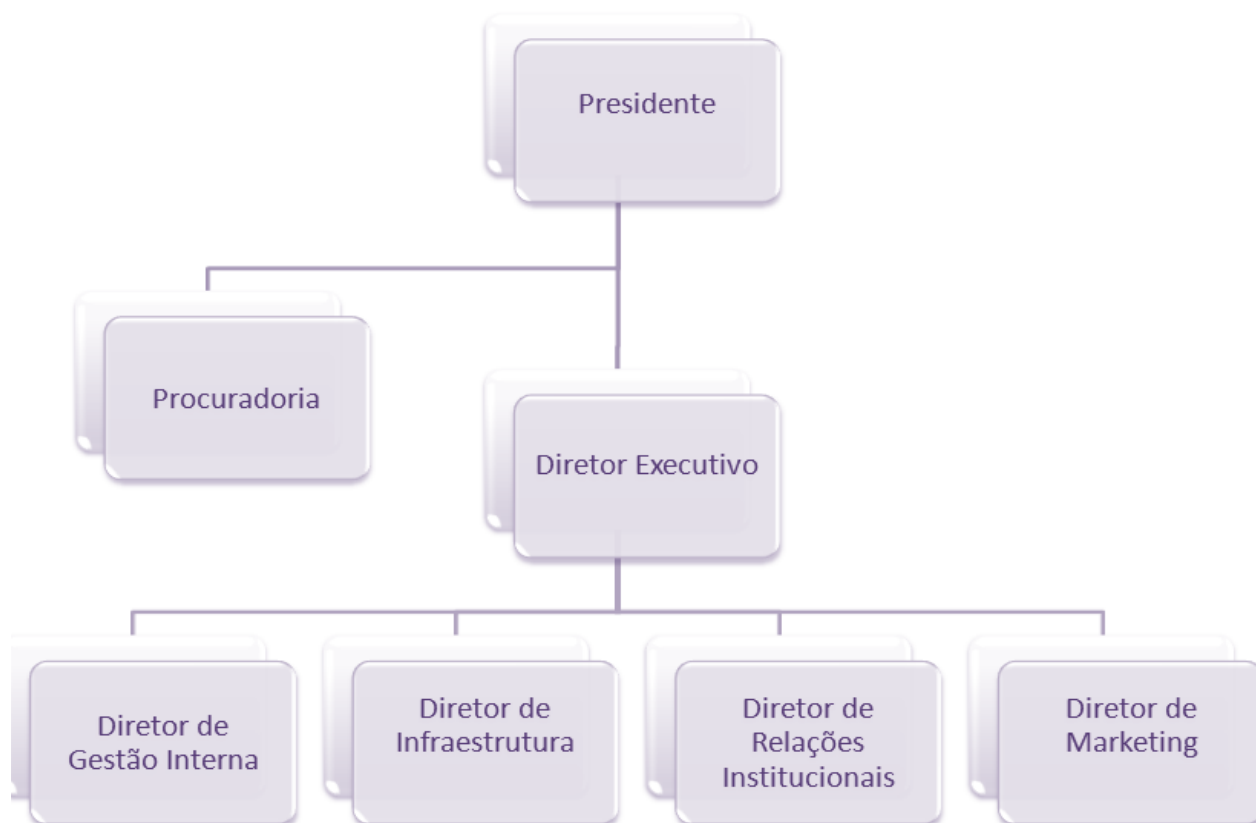
Ainda com vistas à ocupação de nossas instalações, logrou-se êxito em celebrar com diversos hotéis localizados em um raio de até 10 quilômetros do POB, um edital de credenciamento para hospedagem de atletas e membros de entidades e organizações esportivas, estabelecendo tarifas acessíveis para fomentar a participação de atletas de todo o Brasil e do exterior nos eventos realizados nas instalações do POB. O credenciamento propiciou um grande diferencial competitivo para a captação de eventos para a região a nível nacional, uma vez que o custo de acomodação surge como um dos principais fatores na escolha da cidade sede de grandes eventos.

Importante esclarecer, para que a AGLO propiciasse a utilização, manutenção e adequação das instalações olímpicas de forma isonômica, fizeram-se necessárias a implantação de procedimentos de precificação das arenas, considerando o estudo mercadológico, a média do valor de locação por natureza do evento, o preço do mercado e a estratégia de penetração. Concedendo, ainda, isenção da cobrança de contrapartidas onerosas, a exemplo dos eventos de interesse público e sem fins lucrativos, bem como a cobrança de valores intermediários e até de maior valor, quando se trata de eventos de grande porte.

Além da metodologia da precificação, foi implementado o procedimento e controle para as contrapartidas onerosas. Ambos os procedimentos se encontram consolidados e podem ser atualizados visando a sua melhoria e adequação ao mercado.

Dessa forma, temos avançado sobremaneira na gestão do legado olímpico e propiciado melhorias significativas no desenvolvimento esportivo, além de influenciar positivamente nas searas socioeconômica e social.

2.5 Organograma



2.5.1 Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Presidência	Presidir a autoridade pública olímpica – AGLO, a qual tem a responsabilidade de promover o legado olímpico e garantir sua disponibilidade para as futuras gerações, promovendo estudos que proporcionem subsídios para a adoção de modelo de gestão sustentável sob os aspectos econômico, social e ambiental	Paulo Márcio Dias Mello	Presidente	07/ABR/2017 a 31/DEZ/2017
Diretoria Executiva	Responsável por aconselhar o Presidente e gerir a organização. Dirigir, planejar, organizar e controlar as atividades de diversas áreas da AGLO, fixando	Pedro Paulo Ribeiro Gomes Sotomayor	Diretoria executiva	07/ABR/2017 a 31/DEZ/2017

	procedimentos de gestão dos recursos e processos. Desenvolve planejamento estratégico, identifica oportunidades, avalia a viabilidade e faz recomendações sobre novos investimentos ou desenvolvimento de novos negócios. Responsável por desenvolver a organização e gestão dos diversos setores no atendimento dos objetivos e metas delineadas. ▸			
Diretoria de Gestão Interna	Responsável pela direção, coordenação das atividades de gestão interna da autarquia. Possui como competência coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas com os sistemas federais de planejamento, de orçamento, de administração financeira, de contabilidade, de custos, de administração dos recursos de informação e informática, de organização e inovação institucional, de recursos humanos, de serviços gerais, de arquivo e com a gestão do conhecimento; ordenação de despesas, contabilidade, contratos, convênios e praticar atos de gestão da autarquia; Realizar o inventário dos bens da AGLO e todos os atos relativos à operação e controle patrimonial, inclusive dos bens esportivos e não esportivos; praticar todos os atos necessários à execução da receita e da despesa e exercer a gestão patrimonial e delegar poderes a diretores e servidores para autorização de despesas, estabelecendo limites e condições.	Sérgio Jean Tranjan Leonardo Maciel Gomes Machado	Diretor de gestão interna Diretor de gestão interna	30/MAI/2017 a 04/OUT/2017 05/OUT/2017 a 31/DEZ/2017
Diretoria de Relações Institucionais	Responsável por garantir a prospecção, negociação, fechamento e retenção de clientes, trazer competitividade a organização, incremento de receita e desenvolvimento de novas fontes de receita, desenvolver o planejamento comercial e garantir o seu atingimento por meio de metas e indicadores.	Bruno Feitosa Barboza	Diretor Técnico de Relações Institucionais	12/ABR/2017 a 31/DEZ/2017

<p>Diretoria de Infraestrutura</p>	<p>Garantir a operação e manutenção das instalações olímpicas dentro dos padrões de qualidade, produtividade, prazos e custos estabelecidos. Gerenciar projetos de engenharia, envolvendo o estudo das necessidades técnicas e desenvolvimento de especificações, desenhos, procedimentos e recursos necessários para possibilitar a construção, montagem e manutenção de instalações, equipamentos e máquinas.</p>	<p>Luciano Martins Tavares</p>	<p>Diretor Técnico de Infraestrutura</p>	<p>16/MAI/2017 a 31/DEZ/2017</p>
<p>Diretoria de Marketing</p>	<p>Responsável pela elaboração do planejamento estratégico mercadológico da AGLO, criação de canais de comunicação, desenvolvimento do manual de marca e gerenciamento de eventos, com enfoque na geração de uma imagem institucional positiva, acompanhamento evolução do mercado e identificação de fontes de receita por meio de exploração publicitária.</p>	<p>Alexandre Batista Cerruti</p>	<p>Diretor Técnico de Marketing</p>	<p>03/MAI/2017 a 31/DEZ/2017</p>

2.6. Macroprocessos Finalísticos

No ano de 2017, a AGLO trabalhou com os seguintes macroprocessos:

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Plano de Utilização	Adequar, manter e utilizar as instalações olímpicas da Barra e de Deodoro por meio uma programação perene de atividades contendo práticas esportivas e não-esportivas	*Plano de Legado 2017/2018; *Plano de Legado 2018/2019;	*ME/AGLO; *Investidores Nacionais e Internacionais; *Sociedade; *Usuários	*Diretoria Executiva
Utilização das Instalações	Tornar as instalações do legado em um Centro Olímpico de Treinamento e referência internacional para realização de eventos esportivos, culturais, turísticos e de negócios	*Contratação dos Serviços básicos; *Ocupação com Eventos; *Treinamento; *Projetos Esportivos AGLO.	*ME/AGLO; *Investidores Nacionais e Internacionais; *Sociedade; *Usuários	*Diretoria de Relações Institucionais; *Diretoria de Infraestrutura *Diretoria de Marketing
Manutenção das Instalações	Garantir a manutenção preventiva, corretiva e preditiva dos sistemas operacionais permitindo o funcionamento pleno das instalações	*Plano de Manutenção; *Plano de Operação; *Contratação Empresa de Manutenção; *Saneamento de Anomalias.	*ME/AGLO; *Investidores Nacionais e Internacionais; *Sociedade; *Usuários	*Diretoria de Infraestrutura
Adaptações das Instalações	Adaptar as instalações do modo jogos para modo legado	*Arena 01 *Arena 02; *Velódromo; *Centro de Tênis	*ME/AGLO; *Investidores Nacionais e Internacionais; *Sociedade; *Usuários	*Diretoria de Infraestrutura
Regular contrapartida e isenções	Definir procedimento de acompanhamento e controle de contrapartida e isenções de forma isonômica	*Decreto de Uso Publicado; *Definição de Procedimento Interno; *Publicação de Portaria	*ME/AGLO; *Investidores Nacionais e Internacionais; *Sociedade; *Usuários	*Diretoria de Gestão Interna; *Diretoria Executiva
Modelo Sustentável de Gestão	Promover estudos que proporcionem subsídios para a adoção de modelo de gestão sustentável sob os aspectos econômico, social e ambiental	*Deliberação do Conselho do PPI; *Termo de Cooperação Técnica entre BNDES/MPGD *Entrega dos Estudos de Viabilidade Técnica Econômica e Ambiental; *Decisão Modelagem; *Realização Leilão/Pregão.	*ME/AGLO; *Investidores Nacionais e Internacionais; *Sociedade; *Usuários	*Superintendência de Concessões Administrativas
Exaurir Obrigações da APO	Finalizar todas as obrigações e responsabilidades da APO	*Entrega Matriz de Responsabilidade; *Transferir responsabilidade do CNPJ p/ AGLO; *Envio da DIRF da APO p/ RF; *Encerramento e pgto dos contratos; *Regularizar o estoque;	*ME/AGLO; *Investidores Nacionais e Internacionais; *Sociedade; *Usuários	*Diretoria de Gestão Interna;

		*Devolução do Saldo Financeiro; *Fechamento CNPJ;		
Divulgar Atualizações	Submeter ao Ministério do Esporte relatórios periódicos sobre o desempenho das atividades desenvolvidas pela AGLO	*Elaboração de Relatórios Mensais	*ME/AGLO; *Investidores Nacionais e Internacionais; *Sociedade; *Usuários	*Diretoria Executiva

3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

O Programa Temático do Plano Plurianual (PPA) 2016-2019 intitulado Esporte, Cidadania e Desenvolvimento, código 2035, representa as agendas de execução das políticas do Ministério do Esporte e da Autoridade de Governança do Legado Olímpico - AGLO, e tem orientado a ação governamental relativa à temática “Esporte” desde o início de sua implementação em 2016. Essa característica é exclusiva do Programa 2035, não havendo atributos de outros que sejam pertinentes à execução da AGLO.

As realizações das Olimpíadas e Paraolimpíadas de 2016 no Rio de Janeiro tiveram como um dos principais pontos positivos, o investimento maciço na construção de centros de excelência esportiva como os Centros Olímpicos da Barra da Tijuca e de Deodoro. A construção das instalações olímpicas proporcionou ao país o privilégio de disponibilizar aos atletas infraestrutura adequada para treinamento.

Quanto ao PPA em vigor, a AGLO se enquadra no Programa: 2035 - Esporte, Cidadania e Desenvolvimento. Vinculados a esse programa destaca-se o seguinte objetivo:

Objetivo: 1132 - Preparar e realizar os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos – Rio 2016 e gerir o legado esportivo.

Ao final de dezembro de 2016, o Governo Federal, por meio do Ministério do Esporte, assumiu a gestão de 4 instalações do Parque Olímpico da Barra no Rio de Janeiro. Posteriormente, passo importante foi dado no que diz respeito ao legado dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, com a publicação da Medida Provisória 771, de 29 de março de 2017, que cria a Autoridade de Governança do Legado Olímpico (AGLO), por conseguinte, convertida na Lei nº 13.474, de 23 de agosto de 2017.

Atribuiu-se à AGLO a função de administrar o legado patrimonial deixado pelas Olimpíadas e Paraolimpíadas de 2016.

Para o objetivo do PPA citado anteriormente destacam-se as seguintes metas:

04I0 - Identificar, fomentar e desenvolver ações que contribuam para a geração do legado esportivo.

No tocante à utilização das instalações do POB sob a gestão da AGLO, tem-se buscado além da prospecção de eventos de curto prazo, a ocupação perene das áreas, razão pela qual, foi desenvolvido projeto específico para a implementação de um Centro Esportivo de Treinamento (CET), o qual tem como escopo conceder às entidades esportivas espaços para o desenvolvimento de suas atividades esportivas nas dependências da Arena Carioca 02.

Além disso, buscou-se incorporar ao Centro Esportivo de Treinamento a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), a qual possui Acordo de Cooperação Técnica celebrado com o ME para o desenvolvimento do Parque Olímpico da Barra. Ressalte-se que, por meio da assinatura do acordo, pode-se inferir que o trabalho harmônico entre ME e AGLO em prol do legado olímpico é uma realidade e condição prioritária nas gestões tanto do Órgão, quanto da Entidade.

Após inúmeras reuniões com a UERJ, o ME entendeu relevante o seu apoio nas áreas de medicina, fisioterapia e educação física. Entretanto, em razão de limitações de ambas as partes, e visando a otimização dos recursos disponíveis, priorizou-se inicialmente o projeto “Acompanhamento de Desenvolvimento Esportivo (ADE) ”, afeto à área de educação física, constante do programa “Atenção aos Legados Olímpicos (ALO) ”, desenvolvido pela Universidade especificamente para a AGLO. Em resumo, o ADE consiste na instalação de um laboratório de exames no centro de treinamento para uso pelos participantes dos projetos da AGLO e do ME.

No mesmo passo, foram realizados diversos encontros com dirigentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) para a realização de iniciativas conjuntas no Parque Olímpico voltadas para a saúde e educação. Nesse sentido, avançou-se nas tratativas com a Faculdade de Odontologia da citada Universidade para realização do projeto intitulado “Saúde Bucal no Esporte”, que consiste em atividades de extensão para promover a saúde bucal de crianças e adolescentes que praticam atividades esportivas no POB.

Ainda com a UFRJ, foram iniciados os primeiros passos para implantação de projeto de pós-graduação de capacitação esportiva em futebol. O projeto contará com a participação da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), e consiste na implementação de um núcleo de referência da atividade no

Parque Olímpico, com estrutura para aulas, palestras, seminários e laboratório para pesquisas relacionadas à modalidade.

Outras ações para a ocupação das áreas do POB se deram por meio de reuniões entre a AGLO, a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e o Comitê Olímpico do Brasil (COB). Estas reuniões visam a ocupação inteligente das áreas do Parque Olímpico em sua totalidade, incluídas as áreas da PCRJ, de modo que a atuação conjunta entre os partícipes propicie uma otimização de recursos para que o desporto educacional, de participação, de rendimento e de formação sejam desenvolvidos de forma harmoniosa no POB.

Vale ressaltar que a ocupação do Parque Olímpico da Barra também vem sendo ampliada com o projeto “Esporte e Cidadania para Todos”, por intermédio da Secretaria Nacional de Esporte, Lazer e Inclusão Social do ME, a qual trouxe para as instalações do POB 03 núcleos esportivos, os quais oferecem a crianças e adolescentes, diversas modalidades esportivas como o futebol, voleibol, basquete, judô, atletismo, dentre outras.

Ainda com vistas à ocupação do Parque Olímpico da Barra, logramos êxito em celebrar com diversos hotéis localizados em um raio de até 10 quilômetros do POB, edital de credenciamento para hospedagem de atletas e membros de entidades e organizações esportivas, com estabelecimento de tarifa alvo máxima para fomentar a ocupação das instalações. Nesse sentido, constatou-se que a vigência do edital beneficiou diretamente os atletas e membros, os quais se manifestam positivamente surpresos quando cientificados dos preços praticados, sinalizando maior viabilidade para realização de suas atividades.

05VG - Promoção de estudos que proporcionem subsídios para a adoção de modelo de gestão sustentável das instalações olímpicas.

No que se refere à competência para elaboração de estudos que propiciem subsídios para a adoção de modelo sustentável de gestão, preocupou-se o ME e a AGLO em dispor na estrutura organizacional da Autarquia superintendência voltada especialmente para essa atividade.

Em 2017, tendo como norte a busca por um modelo de gestão sustentável para tais instalações, o Ministério do Esporte deu andamento a ações de desenvolvimento e manutenção de tal legado olímpico, solicitando à Secretaria de Governo da Presidência da República a inclusão prioritária do Parque Olímpico da Barra no Programa de Parcerias de Investimento (PPI), e posteriormente

qualificação para deliberação do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República (CPPI).

A solicitação da Pasta foi feita em abril de 2017 à Secretaria Especial do PPI. Em agosto, a Prefeitura do Rio de Janeiro, responsável pelo terreno do Parque Olímpico, também encaminhou ofício afirmando que irá trabalhar em conjunto com o Ministério do Esporte para buscar a melhor solução para a gestão do legado deixado pelos Jogos de 2016.

Tal iniciativa, exitosa, levou o Conselho do Programa a se manifestar pela adoção de providências para viabilizar um acordo entre a União e o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para realização de estudos que subsidiem a tomada de decisão frente às instalações sob a gestão da AGLO.

O termo de referência do BNDES para a contratação de serviços técnicos, necessários para a estruturação do Projeto de Desestatização, foi elaborado em conjunto com o Ministério do Esporte, a Superintendência de Concessões Administrativas e o corpo jurídico da AGLO. A previsão de realização do pregão para contratação é março de 2018, com a assinatura de contrato em maio de 2018. Após assinatura do contrato, iniciar-se-ão os estudos de campo em interface com a Superintendência de Concessões, com previsão de término em dezembro de 2018, com a apresentação do melhor modelo para a União e lançamento do edital do Processo licitatório da Concessão do Empreendimento.

05VI - Coordenação de estratégias de manutenção e utilização das instalações esportivas olímpicas e paraolímpicas destinadas às atividades de alto rendimento ou a outras manifestações desportivas de que trata o art. 3º da Lei no 9.615, de 25 de março de 1998.

A adequação de nossas arenas também tem recebido grande atenção do corpo gestor da AGLO. As instalações olímpicas foram recebidas em seu denominado “Modo Jogos”, tendo a Autarquia absorvido a incumbência de adequá-las ao “Modo Legado”. Outra circunstância diz respeito ao recebimento das áreas com inúmeros vícios construtivos, cuja solução extrajudicial somente será possível com a presteza de todos os responsáveis.

Buscando o saneamento dos vícios de engenharia civil citados de maneira célere e proativa, em fevereiro de 2017, aproximadamente 2 meses após a assinatura do Termo de Cessão 139/2016 pelo Ministério do Esporte, este enviou Laudo de Inspeção Predial (LIP) detalhado à Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (PCRJ), informando a condição das arenas recebidas com enfoque nas “Não Conformidades (NC’s)”, as quais abarcavam aproximadamente 1.500 itens.

Em março de 2017, com a criação da Autoridade de Governança do Legado Olímpico, os trabalhos foram conduzidos junto à PCRJ para correção das NC's. Após resposta da PCRJ ao LIP no final de junho de 2017, foram realizadas reuniões semanais com o objetivo de ratificar responsabilidades, providenciar correções e definir prazos para as correções pendentes. Neste sentido, tornou-se sistematicamente monitorado o andamento dos trabalhos conjuntos.

No que tange às adequações diretas de arenas realizadas pela AGLO, há que se informar o seguinte:

- Arena Carioca 1: Instalação de piso flutuante para realização de eventos em quadra coberta e construção do escritório sede da AGLO.
- Arena Carioca 2: reposicionamento dos hidrantes do Field of Play (FOP) - beira do campo, alargamento de 05 portas de acesso ao FOP, instalação de eletrocalhas para a fiação elétrica ao redor de todo o FOP, instalação de dry wall no nível zero da arena, construção do Centro Esportivo de Treinamento (CET) - em andamento.
- Centro Olímpico de Tênis: construção de quadra com dimensões para realização de todas as modalidades esportivas de areia e estrutura para uso diurno e noturno, instalação de cercamento, e instalação de guarda-corpo.
- Velódromo: instalação de cercamento e construção da sala para o projeto “Visita Guiada do Parque Olímpico da Barra”.

Outra importante competência atribuída à Autarquia diz respeito à manutenção das instalações. Tal incumbência tem o fito de garantir que os bens legados pelos jogos sejam mantidos em condições de uso e disponibilizados para as futuras gerações de forma perpétua. Além disso, visa a medida valorizar os recursos investidos, em última instância, pela sociedade brasileira.

Neste diapasão, inúmeras foram as atividades da Autoridade de Governança do Legado Olímpico em prol da manutenção de suas áreas. Para melhor compreensão, seguem abaixo as atividades realizadas e suas respectivas áreas:

- Arena Carioca 1: recomposição de chaves e fechaduras e substituição das placas de concreto que guarnecem os dutos hidráulicos do sistema de água fria.
- Arena Carioca 2: recomposição de chaves e fechaduras; substituição das placas de concreto que guarnecem os dutos hidráulicos do sistema de água fria.
- Centro Olímpico de Tênis: recomposição de chaves e fechaduras, pintura da quadra principal e de 02 quadras externas, substituição e reposição de luminárias de

emergência, recuperação de forros do teto das salas e reposição de cabeamento de 03 subestações elétricas.

- Velódromo: recomposição de chaves e fechaduras, recuperação da cobertura temporária, recuperação da pista, limpeza da estrutura metálica, pintura do in field e revisão de todo o sistema de combate a incêndio.

Além das atividades descritas, recentemente houve êxito, por meio de processo licitatório, na contratação de empresa de manutenção predial, a qual, a partir de então ficará responsável pela manutenção as instalações continuamente.

05VJ - Busca de parcerias com a iniciativa privada pela execução de empreendimentos de infraestrutura destinados à melhoria e à exploração da utilização das instalações esportivas, aprovadas previamente pelo Ministério do Esporte.

A AGLO tem se empenhado em diversas frentes de trabalho para apoiar todas as manifestações esportivas por intermédio da gestão do legado olímpico. Buscou-se uma gestão de excelência e todos os feitos realizados até o momento favorecem sobremaneira o desenvolvimento das atividades de alto rendimento, bem como das demais manifestações esportivas.

Não somente o edital de credenciamento de hotéis e as inúmeras manutenções e adequações das instalações olímpicas realizadas até o momento impulsionam o esporte como um todo, mas, especialmente, também a metodologia de precificação estabelecida pela AGLO, com a redução e a isenção de contrapartidas para eventos esportivos com e sem fins lucrativos, respectivamente.

Ao elaborar a precificação para o uso das áreas sob gestão da AGLO, foi posto como objetivo favorecer o desporto nacional, minorando ou eximindo de cobrança, todos os eventos esportivos. Do contrário, haveria o risco de que as arenas se tornassem palco somente de eventos não esportivos ou de organizações com elevado poder econômico, elitizando, assim, o uso das instalações olímpicas.

É necessário salientar que a competência de definição de contrapartidas onerosas está diretamente relacionada às competências de utilização, manutenção e adequação das instalações, visto que, a grande maioria das atividades de manutenção e adequação realizadas até o momento se deram por meio de recursos em contrapartida auferidos com a ocupação das instalações.

Entende-se por contrapartidas, aquilo que pode ser utilizado pela autarquia como compensação pelo uso de suas áreas. Neste sentido, estão compreendidas a prestação de serviços não

contínuos e a aquisição de bens móveis e de materiais necessários a adequação, manutenção e utilização dos bens integrantes do legado olímpico sob gestão da AGLO.

Por meio do estabelecimento de contrapartidas onerosas a serem prestadas pelo uso das áreas, alcançaram-se créditos na ordem de R\$ 1,1 milhão de reais – detalhado no item 5.2 deste Relatório - ainda não utilizado integralmente. Entre os créditos utilizados, destacam-se os relativos aos reparos realizados no Velódromo por ocasião do sinistro de incêndio, a implantação da sala do projeto “Visita Guiada do Parque Olímpico da Barra”, a construção da quadra poliesportiva de areia, a estruturação do escritório sede da AGLO, dentre outros.

Neste contexto, cabe mencionar a assertividade do legislador quando da elaboração da Lei nº 13.474, de 23/08/2017, tendo em vista que a prerrogativa inusitada conferida à AGLO a utilização de contrapartidas onerosas em bens e serviços pelo uso de suas áreas propiciou à Autarquia, como dito anteriormente, promover intervenções de manutenção e de adequação dos espaços do POB. Vale mencionar, também, que para o estabelecimento de contrapartidas onerosas, implementou-se procedimento próprio de precificação das áreas sob gestão da AGLO, com vistas a propiciá-la da forma mais eficaz e efetiva, ao mesmo passo em que trouxesse segurança jurídica às partes envolvidas, consoante os princípios da administração pública.

Para que a utilização das áreas ocorresse segundo as premissas da AGLO, foi considerado inicialmente como um dos parâmetros para a precificação, a Portaria nº 01, de 03 janeiro de 2014, da Secretaria de Patrimônio da União (SPU) (DOU de 07/01/2014, nº 4, Seção 1, pág. 35), tendo em vista serem as áreas do Parque Olímpico, após a lavratura do Termo de Cessão de Uso nº 139/2017, de território sob posse da União.

Não obstante o primeiro parâmetro adotado, necessitou-se de outros que atendessem aos objetivos da Autarquia em harmonia com o sistema de desporto pátrio, o desenvolvimento esportivo em todas as suas manifestações e ainda utilizá-lo como ferramenta de inclusão social e desenvolvimento humano. Para tanto, a precificação das áreas foi subdividida segundo as espécies de atividades a serem realizadas.

Além da isonomia, buscou-se também priorizar as atividades consideradas de maior relevância ao interesse público, razão pela qual, a precificação para estas atividades foi reduzida, incluídas neste espectro as esportivas, sendo possível até mesmo isentá-las de cobrança segundo critérios objetivos. Por fim, foi definida precificação majorada para as atividades não esportivas e grandes eventos.

Importante frisar que tais parâmetros empregados servem de lastro para a tomada de decisão. Porém, podem necessitar de aperfeiçoamento e adaptações, tendo em vista contingências mercadológicas, bem como circunstâncias sócio-político-econômicas e culturais. Essas devem ser levadas em consideração quando da decisão de se evitar o desuso das instalações olímpicas legadas, e, por conseguinte, de mantê-las, de adequá-las ao modo legado e de auxiliar no desenvolvimento do esporte nacional.

Também cabe citar a parceria entre os três níveis de governo e a iniciativa privada, anunciada no dia 24 de setembro, com o objetivo de alavancar o turismo e recuperar a economia carioca. O programa “Rio de Janeiro à Janeiro”, lançado na Arena Carioca 1 do Parque Olímpico da Barra – transformado em Game Arena durante o festival Rock in Rio –, teve a participação de diversos ministérios, inclusive do Esporte, do Governo Estadual e da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Eles integram o projeto que reúne mais de 100 eventos culturais e esportivos avalizados pela Fundação Getúlio Vargas para manter a agenda repleta de atrações durante o ano inteiro.

O legado olímpico está presente nos cerca de 30 eventos indicados pelo Ministério do Esporte para fazer parte do “Rio de Janeiro à Janeiro” – todos estão previstos para o Parque Olímpico da Barra.

3.1 Resultados da Gestão e dos Objetivos Estratégicos

3.1.1. Descrição Sintética dos Objetivos Específicos

Objetivos traçados

Para 2017 foram traçados os seguintes objetivos:

1) A curto prazo, definiu-se:

- ✓ Elaborar o plano de utilização das instalações olímpicas e paraolímpicas, sujeito à supervisão e à aprovação do Ministério do Esporte;
- ✓ Viabilizar a adequação, a manutenção e a utilização das instalações esportivas olímpicas e paraolímpicas destinadas às atividades de alto rendimento ou a outras manifestações desportivas de que trata o art. 3º da Lei no 9.615, de 24 de março de 1998, constantes da matriz de responsabilidade dos Jogos Rio 2016;
- ✓ Estabelecer parcerias com a iniciativa privada para a execução de empreendimentos de infraestrutura destinados à melhoria e à exploração a utilização das instalações esportivas, aprovadas previamente pelo Ministério do Esporte;

2) A Médio Prazo

- ✓ Administrar as instalações olímpicas e promover estudos que proporcionem subsídios para a adoção de modelo de gestão sustentável sob os aspectos econômico, social e ambiental.

Metas específicas

Para o exercício de 2017 foram delineadas as seguintes Metas vinculadas ao Plano Plurianual, cujo cumprimento está pormenorizado neste Relatório:

1) Estreia das instalações:

- Centro de Tênis - fevereiro de 2017
- Velódromo - maio de 2017
- Arena 1 - junho de 2017
- Arena 2 - julho de 2017

2) Regularização de licenças operacionais:

- Centro de Tênis - maio de 2017
- Velódromo - maio de 2017
- Arena 1 - junho de 2017
- Arena 2 - julho de 2017

3) Ativação de projetos comunitários e educacionais:

- Início da execução dos PROFER (Programa de Formação em Esporte de Rendimento) - dezembro de 2017
Fase 1 (piloto): basquetebol, handebol e voleibol - dezembro de 2017
Fase 2 (piloto): ciclismo, lutas, tênis de campo e mais uma modalidade - março de 2018
Fase 3: reavaliação das fases anteriores e readequação das modalidades - junho de 2018
- Início da execução do Programa Esporte da Comunidade - janeiro de 2018
Fase 1 (piloto): basquetebol, handebol, voleibol, futebol de salão, tênis de campo e grupo de corrida – janeiro de 2018
Fase 2 (piloto): Modalidades individuais, demais atividades físicas não esportivas e atividades físicas não diretamente orientadas – março de 2018
Fase 3: reavaliação das fases anteriores e readequação das modalidades – junho de 2018
- Início da execução do Programa Esporte da Comunidade – janeiro de 2018
- Início da execução dos Programas Educacionais – a ser informado pela SNELIS:
 - Segundo Tempo
 - PELC – Esporte e Lazer da Cidade
 - Brincando com o Esporte
 - Atletas na Escola

4) Ativação de modalidades olímpicas:

- 3 modalidades em treinamento – dezembro de 2017
- 6 modalidades em treinamento – março de 2018
- 10 modalidades em treinamento – julho de 2019

5) Realizações de eventos:

- Média de 3 eventos mensais – junho de 2017
- Média de 6 eventos mensais – agosto de 2017
- Média de 10 eventos mensais – dezembro de 2017
- Média de 2 eventos mensais por instalação – março de 2018
- Média de 4 eventos mensais por instalação – junho de 2018
- Ocupação máxima POB – dezembro de 2018

6) Centro Olímpico de Treinamento 100% operacional

- Junho de 2018

3.2. Informações Sobre a Gestão

3.2.1 Escopo da Atuação

- ✓ Parque Olímpico da Barra

As instalações abaixo estão sob cessão do Ministério do Esporte, porém, sob a administração direta da AGLO.

- ✓ Arena 1
- ✓ Arena 2
- ✓ Centro Olímpico de Tênis (quadras de tênis e quadra oficial de esporte de areia)
- ✓ Velódromo Olímpico

- ✓ Parque Olímpico de Deodoro

As instalações olímpicas de Deodoro são de propriedade do Exército Brasileiro e são administradas diretamente pela entidade, com recursos oriundos do Ministério do Esporte, sendo estas:

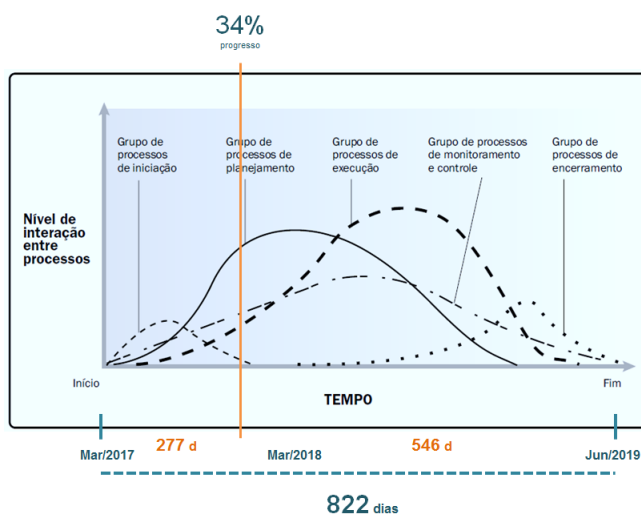
- ✓ Centro Militar de Tiro Esportivo Ten Cel Guilherme Paraense (CMTE),
- ✓ Arena Cel Wenceslau Malta (AWM)
- ✓ Centro de Pentatlo Moderno Cel Eric Tinoco Marques (CPM),
- ✓ Centro de Hóquei sobre Grama Sgt João Carlos de Oliveira (CHG),
- ✓ Centro de Hipismo

3.3 Planejamento Organizacional

3.3.1 Estágio de Implementação do Planejamento Estratégico

O Planejamento Estratégico foi elaborado pela equipe AGLO em junho de 2017 e, a partir dos conceitos desenvolvidos, foram definidas as estratégias, objetivos e metas com foco no prazo de existência da autarquia. Nesta primeira etapa, buscou-se uma visão holística, identificando os processos gerenciais e operacionais, acompanhando e definindo as adequações necessárias das ações ao longo do exercício, considerando os recursos humanos, os recursos materiais e o cenário mercadológico.

A AGLO foi inicialmente prevista como uma autarquia temporária e considerando a sua data prevista de extinção, dia 30 de junho de 2019, aAGLO possui 822 dias para atender 100% de suas entregas de acordo com as competências traçadas na lei de sua criação. O ano de 2017 se encerra com 277 dias corridos de atuação, correspondendo a 34% do prazo total disponível, ainda restando 546 dias corridos para o seu encerramento, ou seja 66% do prazo total.



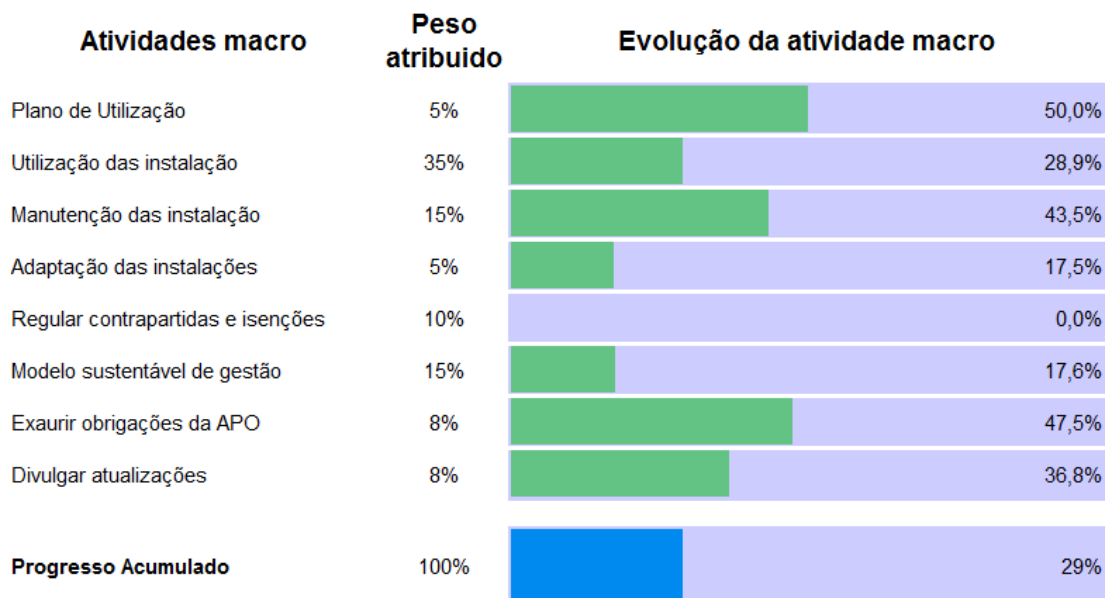
3.4 Formas e Instrumentos de Monitoramento da Execução e Resultados dos Planos

A forma de controle e monitoramento de implementação do planejamento estratégico de subdivide em duas formas, por meio da medição progresso da estrutura analítica de projeto (EAP) e do quadro de monitoramento de resultado, focado no acompanhamento das metas específicas da autarquia.

A EAP desenvolvida da AGLO se subdivide da seguinte forma:

Item	Atividades	Progresso consolidado	Progresso da atividade	Peso unitário da atividade	N1	N2	N3
1	Plano de Utilização	3%			5%		
	Plano de Legado 2017-2018	3%	100%	3%		50%	
	Plano de Legado 2018-2019	0%	0%	3%		50%	
2	Utilização das instalações	10%			35%		
	Contratação dos serviços básicos					10%	
	Segurança	1%	100%	1%			25%
	Limpeza e vigilância	1%	100%	1%			25%
	Brigadista	1%	100%	1%			25%
	Demais contratos	0%	4%	1%			25%
	Ocupação com eventos					30%	
	Média de 3 eventos	2%	100%	2%			20%
	Média de 6 eventos	2%	100%	2%			20%
	Média de 10 eventos	2%	100%	2%			20%
	Média de 2 eventos por mês / inst	0%	0%	2%			20%
	Média de 4 eventos por mês / inst	0%	0%	2%			20%
	Treinamento					30%	
	3 modalidades em treinamento	1%	33%	4%			33%
	6 modalidades em treinamento	0%	0%	4%			33%
	10 modalidades em treinamento	0%	0%	4%			33%
	Projetos esportivos AGLO	0%	0%	11%		30%	
3	Manutenção das instalações	7%			15%		
	Plano de manutenção	0%	10%	1%		5%	
	Plano de operação	0%	10%	1%		5%	
	Contratação da empresa de manutenção	6%	100%	6%		40%	
	Saneamento de anomalias	0%	5%	8%		50%	
4	Adaptação das instalações	1%			5%		
	Arena 1					36%	
	Pintura 3º nível	0%	0%	1%			38%
	Escritório da AGLO	0%	100%	0%			13%
	Adaptações de concessão de A&B	0%	0%	0%			13%
	Substituição do Eletrocentro	0%	5%	1%			38%
	Arena 2					14%	
	Centro Olímpico de Treinamento	0%	10%	1%			100%
	Velódromo					23%	
	Sala multiuso	0%	5%	0%			40%
	Cobertura	0%	5%	1%			60%
	Centro de Tênis					27%	
	Sistema de vigilância Tênis	0%	2%	0%			33%
	Acesso ao público - quadras de tênis	0%	5%	0%			33%
	Quadra de areia	0%	100%	0%			33%
5	Regular contrapartidas e isenções	0%			10%		
	Decreto de uso publicado	0%	0%	3%		33%	
	Definição de procedimento interno	0%	0%	3%		33%	
	Publicação de portaria	0%	0%	3%		33%	
6	Modelo sustentável de gestão	3%			15%		
	Deliberação do Conselho do PPI	1%	100%	1,36%		9%	
	Validação do Termo de Referência BNDES	1%	100%	0,55%		4%	
	Assinatura do Termo de Cooperação Técnica entre BNDES/MPDG	1%	90%	0,82%		5%	
	Aprovação da minuta de edital pela Diretoria do BNDES	0%	0%	0,27%		2%	
	Publicação do Edital dos estudos EVTEA	0%	0%	0,82%		5%	
	Abertura de propostas	0%	0%	1,36%		9%	
	Assinatura do Contrato	0%	0%	1,36%		9%	
	Início dos estudos de viabilidade	0%	0%	0,82%		5%	
	Entrega dos estudos	0%	0%	1,36%		9%	
	Decisão da modelagem (ME e AGLO)	0%	0%	1,36%		9%	
	Envio ao TCU (consulta e aprovação)	0%	0%	1,36%		9%	
	Consulta pública e preparação da licitação	0%	0%	0,82%		5%	
	Realização do leilão/prego	0%	0%	1,36%		9%	
	Assinatura do Contrato	0%	0%	1,36%		9%	
7	Exaurir obrigações da APO	4%			8%		
	Entrega da Matriz de responsabilidade	2%	100%	2%		25%	
	Transferir responsabilidade do CNPJ p/ AGLO	0%	100%	0%		5%	
	Envio da DIRF da APO p/ RF	0%	0%	0%		5%	
	Encerramento e pagamento dos contratos	0%	50%	0%		5%	
	Regularizar o estoque	0%	50%	0%		5%	
	Devolução do saldo financeiro	1%	25%	4%		50%	
	Fechamento do CNPJ	0%	0%	0%		5%	
8	Divulgar atualizações	3%			8%		
	Relatório mensal 6-17	0%	100%	0%		5%	
	Relatório mensal 7-17	0%	100%	0%		5%	
	Relatório mensal 8-17	0%	100%	0%		5%	
	Relatório mensal 9-17	0%	100%	0%		5%	
	Relatório mensal 10-17	0%	100%	0%		5%	
	Relatório mensal 11-17	0%	100%	0%		5%	
	Relatório mensal 12-17	0%	100%	0%		5%	
	Relatório mensal 1-18	0%	0%	0%		5%	
	Relatório mensal 2-18	0%	0%	0%		5%	
	Relatório mensal 3-18	0%	0%	0%		5%	
	Relatório mensal 4-18	0%	0%	0%		5%	
	Relatório mensal 5-18	0%	0%	0%		5%	
	Relatório mensal 6-18	0%	0%	0%		5%	
	Relatório mensal 7-18	0%	0%	0%		5%	
	Relatório mensal 8-18	0%	0%	0%		5%	
	Relatório mensal 9-18	0%	0%	0%		5%	
	Relatório mensal 10-18	0%	0%	0%		5%	
	Relatório mensal 11-18	0%	0%	0%		5%	
	Relatório mensal 12-18	0%	0%	0%		5%	

Uma Estrutura Analítica de Projetos (EAP) é um processo de subdivisão das entregas e do trabalho do projeto em componentes menores e mais facilmente gerenciáveis. É estruturada em árvore exaustiva, hierárquica (de mais geral para mais específica) orientada às entregas, fases de ciclo de vida ou por subprojetos (deliverables) que precisam ser feitas para completar um projeto. Note que no desenvolvimento da EAP da AGLO foram atribuídos pesos a cada competência, e cada competência foi desmembrada em entregas específicas. Quando considerado o progresso de cada entrega atingida em 2017 pela AGLO, atinge-se o montante total de conclusão de 29% das competências. O quadro resumo da EAP é exposto abaixo:



Além da metodologia de controle EAP, a AGLO utiliza o quadro de monitoramento de resultados como uma forma de acompanhar as metas planejadas, o seu status atual, o prazo planejado, o prazo reprogramado, se aplicável, e a data de atendimento realizada.

Controle de Metas

Planejamento Estratégico 2017

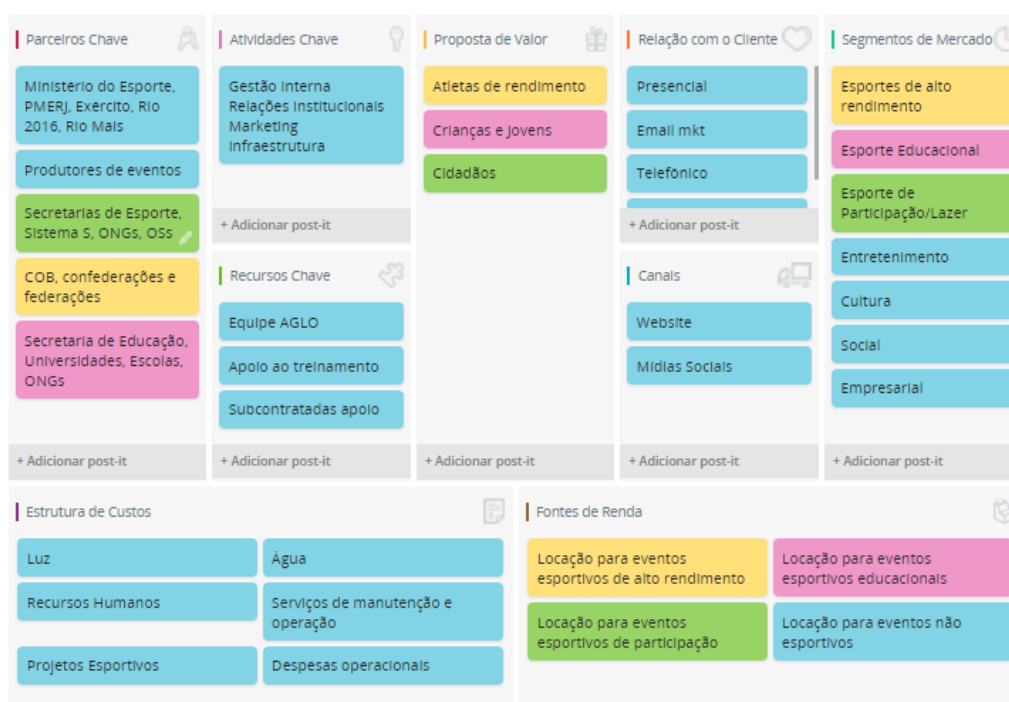
Item	Meta	Situação	Prazo Inicial	Prazo Reprog.	Realizado	Descrição do atendimento
1	Estreia das instalações:					
1.1	Centro de Tênis	Executado	jul-17	Prazo inicial mantido	fev-17	Estreia com Gigantes da Praia
1.2	Velódromo	Executado	mai-17		mai-17	Estreia com treinamento de ciclismo da Federação de Ciclismo do Rio de Janeiro
1.3	Arena 1	Executado	jun-17		jun-17	Estreia com o lançamento do projeto Esporte e Cidadania para todos no POB
1.4	Arena 2	Prazo recalculado	jun-17		ago/17	ago-17
2	Regularização de licenças operacionais:					
2.1	Centro de Tênis - maio de 2017	Executado	mai-17	Prazo inicial mantido	mai-17	GERJ emite portaria flexibilizando o DATF ao CA/CR e, posteriormente, DATF foi emitido pelo CBMERJ autorizando a operação de todas as instalações da Barra. Deodoro pendente, em processo.
2.2	Velódromo - maio de 2017	Executado	mai-17		mai-17	
2.3	Arena 1 - junho de 2017	Executado	jun-17		jun-17	
2.4	Arena 2 - julho de 2017	Executado	jun-17		jun-17	
3	Ativação de projetos comunitários e educacionais:					
3.1	Início da execução dos PROFER (Programa de Formação em Esporte de Rendimento)					
3.1.1	Fase 1 (piloto): basquetebol, handebol e voleibol - dezembro de 2017	Prazo recalculado	dez-17	jun/18	ASD	Devido a ausência de orçamento próprio no ano de 2017, a AGLO esteve impossibilitada de realizar a contratação de projetos esportivos próprios. De forma a acelerar a contratação no ano corrente, a AGLO está em processo de precificação do termo de referência de gerenciamento de atividades educativas e esportivas, de base e participação, que tem o potencial de atendimento de centenas de crianças, jovens e cidadãos da cidade e arredores.
3.1.2	Fase 2 (piloto): ciclismo, lutas, tênis de campo e mais uma modalidade - março de 2018		mar-18		ASD	
3.1.3	Fase 3: reavaliação das fases anteriores e readequação das modalidades - junho de 2018		No prazo		jun-18	
3.2	Início da execução do Programa Esporte da Comunidade - janeiro de 2018				ASD	
3.2.1	Fase 1 (piloto): basquetebol, handebol, voleibol, futebol de salão, tênis de campo e grupo de corrida - janeiro de 2018	Prazo recalculado	jan-18	ASD		
3.2.2	Fase 2 (piloto): Modalidades individuais, demais atividades físicas não esportivas e atividades físicas não diretamente orientadas - março de 2018		mar-18	ASD		
3.2.3	Fase 3: reavaliação das fases anteriores e readequação das modalidades - junho de 2018	No prazo	jun-18	ASD		
3.3	Início da execução dos Programas Educacionais - a ser informado pela SNELIS:					
3.1	Segundo Tempo, PELC - Esporte e Lazer da Cidade, Brincando com o Esporte, Atletas na Escola	Executado	jan-17	Prazo inicial mantido	jan-17	A SNELIS, por meio do Programa Esporte e Cidadania para Todos, atende 450 crianças oferecendo até 6 modalidades esportivas como judô, jiu-jitsu, futsal, vôlei, ciclismo e basquete. O programa teve início em maio de 2017.
4	Ativação de modalidades olímpicas:					
4.1	3 modalidades em treinamento	Prazo recalculado	dez-17	mar/18	ASD	Evento de estreia por instalação: 1) A Federação de Ciclismo do Rio de Janeiro realizou um treinamento de ciclismo indoor 3 vezes por semana no Velódromo, ocorre desde maio de 2017; As demais entidades estão pendentes de atendimento aos critérios mínimos para viabilizar a assinatura do acordo de cooperação junto ao Governo Federal. A inviabilidade decorre de processos de prestação de contas em aberto, dívidas com o ME e necessidade de regularização de documentação interna.
4.2	6 modalidades em treinamento - março de 2018		mar-18	jun/18	ASD	Em fase de prospeção e negociação com outras entidades do desporto, PCRJ e COB;
4.3	10 modalidades em treinamento - julho de 2019		jul-19	out/18	ASD	
5	Realizações de eventos:					
5.1	Média de 3 eventos mensais até jun/17	Executado	jun-17	Prazo inicial mantido	jun-17	Atendido dentro do prazo
5.2	Média de 6 eventos mensais até ago/17	Executado	ago-17		ago-17	Atendido dentro do prazo
5.3	Média de 10 eventos mensais até dez/17	Executado	dez-17		nov/17	Atendido antes do prazo
5.4	Média de 2 eventos mensais por instalação até mar/18	No prazo	mar-18		ASD	
5.5	Média de 4 eventos mensais por instalação até jun/18	No prazo	jun-18		ASD	
5.6	Ocupação máxima POB até dez/18	No prazo	dez-18		ASD	
6	Centro Olímpico de Treinamento 100% operacional					
6.1	Equipamentos esportivos instalados, coworking funcional, academia implantada e procedimentos básicos instaurados	No prazo	jun-18	Prazo inicial mantido	ASD	

3.4.1. Matriz SWOT e Modelo de Negócio

A seguir, apresenta-se a Matriz SWOT e Modelo de Negócio Canvas refletindo o planejamento da autarquia:

	Pontos Fortes/Oportunidades	Pontos Fracos/Ameaças
Internos	<ul style="list-style-type: none"> - Apoio orçamentário do Ministério do Esporte até dezembro de 2017; - Absorção da rede de contatos já estabelecida do Ministério do Esporte; - Conhecimento sobre padrões e processos; - Instalações esportivas de referência com possibilidade de atendimento à multimodalidades; - Amplitude de espaço para exploração; 	<ul style="list-style-type: none"> - Autarquia recém criada; - Estrutura reduzida, em formação; - Equipe sem histórico detalhado de informações prévias; - Processos e sistemas em fase de desenvolvimento; - Pendências estratégicas existentes no legado de responsabilidade de terceiros - Problemas estruturais e vícios construtivos identificados nas instalações; - Baixa capacidade de atendimento para eventos (internos) acima de 7mil expectadores; - Lentidão burocrática na contratação de serviços por meio da administração pública; - Redução no orçamento original; - Falta de transferência oficial de informações da APO;
Externos	<ul style="list-style-type: none"> - Incentivo a captação de eventos para o Rio com auxílio do Governo Federal por meio do programa “Rio de Janeiro à Janeiro”; - Baixa concorrência de arenas com especificidades semelhantes; - Fonte de recursos disponíveis como Lei Agnelo Piva, Leis de incentivo, entre outros; - Grande volume de potenciais parceiros; - Otimismo moderado com a retomada da economia brasileira; - Grande expectativa de parte das entidades de administração do desporto em ocupar as instalações; - Grande interesse da Sociedade no funcionamento sustentável do Legado Olímpico; 	<ul style="list-style-type: none"> - Desconfiança da opinião pública sobre futuro do legado; - Veiculação de mídias negativas por meios de comunicação; - Concorrentes diretos localizados dentro do Parque Olímpico; - Aversão do mercado à associações com o setor público; - Risco de intensificação de crise política; - Risco de intensificação de crise econômica; - Receio de terceiros da descontinuidade da gestão atual;

3.4.2. Modelo de Negócio Canvas



3.5. Desempenho Orçamentário

As despesas da AGLO no exercício de 2017 correram, excepcionalmente, à conta das dotações orçamentárias existentes no âmbito do Ministério do Esporte, conforme previsto no artigo 13, da Lei nº 13.474/2017.

Para as atividades da AGLO, o Ministério do Esporte fez destaque de crédito no valor de R\$ 6.663.295,96 (seis milhões, seiscentos e sessenta e três mil, duzentos e noventa e cinco reais e noventa e seis centavos).

3.5.1. Restos a pagar inscritos no exercício

Quadro B1 - Restos a pagar

Valores em R\$
1,00

Restos a Pagar não Processados			
Ano de Inscrição	Montante	Pagamento	Cancelamento
01/01/2018			
2017	2.087.856,99	0,00	0,00
Restos a Pagar Processados			
Ano de Inscrição	Montante	Pagamento	Cancelamento
01/01/2018			
2017	0,00	0,00	0,00

3.5.2. Informação sobre a Execução das Despesas

Quadro B2 - Despesas por modalidade de contratação

Modalidade de Contratação	Despesa liquidada		Despesa paga	
	2017	2016	2017	2016
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	807.129,14		807.129,14	
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência				
d) Pregão	807.129,14		807.129,14	
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações				
Públicas				
2. Contratações Diretas (h+i)	3.702.008,83		3.702.009,83	
h) Dispensa	204.813,85		204.813,85	
i) Inexigibilidade	3.497.195,98		3.497.195,98	
3. Regime de Execução Especial				
j) Suprimento de Fundos				
4. Pagamento de Pessoal (k+l)				
k) Pagamento em Folha				
l) Diárias				
5. Outros	66.300,00		66.300,00	
6. Total (1+2+3+4+5)	4.575.438,97		4.575.438,97	

Cumprir informar que as despesas com o pagamento de pessoal da AGLO para o exercício foram custeadas e executadas pelo Ministério do Esporte, conforme prevê o Art. 13 da Lei 13.474/2017.

Quadro – Despesas por grupo e elementode despesa

DESPESAS CORRENTES									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos		
1. Despesas de Pessoal	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017
Nome do elemento de despesa									
...									
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Juros e Encargos da Dívida									
Nome do elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
...									
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3. Outras Despesas Correntes									
Despesa com Locomoção	37.000,00		0,00		37.000,00		0,00		
Serviço com Locação de Mão de Obra	2.026,14		807.129,14		494.493,74		807.129,14		
Serviço de Pessoa Jurídica	4.528,23		3.698,89		831.839,46		3.698,89		
Demais elementos do grupo	66.300,00		66.300,00		0,00		66.300,00		
DESPESAS DE CAPITAL									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos		
4. Investimentos	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017
Aquisição de Material Permanente	3.116,00		3.116,00		0,00		3.166,00		

...								
...								
Demais elementos do grupo								
5. Inversões Financeiras								
Nome do elemento de despesa	0,00	0	0,0	0,00	0	0,0	0,00	0,00
...								
...								
Demais elementos do grupo	0,00	0	0,0	0,00	0	0,0	0,00	0,00
6. Amortização da Dívida								
Nome do elemento de despesa								
...								
...								
Demais elementos do grupo								

3.5.2.1. Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal

Não houve Concessão de Suprimento de Fundos em 2017.

3.5.2.2. Contratação de Pessoal de Apoio e de Estagiário

No exercício de 2017, a Autoridade de Governança do Legado Olímpico realizou cinco contratações de pessoal de apoio, referentes aos serviços com disponibilização de mão-de-obra para manutenção das Arenas Olímpicas, conforme quadro abaixo.

Quadro de Contratos de Prestação de Serviços não Abrangidos pelo Plano de Cargos da Unidade

Unidade Gestora 180080						
Contratos Firmados no Exercício						
ANO DO CONTRATO	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA	PERÍODO CONTRATUAL DE EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES CONTRATADAS		Valor Contratado (R\$) por 12 meses	SITUAÇÃO
			Início	Fim		
2017	Contratação de serviço comum de engenharia de recuperação , em caráter emergencial, da cobertura provisória do Velódromo Olímpico, afetada pelo ocorrido em 30 de julho de 2017.	UP DOWN EQUIPAMENTOS PARA EVENTOS LTDA. ME	04/09/2017	24/09/2017	199.431,85	Encerrado
2017	Contratação de empresa de limpeza , conservação e higienização com fornecimento de todo material necessário e dedicação exclusiva na mão de obra.	CARDEAL GESTÃO EMPRESARIAL E SERVIÇOS LTDA.	18/09/2017	18/08/2018	2.650.960,44	Ativo
2017	Contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de prevenção e combate a incêndio e pânico , evacuação de área e à prestação de primeiros socorros para proteção à vida e ao patrimônio por meio de Bombeiro Civil nas instalações esportivas.	ATAC - FIRE EXTINTORES COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. – EPP	09/10/2017	09/09/2018	1.069.999,44	Ativo
2017	Contratação de serviços contínuos de operação e de manutenção predial preventiva, corretiva e preditiva , compreendendo o fornecimento dos postos de serviço, todo o material e equipamentos necessários e adequados à execução dos serviços, bem como para a realização de serviços eventuais diversos, nos sistemas, equipamentos e instalações prediais utilizados nas instalações esportivas da AGLO	ENGEPARK OBRAS E SERVICOS	24/11/2017	24/10/2018	5.213.203,92	Ativo

Posição em 31/12/2017

Não houve contratação de estagiários pela AGLO em 2017.

3.6. Desempenho Operacional

Tendo em vista a fracassada licitação da Parceria Público-Privada (PPP) e a consequente assunção da gestão do Parque Olímpico da Barra pelo Ministério dos Esportes em 23/12/2017 foi criado um Grupo de Trabalho (GT) com o objetivo de promover a imediata transferência das estruturas físicas e administrativas do parque.

O GT criado por meio da Portaria ME 496, de 26/12/2016, contou com a participação de servidores do ME, posteriormente, nomeados na AGLO, e trabalhou para desenvolver uma estrutura organizacional adequada da Autarquia para compreender os principais desafios, de modo a viabilizar a efetiva utilização das instalações.

Além das ações voltadas para a ocupação do Parque Olímpico em si, outras de natureza estrutural, indispensável à gestão eficiente do legado olímpico estão sendo concomitantemente realizadas pela Autarquia.

Outro importante acontecimento se deu por intermédio da edição do Decreto 45.970/2017 (anexo) pelo Governador do Estado do Rio de Janeiro, o qual criou o Documento de Autorização Temporária de Funcionamento (DATF) exigido pelo Corpo de Bombeiros. Esta medida nos permite autorizar precariamente, na forma do artigo 11 da MP 771/2017, a realização de eventos, agilizando, assim, a ocupação das instalações do Parque Olímpico.

Outra relevante ação diz respeito à precificação do aluguel das instalações sob nossos cuidados, definida com os parâmetros estabelecidos na Portaria nº 01, de 03 de janeiro de 2014, da Secretaria de Patrimônio da União - SPU, na Secretaria de Patrimônio da União (SPU), considerando também, os preços praticados pelo mercado e a natureza do evento pretendido.

Realizou-se, também, estudos preliminares detalhados de viabilização econômica e financeira das instalações do parque, por intermédio de trabalho com a finalidade de indicar o montante de recursos necessários para implementação e custeio de manutenção do legado.

Relevantes providências foram tomadas pela equipe AGLO em relação à conservação e manutenção das instalações do Parque Olímpico da Barra. Foram firmados no exercício, contratos de Manutenção Predial, Conservação e Limpeza, de Segurança Patrimonial, de Brigada de Incêndio, de Locação dos Eletrocentros das Arenas Cariocas, dentre outros, assegurado, desta forma, o potencial pleno de utilização do POB.

Em relação às instalações de Deodoro, foi celebrado Acordo de Cooperação entre o Ministério do Esporte e o Exército Brasileiro e, posteriormente, foi criado Comitê Técnico, em 08

de fevereiro de 2017, que conta com a participação de um servidor da AGLO. Este Comitê foi constituído pelo Ministério do Esporte, para atuarem juntamente com o Comando do Exército Brasileiro e o Centro de Capacitação Física do Exército/CCFEx com a finalidade de regular a cooperação mútua entre os partícipes para utilização compartilhada dos equipamentos esportivos herdados como legado dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, localizados no Complexo Esportivo de Deodoro e definir responsabilidades quanto ao custeio, investimento e manutenção dos equipamentos e instalações ao longo dos anos. Importante frisar que foram realizadas oito reuniões do Comitê Técnico no ano de 2017, tendo a AGLO participado em cinco ocasiões.

Para a manutenção das instalações de Deodoro no exercício de 2017 foram repassados recursos do Ministério do Esporte, por meio de Termoda Execução Descentralizada (TED) para o Exército Brasileiro.

3.6.1. Superintendência de Concessão

Em cumprimento ao art. 1º e inciso II da Lei 13.474/2017, especificamente a de “*promover estudos que proporcionem subsídios para a adoção de modelo de gestão sustentável sobospectos econômico, social e ambiental*”, a Superintendência de Concessões Administrativas executou diversas ações, que dentre elas destacam-se as seguintes:

- ✓ Estabeleceu uma interface junto ao BNDES e a Secretaria de Projetos do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República (SPPI);
- ✓ Apresentou Plano de Modelagem do Legado Olímpico à Presidência do BNDES; Participação no Fórum PPPs e Concessões; Apoiou tecnicamente o BNDES;
- ✓ Desenvolveu estudos preliminares econômicos e financeiros das Arenas Cariocas 1 e 2, Velódromo e Centro Olímpico de Tênis, por meio da criação de planilhas de Demonstração Financeira de Resultados e levantamento dos dados técnicos das instalações, preservando a viabilidade e atratividade do empreendimento;
- ✓ Elaborou nota técnica para a SPPI solicitando a Parceria para os estudos de viabilidade junto ao BNDES;
- ✓ Elaborou Relatório Executivo contendo a finalidade e justificativa da realização da concessão características principais das instalações, onde culminou com o envio da proposta de projeto de modelagem, a qual foi submetida a análise da Secretaria do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República - SPPI e posteriormente qualificada para deliberação

pelo Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República - CPPI. Dentre diversas propostas, em 23/08/2017, deliberou a CPPI favoravelmente a somente duas delas, recomendando ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MPDG, providências para a realização de estudos necessários a subsidiar a tomada de decisão e eventual parceria envolvendo os empreendimentos: integração do Rio São Francisco e o Legado Olímpico;

✓ Representou a AGLO nas reuniões técnicas da SPPI, do BNDES e do Ministério do Esporte. Participou das reuniões com players do mercado de concessões. Participou das reuniões com Prefeitura do Rio de Janeiro e Governo do Estado do RJ. Participou das reuniões com a Concessionária RioMais. Participação na formação do Grupo de Trabalho (AGLO, ME e PCRJ) com a finalidade de auxiliar o Processo de Desestatização do POB. Criou o Comitê Técnico da AGLO para os estudos de modelagem sustentável através da Portaria nº 09/17. Elaborou o Plano de Ação para constituir/executar modelo de gestão sustentável das arenas olímpicas da Barra. Construiu o formulário de apresentação de proposta de projetos de parcerias federais (SPPI). Elaborou o cronograma em conjunto com o BNDES do Processo de Desestatização. Iniciou a construção do Termo de referência em conjunto com o ME, BNDES, MPDG para a contratação dos estudos de viabilidade do escopo do Projeto de Desestatização do POB. Coordenou visita técnica entre técnicos do BNDES e as diretorias, executiva e de infraestrutura da AGLO nas instalações do Parque Olímpico da Barra. Entre outras reuniões e ações internas, em nível de Diretoria Executiva, Presidência e Secretaria Executiva do Ministério do Esporte.

As principais dificuldades para o alcance das ações planejadas e acima detalhadas devem-se ao curto período para estruturação, a complexa interface de comunicação com a PCRJ, a necessidade de estruturação das atividades da Autarquia Federal AGLO, ocorrido apenas em abril de 2017, e ainda, a carência de apoio administrativo para auxiliar nas ações cotidianas.

As razões que determinaram a busca do apoio do BNDES são em decorrência de não haver um quantitativo e preparo técnico suficiente de servidores na estrutura organizacional da Superintendência de Concessões Administrativas de forma a assegurar a conclusão do processo.

3.6.2. Ações Relacionadas à Infraestrutura das Arenas do Parque Olímpico da Barra

Conforme informado, em 23 de dezembro 2016 o Ministério do Esporte (ME) celebrou com a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro o Termo de Cessão de Uso nº 139/2016 – SPA, no qual cedeu à União Federal o uso de áreas, instalações e equipamentos do Parque Olímpico da Barra da Tijuca (POB), bem como a definição de parâmetros para utilização dos mesmos.

Em decorrência daquela cessão, a partir de janeiro de 2017 a Secretaria Nacional de Alto Rendimento por meio do Departamento de Infraestrutura de Esporte (DIE) do ME buscou efetuar o reconhecimento técnico da infraestrutura local do POB por meio de visitas técnicas e análise de documentações parciais recebidas da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (PCRJ).

No período de 07 a 10 de fevereiro de 2017 o ME realizou uma inspeção predial do Parque. Essa última ação resultou na elaboração de um Laudo de Inspeção Predial (LIP), que foi apresentado preliminarmente em 08 de março de 2017 à CAIXA e à Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

Com criação da AGLO, aproximadamente três meses após a assinatura do Termo de Cessão 139/2016, a Autarquia passou a conduzir os trabalhos junto à Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

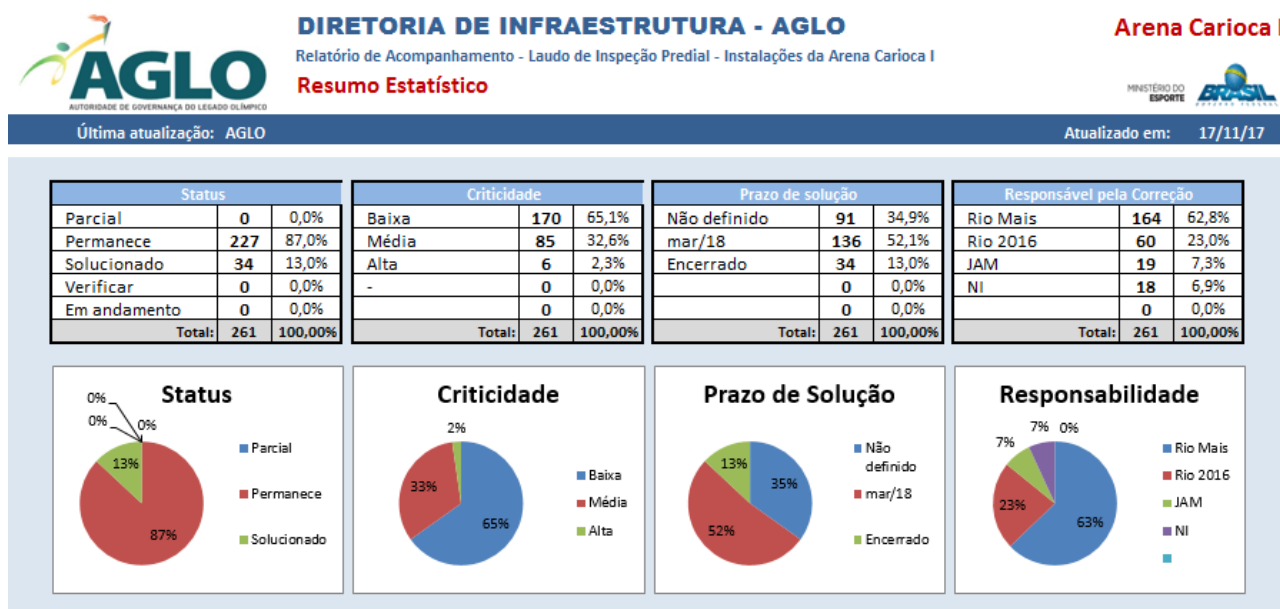
Dentro da AGLO coube à Diretoria de Infraestrutura (DIN) promover o acompanhamento das estruturas recebidas para serem geridas, realizando a manutenção e obras complementares para adequação ao Modo Legado das Arenas Cariocas 1 e 2, Centro Olímpico de Tênis e Velódromo Olímpico.

Com isso, a DIN passou a executar as ações que até então estavam a cargo ME, tais como: elaboração de estudos para elaboração de Termos de Referências para contratação de serviços de manutenção e operação das instalações (manutenção predial, infraestrutura elétrica para o sistema de refrigeração do ar das Arenas Cariocas, manutenção de elevadores); entendimento das necessidades de adequação da infraestrutura de fornecimento de serviços públicos pelas concessionárias locais (água, esgoto e energia elétrica), correções de infraestruturas para solução das anomalias prediais, necessidade de regularização das licenças de funcionamento das instalações esportivas junto ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro (CBMERJ), alinhamento técnico/operacional junto a fornecedores e parceiros, proposição e acompanhamento das obras de adequação das arenas para o modo legado, entre outros.

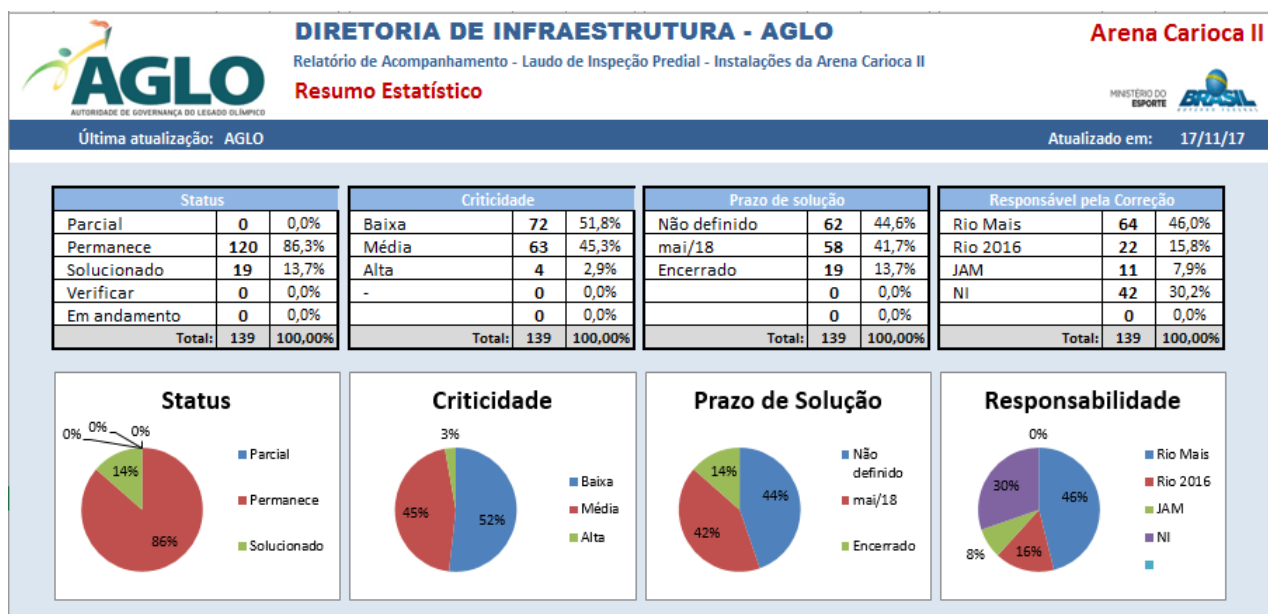
Correções de infraestrutura para soluções das anomalias prediais

Dessas reuniões foram gerados relatórios gerenciais que demonstram o status, a criticidade, e os prazos para solução e responsabilidade pelas correções, conforme resumo a seguir.

✓ Arena Carioca 1



✓ Arena Carioca 2



✓ **Centro Olímpico de Tênis**



DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA - AGLO

Relatório de Acompanhamento - Laudo de Inspeção Predial - Instalações do Centro Olímpico de Tênis

Resumo Estatístico

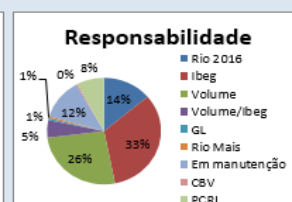
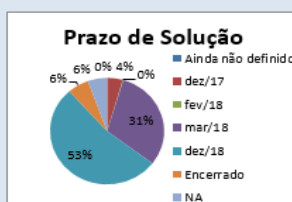
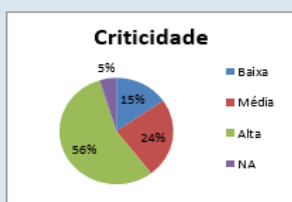
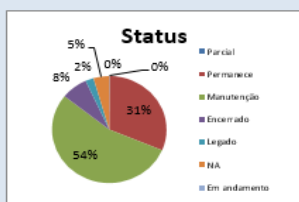
Centro de Tênis



Última atualização: AGLO

Atualizado em: 17/11/17

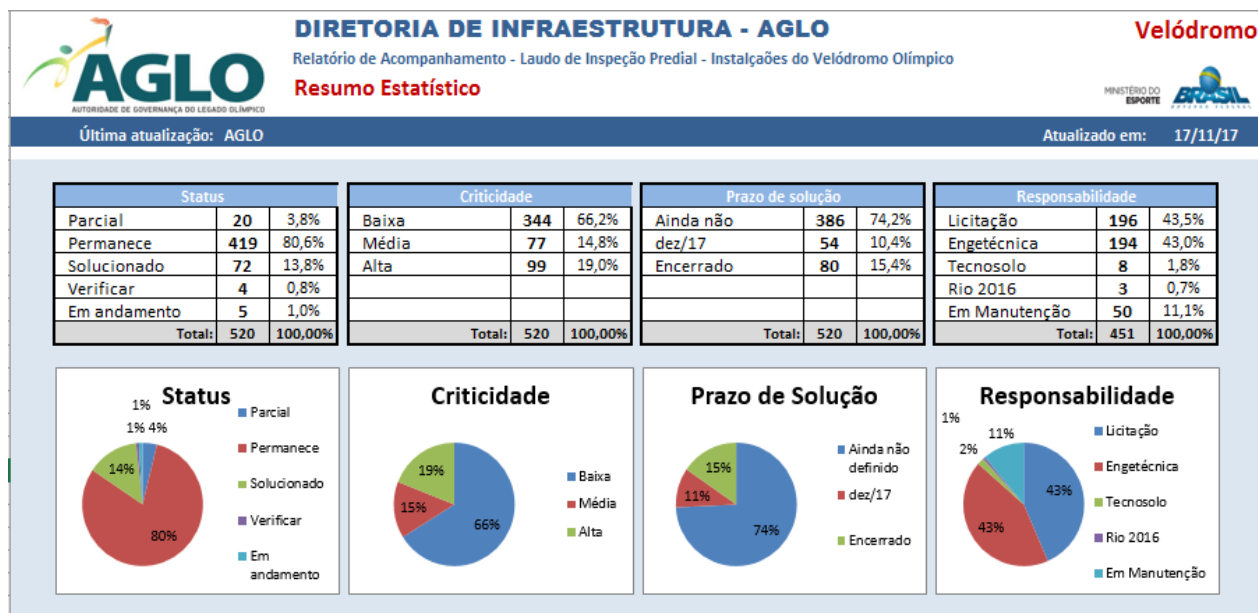
Status			Criticidade			Prazo de solução			Responsabilidade		
Parcial	1	0,1%	Baixa	106	15,3%	Ainda não	0	0,0%	Rio 2016	96	13,9%
Permanece	216	31,2%	Média	168	24,2%	dez/17	31	4,5%	Ibeg	229	33,0%
Manutenção	377	54,4%	Alta	386	55,7%	fev/18	1	0,1%	Volume	181	26,1%
Encerrado	52	7,5%	NA	33	4,8%	mar/18	213	30,7%	Volume/Ibeg	37	5,3%
Legado	16	2,3%				dez/18	368	53,1%	GL	4	0,6%
NA	31	4,5%				Encerrado	42	6,1%	Rio Mais	4	0,6%
Em andamento	0	0,0%				NA	38	5,5%	Em manutenção	86	12,4%
									CBV	3	0,4%
									PCRJ	53	7,6%
Total:	693	100,00%	Total:	693	100,00%	Total:	693	100,00%	Total:	693	100,00%



As anomalias que comprometem diretamente o uso das instalações dessa arena estão, em seu maior percentual, ligados a impermeabilização das estruturas, com diversas infiltrações, rachaduras e caimento irregular do piso, constatado também no Laudo de Inspeção Predial realizado pelo ME. Esses dois principais problemas geraram outras anomalias de menores proporções como queda do foro de gesso, manchas nas paredes e pisos.

Esses problemas ganham destaque ainda maior quando da ocorrência de chuvas. Destacamos o relatório, em anexo, realizado em junho de 2017, onde grande parte das instalações foi afetada pelas águas pluviais provenientes da não impermeabilização e das infiltrações existentes.

✓ Velódromo Olímpico



Essa arena possui grande quantidade de problemas ligados à sua construção, constatado no Laudo de Inspeção Predial realizado pelo ME. A Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro - PCRJ considera que a maioria desses problemas não são vícios construtivos (anomalias), mas sim obras complementares. No que se refere aos vícios construtivos, parte deles deverá ser realizada pela PCRJ.

A AGLO realizou, baseando nos relatórios, um levantamento de custo para correções das anomalias.

ARENA	TOTAL (COM BDI 25%)
Arena Carioca 1	2.358.847,75
Arena Carioca 2	2.767.631,10
Centro Olímpico de Tênis	2.767.627,96
Velódromo Olímpico	503.734,69
TOTAL GERAL CONSOLIDADO	R\$ 8.397.841,50

Além desses custos para correção das anomalias foi verificado a necessidade de realização de obras complementares que permitam a efetiva funcionalidade das arenas esportivas cujos valores são apresentados abaixo.

ARENA	TOTAL (COM BDI 25%)
Arena Carioca 2	9.816.660,00
Velódromo Olímpico	6.615.000,00
TOTAL GERAL CONSOLIDADO	R\$ 16.431.660,00

Proposição e acompanhamento das obras de adequação das arenas para o modo legado

A AGLO por meio de processo licitatório executou a contratação emergencial de empresa UP Down – Soluções e Logística para realizar a recomposição da cobertura do Velódromo Olímpico afetado por sinistro de incêndio em 30 de julho de 2017.

Além desses, aAGLO por meio de contrapartidas geradas pela cessão de uso das arenas para eventos estabeleceu um rol de adequações na infraestrutura buscando a melhor utilização das instalações no modo legado.

Destacam-se entre outras:

- Cercamento do Centro Olímpico de Tênis e parte do Velódromo;
- Construção da Quadra para esportes praticados em piso de areia;
- Adequação das instalações elétricas da Arena Carioca 2;
- Limpeza da estrutura metálica da cobertura do Velódromo Olímpico após o sinistro de incêndio ocorrido em Julho de 2017;
- Pintura do *in field* do Velódromo Olímpico após o sinistro de incêndio ocorrido em Julho de 2017;
- Reparação da pista de madeira do Velódromo Olímpico após o sinistro de incêndio ocorrido em Julho de 2017;
- Contratação de empresa para emissão de laudo do sistema de combate a incêndio do Velódromo;
- Adequação de instalações da Arena Carioca 1 para receber o novo escritório da AGLO.

Após a contratação de empresa de manutenção (Consórcio Hashimoto/Engepark), em 23 de novembro de 2017, foi efetivado pela DIN o Plano de Manutenção das Instalações do POB, cujo objetivo é de estabelecer uma sistemática mais eficiente e eficaz de gestão predial, para a prestação dos serviços contínuos de operação e manutenção predial preventiva, corretiva e preditiva.

Essa mesma empresa realizou a recomposição da cobertura do Velódromo Olímpico afetado por outro sinistro de incêndio em novembro de 2017.

Além disso, realizou a adequação de salas para a transferência da Representação do Ministério do Esporte e da AGLO, do Velódromo para a Arena Carioca 1.

Plano Estratégico de Ação

O Plano Estratégico de Ação (PEA) foi desenvolvido pela Diretoria de Infraestrutura do Ministério do Esporte, com a participação ativa da equipe de Infraestrutura da AGLO.

Esse Plano Estratégico de Ação consiste em criar soluções relacionadas às pendências decorrentes das obras das instalações olímpicas e paralímpicos dos jogos Rio 2016. Em reunião realizada em novembro de 2017 foi apresentado o referido Plano de Ações, elencando cinco macroproblemas e suas respectivas ações para solução com a aquiescência dos envolvidos, quais sejam: O Ministério do Esporte, a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, a Caixa Econômica Federal e a Autoridade de Governança do Legado Olímpico.

Também foi solicitado que próxima reunião cada envolvido emitisse parecer e sugestões para aprovação e assinatura do PEA. Essa reunião ocorreu no mês de dezembro de 2017 sem a manifestação da PCRJ, e até o final do exercício a Prefeitura não havia se manifestado. Somente em março de 2018, o PEA foi assinado pelas quatro Entidades envolvidas.

Principais Parceiros da Diretoria de Infraestrutura:

Governamentais

- ✓ Ministério do Esporte
- ✓ Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

Não Governamentais

- ✓ Concessionária RIOMAIS
- ✓ Rock in Rio World
- ✓ Engepark Obras e Serviços Ltda.
- ✓ A Geradora – Locação de Equipamentos
- ✓ Artex — Construções, Serviços e Reformas Ltda.
- ✓ UP Down – Soluções e Logística
- ✓ Construtora Forte Ltda.

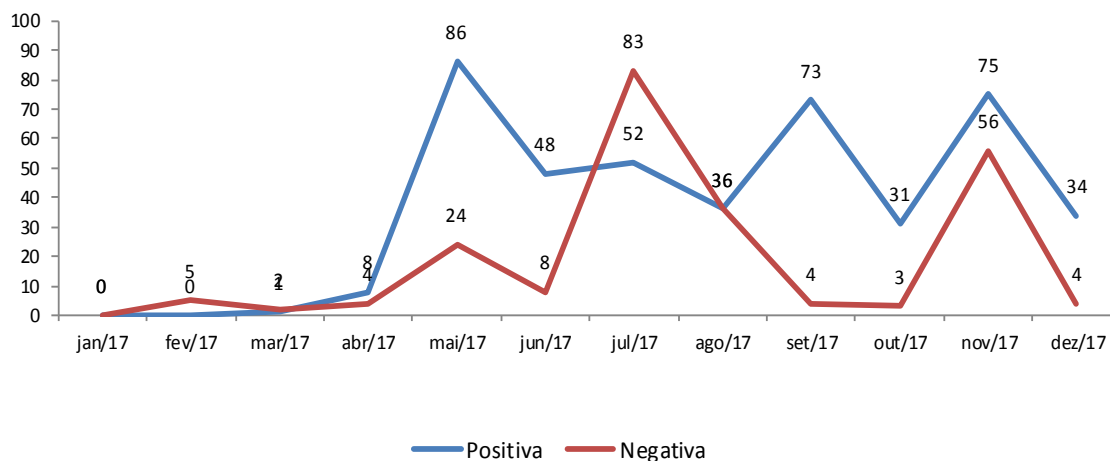
3.6.3. Ações de Marketing

Ao longo de 2017, a Diretoria de Marketing realizou diversas ações e desenvolveu projetos com o intuito de promover positivamente a autarquia e as suas iniciativas, ativações e eventos junto à sociedade, parceiros, clientes e entidades governamentais, para consolidar a imagem de utilidade e bem comum do legado olímpico. A elaboração do plano estratégico de marketing norteou todo o trabalho da equipe, para garantir a melhor e mais produtiva utilização das instalações do legado olímpico.

Através das metas traçadas no plano estratégico de marketing, conseguiu-se dar visibilidade positiva às ações da instituição no legado olímpico, de forma a aumentar o índice de percepção positiva das instalações olímpicas para o público-alvo, público em geral e para a mídia. Desde a existência da AGLO apuramos o percentual médio de 66% de mídias positivas.

Consideramos mídias positivas as publicações que mencionam de forma positiva ou neutra o Parque Olímpico e a AGLO ou as que divulgam as atividades no local. Segue a evolução do levantamento feito pela Diretoria de Marketing e que consta nos relatórios mensais, elaborados pela mesma, para acompanhamento dos indicadores de performances utilizados para tomada de decisões e alinhamento de estratégia.

Tipo	jan/17	fev/17	mar/17	abr/17	mai/17	jun/17	jul/17	ago/17	set/17	out/17	nov/17	dez/17	Total	
Positiva	0	0	1	8	86	48	52	36	73	31	75	34	444	66%
Negativa	0	5	2	4	24	8	83	36	4	3	56	4	229	34%
Total	0	5	3	12	110	56	135	72	77	34	131	38	673	



Este processo teve início com o desenvolvimento do manual da marca da AGLO, etapa iniciada pela criação da logomarca e do slogan da AGLO. O objetivo conceitual foi transmitir uma imagem de força, seriedade, compromisso, e que remetesse ao legado olímpico. Conforme as instalações olímpicas foram recebendo eventos esportivos, de negócios, de entretenimento, treinamentos esportivos e projetos sociais, as ações de marketing foram sendo executadas a fim de atrair estas categorias de parceiros e público para as instalações olímpicas.

Após a criação da marca, diversos canais de comunicação foram criados para divulgar e promover a autarquia junto a seu público-alvo, sociedade e mídia. A divulgação é realizada por meio de diversas ações da AGLO que ocorrem por meio da disseminação de conteúdo escrito, audiovisual e de imagem (twitter, facebook, instagram, youtube e página da AGLO disponível no site do Ministério do Esporte).

Foram muitos os desafios para reverter a imagem negativa do legado deixado pelo período pós-olimpíadas. Após a criação da autarquia, a equipe de marketing identificou a veiculação de um grande volume de mídias de impacto negativo, notou a ânsia da sociedade para o início da utilização das instalações em larga escala e era evidente a crise econômica que vem assolando o estado do Rio de Janeiro. Contudo, foi possível mudar este quadro. Os resultados alcançados podem ser aferidos de várias formas: pela interação do público nos canais de comunicação institucionais, pelo aumento do número de eventos realizados nas instalações olímpicas, pelo aumento do espaço na mídia de notícias positivas sobre as ações da AGLO no legado olímpico, pelo aumento do público nos eventos dentro do Parque Olímpico da Barra, pelo aumento do público na visita guiada do POB e pela maior participação da sociedade nas atividades e projetos sociais desenvolvidos pela autarquia.

As principais ações em 2017, que visaram divulgar e reforçar a AGLO como uma marca que trabalha com compromisso, transparência e responsabilidade para ativar, promover a continuidade, e preservar o legado olímpico, foram as seguintes:

Planejamento, Monitoramento e Supervisão de Eventos

Todos os eventos esportivos, sociais, de lazer e de entretenimento realizados em 2017 nas instalações olímpicas da AGLO, no Parque Olímpico da Barra, contaram com a presença da equipe de marketing no acompanhamento e produção de todos os eventos.

Este trabalho garantiu que o público presente, de aproximadamente 400 mil pessoas, pudesse aproveitar os eventos de forma tranquila, com segurança e mantendo padrão de qualidade definido pela AGLO. Os eventos em 2017 reuniram nas Arenas 2.297 atletas de alto rendimento, 9.599 atletas de base e 3.916 cidadãos, ao longo de 2017.

Quanto ao planejamento para execução dos eventos, foram desenvolvidas as seguintes ações: acompanhar reuniões com operadores dos eventos, juntamente com as áreas de marketing e infraestrutura; contatar produtor do evento para auxiliar os prestadores de serviços dos operadores, além de definir a logística dos mesmos; acompanhar as diversas fases de montagem dos eventos; definir os fluxos de autoridades, imprensa, público e staff dos eventos; supervisionar as operações dos eventos quando de sua realização; e acompanhar as fases de desmontagem dos eventos.

Criação da logomarca e do slogan da AGLO

O logotipo da AGLO tem uma tipologia de fácil leitura, mesmo quando aplicado em pequenos formatos. Tem como elemento um atleta estilizado em traços finos segurando a tocha olímpica, representação máxima dos jogos e do esporte, que traz movimento para o logotipo. As cores mais presentes no elemento são o verde e o amarelo, cores do Brasil e um pequeno detalhe vermelho simbolizando o fogo na tocha. No conjunto, temos um Logo que representa força, movimento e harmonia.

Programa Visita Guiada

Os Jogos Olímpicos do Rio tiveram como coração das competições o Parque Olímpico da Barra. O local atrai olhares de turistas e da população em geral, interessados em conhecer o legado olímpico. Levando em conta o potencial turístico do parque, o projeto Visita Guiada foi criado com o objetivo de divulgar e tornar acessível o legado olímpico e as ações da AGLO, possibilitando aos visitantes conhecer ou visitar as arenas, acompanhar treinamentos e competições de atletas e conhecer atividades de projetos sociais realizados dentro do Parque Olímpico, por meio de agendamento prévio pelo site do ME.

Durante a visita, os participantes têm a oportunidade de conhecer um esporte que ganha cada vez mais adeptos – o ciclismo de pista. No *tour* dentro do Velódromo, que recebe competições, atletas para treinos e projetos sociais, estão a sala de bicicletas e a pista, considerada a mais rápida do mundo. O percurso segue nas Arenas Carioca 1 e 2 e no Complexo de Tênis. Todo o passeio dura cerca de uma hora e meia e termina na Via Olímpica, onde se encontra o monumento de medalhas.

Para a realização desse projeto, a Diretoria de Marketing idealizou a Sala de Visita Guiada, onde começa o *tour*. Para o projeto buscou-se parcerias, para a aquisição de fotos e vídeos, momentos dos Jogos Rio 2016, tochas olímpicas e paraolímpicas, pódios utilizados na competição, uniformes dos voluntários, além de manequins, bancos e equipamentos para a projeção de vídeos. O espaço remete aos Jogos, destacando momentos históricos e atletas brasileiros com uso de painéis, totens aéreos, exibição de vídeos em telão, espaço para *selfies* com as tochas e pódio. Além disso, o espaço é utilizado para palestras, seminários, lançamento de projetos, dentre outros.

As despesas para estruturação da sala de visita guiada foram executadas por meio de contrapartidas. Para tanto, foi necessário seguir o procedimento instaurado pela AGLO, buscar orçamentos no mercado para aquisição de bens até a aquisição do material.

Durante o desenvolvimento do programa, foram realizados estudos de logística do POB para avaliação dos melhores acessos das áreas para posterior definição do roteiro e treinamento do guia da visita guiada.

No ano de 2017 o programa contou com a participação de aproximadamente 500 pessoas. O público este composto por moradores, turistas nacionais e internacionais e autoridades estrangeiras. Entre as cidades de origem estão Rio de Janeiro (RJ), Juiz de Fora (MG), Belo Horizonte (MG), Porto Alegre (RS), Macuco (RJ), Brasília (DF), Maceió (AL), Petrópolis (RJ), João Pessoa (PB), Sorocaba (SP), Belém do Pará (PA), Tóquio (Japão), Tucumã (Argentina), Val Paraíso de Viñadel Mar (Chile) e de Cardiff (País de Gales).

Durante o passeio, estava disponível um carro elétrico, para ser utilizado na mobilidade dos visitantes idosos, gestantes e pessoas com necessidades especiais, caso seja necessário.

A Sala Visita Guiada é o primeiro espaço a ser visitado. Conta com grandes painéis e totens aéreos, que mostram alguns momentos de atletas brasileiros medalhistas durante a olimpíada e paralimpíada do Rio. Os visitantes também podem experimentar a sensação de segurar as tochas, olímpica e paralímpica, e vivenciar a experiência de subir no pódio oficial dos Jogos. Na sala ainda são exibidos vídeos sobre os Jogos Rio 2016 e as atividades da AGLO.

Desde que foi implementada, a visita guiada vem recebendo melhorias paulatinamente e um público cada vez mais interessado e participativo. Realizado com turmas de até cinquenta pessoas e conduzido por um guia, o programa foi implementado com o apoio de parceiros, como: ASCOM do Ministério do Esporte, o Comitê Rio 2016 e o Comitê Olímpico Brasileiro.

A trabalho de divulgação aconteceu por meio das redes sociais da AGLO, visitas a escolas públicas e privadas, em municípios do Estado do Rio de Janeiro, bem como, na página da instituição, disponível no site do Ministério do Esporte e, posteriormente, durante campanha nacional realizada pelo ME, iniciada no fim do ano de 2017.

Adaptação da Cartilha AGLO

A Cartilha é um material de apresentação institucional da AGLO que apresenta com textos e fotografias explicativas da autarquia, suas atribuições principais, além de disponibilizar calendário de eventos realizados nas instalações olímpicas. Por meio de perguntas e respostas o leitor é informado sobre o contexto em que a autarquia foi criada e a finalidade de sua existência, quais são as instalações geridas pela AGLO, a destinação das piscinas que existiam no POB, os eventos esportivos e sociais realizados no Parque Olímpico como no Complexo Olímpico de Deodoro.

Criação do Portfólio Comercial

O Portfólio Comercial foi elaborado com o intuito de contribuir para a atuação da Diretoria de Relações Institucionais na venda da imagem do POB como um atrativo para competições e eventos esportivos, projetos sociais e culturais. Ele contém informações técnicas e fotografias das arenas, do entorno do Parque Olímpico da Barra e da parceria da AGLO com os hotéis da região, além dos tipos de eventos realizados nas instalações geridas pela autarquia.

Criação de Folder de Apresentação de Eventos no Parque Olímpico

Documento criado para apresentar os grandes e principais eventos realizados nas instalações olímpicas no Parque Olímpico da Barra. Utilizado durante apresentações do presidente da autarquia, o folder mostra a realização de eventos como o Circuito Mundial de Vôlei de Praia, o Campeonato Mundial de Ciclismo de Pista, a abertura dos Jogos da Baixada, o Futevôlei Team Águia, o Esporte e Cidadania para Todos, o Games XP, entre outros.

Produção de Mídia Gráfica AGLO

Por ser uma autarquia federal nova, a criação de mídia gráfica contribuiu para consolidar e melhorar a imagem da AGLO, tanto para o público interno como externo. A produção do material de papelaria para o escritório - template, papel timbrado padrão, convite padrão, cartão de visita, crachá de identificação dos servidores e de prestadores de serviço, supriu a necessidade de identificação da AGLO e de seus servidores.

Para a publicidade da AGLO durante eventos, treinamentos, competições, projetos sociais, visitas guiadas e reuniões com o público externo, desenvolveram-se diversas peças fixas e móveis - prisms, totens, lonas, faixas, backdrop, cavaletes e placas internas de identificação das arenas. O conteúdo desse material, no interior das arenas, expõe o slogan da AGLO, as logomarcas da autarquia federal e do Ministério do Esporte, e imagens de atletas brasileiros durante os Jogos Rio 2016. O parceiro da AGLO no desenvolvimento deste projeto foi a ASCOM do Ministério do Esporte.

Produção de Conteúdo

Redes Sociais: As redes sociais da AGLO foram criadas para dar visibilidade ao legado olímpico e às ações da AGLO, mostrando as atividades realizadas no Parque Olímpico. Diariamente, os perfis no Facebook, Instagram e no Twitter tiveram posts

publicados com textos, fotos e vídeos. Foram 971 publicações no facebook, 971 no twitter e 330 no Instagram. Todos estes perfis da AGLO geram engajamento com os internautas e, desde então, cresce o número de seguidores em cada um deles.

Reportagens: A produção de conteúdo também incluiu a elaboração de cerca de 20 reportagens, com produção de textos, fotos e vídeos, sobre treinamentos, projetos sociais, eventos e competições realizadas nas arenas geridas pela AGLO no Parque Olímpico. As matérias foram publicadas nos sites do Ministério do Esporte e da Rede Nacional do Esporte, na página da AGLO dentro do site do Ministério e no jornal impresso e on-line de um dos parceiros da AGLO ao longo de 2017, o Grupo O Dia.

Vídeo Institucional: O vídeo institucional, de cerca de quatro minutos e meio, mostra as principais ações realizadas no Parque Olímpico da Barra e nas arenas administradas pela AGLO durante o ano de 2017. Elaborado com texto, trilha sonora e narração, o material audiovisual foi produzido em parceria com a ASCOM do Ministério do Esporte e exibido durante a visita guiada, no canal da AGLO no youtube, no facebook e na página da AGLO no site do Ministério do Esporte.

E-mail Marketing: a diretoria de marketing produziu uma campanha de divulgação com conteúdo de fotos e textos dos eventos realizados no Parque Olímpico da Barra. O material foi divulgado através da ferramenta e-mail marketing do Rock in Rio. A produção do conteúdo foi definida e acordada entre a diretoria executiva da AGLO e o Rock in Rio, durante a negociação de contrapartida, e os disparos foram programados para dezembro de 2017 e início de 2018.

Criação do Site Institucional

Foi concluído em dezembro de 2017 o projeto do site institucional. Esse projeto foi desenvolvido pela equipe de marketing e a Supervisão de TI da AGLO, com os seguintes objetivos: dar transparência as atividades realizadas pela AGLO, informar ao público sobre os eventos programados, possibilitar o agendamento para a visita guiada, divulgar os projetos sociais e as entidades beneficiadas, disponibilizar o acervo de fotos, vídeos e publicações na mídia, e fornecer informações sobre e-mail e newsletter de contatos.

Identidade Visual Institucional nas Arenas

Foram criados painéis fixos para a identificação e divulgação das arenas, contendo o logotipo e slogan da AGLO, instalados em locais estratégicos de grande visibilidade no Velódromo,

no Centro de Tênis e na Arena Carioca 1. Foram criadas, também, peças móveis de identificação das instalações e de divulgação da AGLO, tais como: prismas, lonas, totens, faixas, *backdrop* e cavaletes. Tais materiais contribuíram para reforçar a imagem e o trabalho da AGLO junto ao público que compareceu aos eventos e aos que acompanharam as transmissões de TV.

Em conjunto com a Diretoria Executiva e com a ASCOM do ME foi desenvolvido um projeto específico de identidade visual da Arena Carioca 2, a qual será um Centro Olímpico de Treinamento. O COT receberá painéis com layouts de diversas modalidades esportivas e com logomarcas da AGLO e do Ministério do Esporte.

Criação de Material de Divulgação dos Eventos Internos

Coube à Diretoria de Marketing a criação de logomarca e diversos materiais de divulgação gráfica (convites, *folders*, *backdrop*, totens, camisetas, bonés, placas de sinalização, dentre outros) para os eventos sócio esportivos, realizados pela AGLO, a exemplo da comemoração ao dia das crianças e ao evento comemorativo de 01 ano dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016.

Nessas atividades, os principais parceiros da AGLO foram:

Governamentais

- Governo do Estado do Rio de Janeiro
- Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro
- Comissão de Desportos do Exército

Não Governamentais

- Águia Empreendimentos e Marketing Esportivo LTDA
- Associação Brasileira de Futebol em Cadeira de Rodas
- Associação David de Taekwondo
- Associação Tênis e Cidadania/RJ
- Canal Combat
- Central Única das Favelas do Rio de Janeiro
- Confederação Brasileira de Basquete - CBB
- Confederação Brasileira de Vôlei - CBV
- Confederação Brasileira de Futsal - CBFS
- Clube de Regatas do Flamengo
- Clube de Regatas Vasco da Gama

- Confederação Brasileira de Badminton
- Confederação Brasileira de Lutas Associadas
- Federação Brasileira de JiuJitsu
- Federação de Ciclismo do Estado do Rio de Janeiro
- Federação de Jiu Jitsu do Estado do Rio de Janeiro
- Federação de Tênis de Mesa do Estado do Rio de Janeiro
- Federação de Judô do Estado do Rio de Janeiro
- Federação de Karatê do Estado do Rio de Janeiro
- Instituto Irmãos Nogueira
- Instituto Anderson Águia
- Instituto Irmãos Nogueira
- Instituto Viva Vôlei
- Igreja Presbiteriana
- Instituto Ary de Carvalho
- IMM
- Jornal O Dia
- JC2 ESPORTES
- Projeto Maré que Transforma
- Rede Globo, Associação Tênis e Cidadania/RJ
- Rock World S.A
- Rio Open
- Sínodo do Rio de Janeiro
- Torie Propaganda e Publicidade LTDA
- Taípe Gráfica e Sign
- Vila Mix Festival Ltda

3.6.4. Ação de Relações Institucionais

Ao fazer a gestão das estruturas legadas, nosso objetivo tem sido, prioritariamente, as atividades de interesse público, com foco no esporte, seja ele de base ou alto rendimento, além do desporto educacional e as atividades culturais, sociais e de participação e lazer, a fim de demonstrar todo o potencial e a multifuncionalidade das instalações, além de uma área de mais de 30.000 M² destinada para estacionamento.

Diante disso, desenvolveu-se o plano estratégico e o plano de ação da Diretoria de Relações Institucionais, para ter uma direção, um rumo a ser seguido. Dentre várias atribuições e

objetivos, cabe a diretoria atuar na prospecção, recepção, relacionamento e captação de “clientes” de forma a ocupar todas as áreas sob gestão da AGLO.

Esses relacionamentos citados se dão por meio de 04 frentes de atuação, são elas: Diretoria de Relações Institucionais, Assessoria da Diretoria, Superintendências (Alto Rendimento, Educacional, Participação e Lazer, Apoio Técnico ao Treinamento e Comercial) e as Assessoria dos Superintendentes.

A Superintendência de Relações com Entidades do Desporto de Rendimento atua principalmente com o Comitê Olímpico Brasileiro – COB (30 modalidades representadas + 5 em vias de filiação), Comitê Paralímpico Brasileiro – CPB (22 modalidades representadas), Comitê Brasileiro de Clubes – CBC (14 federações que representam diversos clubes regionais cada uma), além de outras entidades esportivas de rendimento.

A Superintendência de Relações com Entidades do Desporto Educacional, tem como seus principais parceiros estratégicos as confederações de esportes universitário e escolar, assim como parcerias diretas com escolas, universidades e ONGs; Confederação Brasileira de Esporte Universitário – CBDU; Confederação Brasileira de Esporte Escolar – CBDE; Universidades e Escolas públicas e privadas e as ONGs.

A Superintendência de Relações com Entidades do Desporto de Participação, Lazer e Inclusão atua principalmente com as instituições governamentais e não governamentais sociais voltadas ao esporte e associações civis de prática esportiva amadora.

A Superintendência de Apoio Técnico ao Treinamento e Comercial, realiza desenvolvimento de relações bem-sucedidas com as entidades esportivas que estejam interessadas na ocupação dos espaços das arenas, fornecendo-as todo o apoio comercial necessário, como também para as empresas dos segmentos de negócios, turismo, cultura, entretenimento entre outras, interessadas em viabilizar a utilização das instalações.

Não só as superintendências, mas toda diretoria constrói parceiras comerciais com promotores de eventos privados que vão atuar na criação de projetos de interesse da AGLO e habilitá-los em leis de incentivo ao esporte e outros segmentos.

Com essas frentes, iniciou-se o trabalho de prospecção com apresentação específica para demonstrar todo o potencial das instalações olímpicas e a forma de utilizá-las. Foram convidadas várias entidades, Confederações, Federações, Clubes, Associações, além de empresas do ramo esportivo para conhecer e buscar parcerias que pudessem ser atraentes para ambos os lados.

Diante da visibilidade obtida com a divulgação citada, diversas entidades manifestaram interesse pelo uso das arenas para realização de eventos. Contudo, algumas dificuldades se impuseram, quais sejam:

- As solicitações de eventos estavam seguindo o mesmo modelo de solicitação do Ministério do Esporte;
- Os documentos exigidos eram insuficientes para dar segurança na realização de eventos;
- As informações fornecidas pelas entidades eram mínimas, não embasamento sobre os eventos que justificassem suas realizações no Parque;
- A cobrança pelo uso das arenas seguia o mesmo modelo que foi desenvolvido pelo ME, ou seja, as instituições deveriam apresentar 02 (dois) orçamentos de diferentes arenas e espaços similares, para que pudessemos, de forma subjetiva, estipular um valor a ser cobrado pelo uso das estruturas;
- Não havia modelo próprio de instrumento legal que garantisse segurança jurídica às partes envolvidas, descrevendo direitos e obrigações de ambas as partes;
- Inexistia fluxo processual.

Posteriormente, foi desenvolvido fluxo processual, propiciando maior agilidade para as ações da Diretoria, bem como, foram definidos os documentos imprescindíveis à autorização de uso. A partir de tais providências, os processos foram padronizados de modo a atender as especificidades da AGLO e a legislação vigente.

Em conjunto com a Diretoria de Gestão Interna (DGI), criaram-se, também, instrumentos adequados para as autorizações de uso das áreas, contendo informações e documentos necessários a serem providos pelas entidades.

Nessas tratativas foi imprescindível para a AGLO, observar a isonomia, quando da seleção dos parceiros, especialmente, com relação aos preços a serem cobrados pelo uso dos espaços do POB.

Considerando as diversas dificuldades encontradas, inclusive com relação às propostas apresentadas, que muitas vezes diziam respeito a eventos realizados em outras unidades da federação, causando incompatibilidade em relação à média de preços no mercado regional. Nas primeiras tratativas, verificou-se que o modelo adotado pelo ME para realização de eventos não era compatível com a nossa realidade, no que diz respeito à definição dos preços a serem cobrados.

Diante desses fatos e experiência, foi desenvolvido modelo de precificação a ser adotado nas tratativas para que pudessemos dar tratamento isonômico a todas as entidades interessadas na

utilização das áreas do Poço critérios de precificação, considerando como referência a Portaria n° 01, de 03 de janeiro de 2014, da Secretaria de Patrimônio da União (SPU), em conjunto com a análise mercadológica do preço por metro quadrado praticado na região e outros fatores.

O valor foi constituído a partir da aplicação da fórmula $V_{pu} = [(V_{ef} \times A \times 0,01) \times (Nd/90)] \times Ft$, conforme o artigo 8° da Portaria SPU n° 01/2014, onde, V_{ef} : corresponde ao valor do metro linear dos terrenos; A : área de utilização do espaço físico por metro quadrado; Nd : números de dias; e Ft : fator de uso.

Adotou-se, também, outro parâmetro para classificar os tipos de eventos que as entidades poderiam realizar. Conseguimos chegar às seguintes classificações de eventos, são elas:

- i. Atividade interesse público sem fins lucrativos*
- ii. Atividade interesse público com fins lucrativos*
- iii. Atividade esportiva com fins lucrativos*
- iv. Atividade não esportiva*
- v. Grandes eventos*

Identificar as diferentes situações e os tipos de eventos de forma a classificá-los foi fundamental para o desenvolvimento dos critérios de precificação.

A experiência da AGLO na relação com as entidades demonstrou que existem situações distintas, tipos de eventos e propósitos que incidem na determinação da precificação das diárias a serem cobradas pela autorização de uso.

Outros fatores para a definição da precificação:

- a. Grande repercussão e poder de atração de público;
- b. Ações sociais relevantes e impactantes;
- c. Potencial de integrar um calendário permanente para o Parque Olímpico (eventos plurianuais);
- d. Relevante e mensurável oportunidade de exposição das marcas da AGLO e do ME;
- e. Impacto relevante e positivo na economia da cidade;
- f. Necessidade de viabilizar o evento;
- g. Movimentação do fluxo turístico e ocupação dos hotéis da região.

Importante destacar que a cobrança de contrapartidas, seja materializada na contratação de serviços ou na doação de bens ou materiais, está fundamentada nos incisos 1º e 2º, do art. 11, da Lei 13.474/2017, nestes termos:

Art. 11. A utilização, a título precário, das áreas das instalações do legado olímpico que estejam sob a posse ou o domínio da União, para a realização de eventos de natureza esportiva, recreativa, cultural, religiosa ou educacional, poderá ser autorizada, sob o regime de autorização de uso, em ato do Presidente da AGLO.

§ 1º A utilização de que trata o caput deste artigo dar-se-á, quando couber, mediante a fixação de contrapartida financeira ou material, ou a combinação de ambas, na forma de regulamento, que fixará os parâmetros de precificação e as hipóteses de sua redução ou gratuidade, visando a incentivar o esporte e a estimular o uso dos bens do legado olímpico.

§ 2º As benfeitorias realizadas pela AGLO para adaptação das instalações olímpicas e paraolímpicas ao modo legado não invalidam ou modificam as obrigações contratuais assumidas pelas pessoas jurídicas responsáveis pela construção, obras ou benfeitorias anteriores nas mesmas instalações.

Importante destacar os 09 principais pontos de atenção que sugerem o interesse público e determinam as condições da autorização de uso das arenas:

- a. Desenvolva o esporte e seus agentes (atletas, técnicos e administradores do esporte);
- b. Beneficie diretamente o legado de forma compatível aos objetivos da AGLO;
- c. Promova a qualidade de vida e saúde;
- d. Agregue valor à cadeia produtiva do esporte;
- e. Dissemine de valores que promovam a cidadania e o comportamento ético e solidário;
- f. Contribuam com o cumprimento de metas de políticas públicas (esportivas, sociais, socialmente inclusivas, ambientais, de respeito à diversidade religiosa, etc);
- g. Funcionem como uma plataforma de promoção da imagem do Rio de Janeiro e do Brasil, atraindo interesses, a entrada de recursos, investimentos e novas receitas ao poder público;
- h. Estabeleçam um ambiente propício ao desenvolvimento das modalidades esportivas e condições adequadas para prática e treinamento de atletas e amadores (valendo também para atividades sociais, educativas, ambientais e religiosas).

Portanto, a Diretoria de Relações Institucionais fomentou o relacionamento ideal com diversas entidades e proporcionou os meios para que fosse demonstrado o potencial de uso e a versatilidade do POB, auxiliando a AGLO no cumprimento de sua missão institucional.

3.7 Apresentação e Análise de Indicadores de Desempenho

Os principais indicadores de performance que foram desenvolvidos ao longo do ano de 2017 foram:

1) Indicador de Evolução de eventos POB- Indicador que efetua a comparação mensal entre os eventos planejados versus os eventos realizados.

Tipo	Evolução												Total	Acumulado	
	jan/17	fev/17	mar/17	abr/17	mai/17	jun/17	jul/17	ago/17	set/17	out/17	nov/17	dez/17			
Plan.	0	1	0	0	3	3	6	6	6	6	6	6	43	43	121%
Real.	0	1	0	0	3	1	4	7	3	10	13	10	52	52	

2) Indicador de Evolução de eventos Deodoro

Tipo	jan/17	fev/17	mar/17	abr/17	mai/17	jun/17	jul/17	ago/17	set/17	out/17	nov/17	dez/17	Total	
Realizado	0	3	8	13	11	16	6	9	7	1	15	7	96	88%
Confirmado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0	4	4%
Cancelado	0	0	0	0	0	0	1	3	1	2	1	1	9	8%
Total	0	3	8	13	11	16	7	12	8	7	16	8	109	100%

Tipo	Total solicitações	Total
Centro Militar Tiro Esportivo	58	53%
Estacionamento Cel Wenceslau Malta	1	1%
Estacionamento do Hóquei	6	6%
Ginásio Cel Wenceslau Malta	12	11%
Hóquei de Grama	8	7%
Parque Equestre Gen Eloy Menezes	10	9%
Piscina Esportiva - 50 metros	14	13%
Total	109	100%

3) Impacto Social POB- Nessa evolução mensal acompanhamos a quantidade de Atletas de Alto Rendimento, Atletas de Base, Atletas Cidadãos e Público Presente.

Tipo	abr/17	mai/17	jun/17	jul/17	ago/17	set/17	out/17	nov/17	dez/17	Total
Atletas de Alto Rendimento	-	104	-	58	270	-	1.220	129	508	2.289
Atletas da Base	-	90	-	1.785	756	770	-	4.193	1.973	9.567
Atletas Cidadãos	250	-	1.200	715	555	-	1.200	-	246	4.166
Público Presente	-	7.400	900	10.880	6.630	211.980	17.370	20.820	20.460	296.440
Total	250	7.594	2.100	13.438	8.211	212.750	19.790	25.142	23.187	312.462

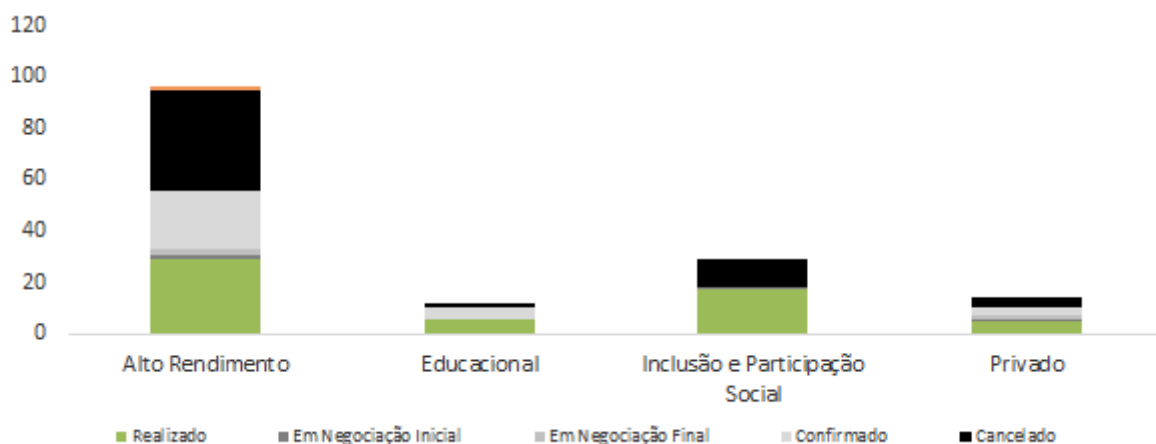
4) Solicitações de Eventos POB- Evolução mensal dos status das solicitações dos eventos, nos critérios “Realizado”, “Em Negociação Inicial”, “Em Negociação Final”, “Sobrestado”, “Confirmado” e “Cancelado”. Ao final do ano, identificamos que recebemos um total de 154 solicitações para efetuar eventos dentro do Parque Olímpico da Barra, com um percentual de eventos confirmados e/ou realizados de 53%.

Tipo	jan/17	fev/17	mar/17	abr/17	mai/17	jun/17	jul/17	ago/17	set/17	out/17	nov/17	dez/17	Total	
Realizado	2	0	5	2	6	4	9	3	12	6	2	1	52	36%
Em Negociação Inicial	0	0	0	0	1	0	1	0	1	0	0	1	4	3%
Em Negociação Final	0	0	0	0	2	0	1	0	0	0	0	0	3	2%
Sobrestado	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	2	4	9	6%
Confirmado	0	0	0	0	0	1	1	0	15	3	6	4	30	19%
Cancelado	0	3	2	1	9	13	9	4	9	1	3	2	56	35%
Total	2	3	7	3	18	18	21	10	37	10	13	12	154	100%



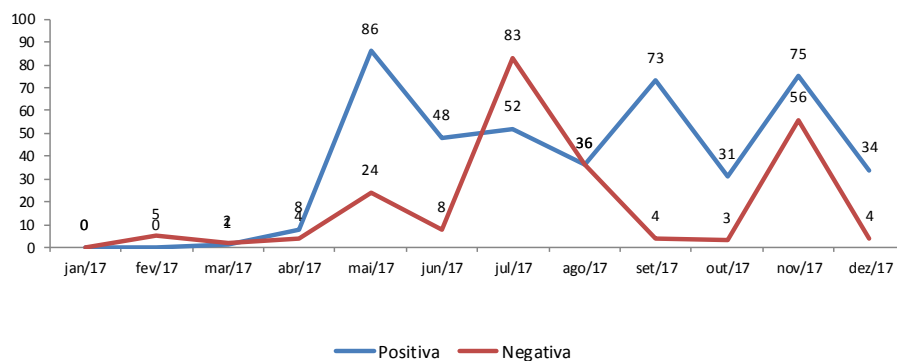
5) Solicitações Por Tipo de Eventos POB- Classificamos em 4 tipos de eventos, sendo Competição, Educacional/Social, Entretenimento e Treinamento.

Tipo	jan/17	fev/17	mar/17	abr/17	mai/17	jun/17	jul/17	ago/17	set/17	out/17	nov/17	dez/17	Total
Competição	2	3	5	1	17	14	10	9	31	6	10	9	117
Educacional/Social	0	0	0	0	1	4	10	0	2	1	1	2	21
Entretenimento	0	0	2	1	0	0	3	1	7	2	2	0	18
Treinamento	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	1	3
Total	2	3	7	3	18	18	23	10	40	10	13	12	159



6) Indicador da Imagem do Legado - Taxa de média espontânea positiva / neutra

Tipo	jan/17	fev/17	mar/17	abr/17	mai/17	jun/17	jul/17	ago/17	set/17	out/17	nov/17	dez/17	Total	
Positiva	0	0	1	8	86	48	52	36	73	31	75	34	444	66%
Negativa	0	5	2	4	24	8	83	36	4	3	56	4	229	34%
Total	0	5	3	12	110	56	135	72	77	34	131	38	673	



7) Indicador de execução de contrapartidas – AGLO/POB

VALOR TOTAL	CONSUMO	SALDO	% PENDENTE
R\$ 1.272.319,65	R\$ 1.184.321,65	R\$ 87.998,00	7%

8) Indicador de contratação dos serviços e materiais necessários – AGLO/POB

DPTO.	ELABORAÇÃO DE TR	CONTRATAÇÃO EM ANDAMENTO	CONTRATAÇÃO EM EXECUÇÃO	EM AVALIAÇÃO	TOTAL	
DGI	5	12	7	0	24	44%
INFRA	19	0	2	5	26	48%
DMKT	1	0	0	0	1	2%
DRI	1	0	0	0	1	2%
DEX	0	1	0	0	1	2%
PRES	1	0	0	0	1	2%
TOTAL	27 50%	13 24%	9 17%	5 9%	54 100%	

4. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

4.1. Descrição das estruturas de governança

No exercício de 2017 a AGLO executou suas ações sem estrutura regimental regulamentada. As atividades de controle interno foram parcialmente executadas pela Assessoria Especial de Controle Interno, contando com uma estrutura, inicial de 02 servidores e, posteriormente, com uma Supervisora, designada para auxiliar atividades de auditoria no âmbito da AGLO.

De acordo com a Lei 13. 474/2017 a AGLO é administrada pelo Presidente, pelo Diretor Executivo e pelos demais Diretores, os quais compõem a Diretoria Executiva.

Em 05 de março de 2018 foi editado o Decreto nº 9.299, que aprova a Estrutura Regimental, e em seu anexo I, apresenta o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e Funções de Confiança da AGLO, com previsão de um Órgão Colegiado formado pela Diretoria Executiva. Este Decreto entra em vigor em 04 de abril de 2018.

4.2. Atuação da Unidade de Auditoria Interna

Tendo em vista a inexistência de previsão de unidade de auditoria interna na Lei nº 13.474/2017, e para cumprir o estabelecido no art. 14 do Decreto nº 3.591, de 06 de setembro de 2000, por meio da Portaria nº 26, de 28 de setembro de 2017, DOU de 2 outubro de 2017, designou-se servidor para desempenhar atividades de auditoria interna até que fosse publicado o regulamento de cargos da AGLO. Este mesmo ato delega competência para o desempenho de atividades típicas de auditoria, com atribuições para subscrever informações prestadas ao Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, em nome da AGLO e ainda, realizar ações de atendimento aos órgãos de controle interno e externo.

Com base nos artigos 1º e 2º da Portaria AGLO nº 26/2017, realizou-se as seguintes atividades:

- ✓ Análise e emissão de Parecer de Auditoria sobre a prestação de contas ordinária de 2016, da Autoridade Pública Olímpica;
- ✓ Análise e emissão de Parecer de Auditoria sobre a prestação de contas extraordinária de 2017, da Autoridade Pública Olímpica;
- ✓ Elaboração e apresentação à CGU o Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna para 2018;

✓ Trabalho de auditoria e emissão do Relatório de Auditoria das despesas com passagens aéreas da Autoridade Pública Olímpica - APO, correspondente ao exercício de 2016, em atendimento à recomendação nº 171681, DE 30/09/2017, referente à Ordem de Serviço CGU (OS) nº 201700859, que trata da prestação de contas ordinária da APO, do exercício de 2016: “Considerando que as atividades da Autoridade Pública Olímpica foram encerradas em 30 de março de 2017, com a publicação da Medida Provisória nº 771, de 29 de março de 2017, recomenda-se à Autoridade de Governança do Legado Olímpico, por meio de sua unidade administrativa que venha a desempenhar as funções de auditoria interna, que inclua no planejamento de suas atividades para o exercício de 2017 a verificação das apurações realizadas pelo Grupo de Trabalho, instituído por meio da Portaria nº 14, de 10 de julho de 2017, com a finalidade de verificar a conformidade das despesas executadas pela APO em relação à concessão de diárias e passagens, emitindo opinião conclusiva sobre a regularidade desses pagamentos, encaminhando os resultados à CGU, em atenção ao disposto na Instrução Normativa CGU nº 24, de 17 de novembro de 2015.”;

✓ Assessoramento direto às Diretorias Finalísticas e Executiva da Entidade, no atendimento às demandas do Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União, conforme previsto na Portaria AGLO nº 26/2017, especialmente, no acompanhamento aos trabalhos de auditoria realizados pela CGU, relativos aos exames de auditoria sobre os atos e fatos da gestão da Autoridade de Governança do Legado Olímpico - AGLO referentes ao exercício de 2017, previstos na Ordem de Serviço CGU nº 201701993;

✓ Participação dos trabalhos de apuração da conformidade das despesas executadas pela APO em relação ao contrato nº 07/2015, realizada pelo Grupo de Trabalho, criado por meio da Portaria nº 14, de 10 de julho de 2017, com a finalidade de averiguar os cálculos de volumes dos mobiliários e bagagens, emitindo opinião conclusiva sobre a regularidade dos procedimentos adotados e quanto aos valores pagos e, eventualmente, quanto a valores a serem restituídos, previsto na Ordem de Serviço da CGU nº 201700859 (recomendação nº 171687, de 30/09/2017). Este trabalho encontra-se em fase de conclusão do Relatório;

✓ Prestou orientações para a elaboração da prestação de contas da AGLO referente ao exercício de 2017;

4.3 Gestão de Riscos e Controles Internos

No que concerne à gestão de riscos pela autarquia, considerando a sua recente criação, bem como sua temporariedade, estabeleceu-se adotar como parâmetro, a política de gestão de riscos em fase de implementação pelo Ministério do Esporte

Sobre o assunto o ME instituiu a Política de Gestão de Riscos, publicada no DOU em 13 de novembro de 2017, com a finalidade de estabelecer os princípios, diretrizes e responsabilidades mínimas a serem observados e seguidos para a gestão de riscos relativamente aos planos estratégicos, programas, projetos e processos do Ministério do Esporte.

Desta forma, tendo em vista o estágio avançado em que se encontra a política de gestão de riscos do ME, estabeleceu-se no âmbito da AGLO a aderência aos procedimentos daquela pasta.

No exercício de 2017, foram implementados controles internos, com a finalidade de identificar os riscos, criar mecanismos para mitigá-los, garantir a segurança das informações e assegurar a conformidade dos atos de gestão da Autarquia, em observância as normas vigentes. Pode-se citar, como exemplo, os seguintes mecanismos de controles internos, os quais estão explicitados em itens específicos deste relatório:

- ✓ Procedimentos de solicitação de eventos, com fluxo estabelecido (Subitem 3.1.5.4)
- ✓ Contrapartidas provenientes da utilização precária das áreas do POB sob a gestão da AGLO, com fluxo estabelecido;
- ✓ Relatórios gerenciais que demonstram o status, a criticidade, e prazos para solução e responsabilidade pelas correções das anomalias construtivas das instalações olímpicas (Subitem 3.1.5.2.);
- ✓ Capacidade operacional e logística das entidades, com a exigência de recursos mínimos necessários para a garantia do sucesso do evento pretendido. (Subitem 3.1.5.3);
- ✓ Relatório de entrega das instalações nas condições e prazos previstos;
- ✓ *Dashboard* de macroprocessos institucionais com prazos e resultados estipulados;
- ✓ Indicadores de desempenho (Subitem 3.1.3.1.).

5. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

5.1. Gestão de Pessoas

De acordo com a Lei 13.474, de 23 de agosto de 2017, o quantitativo de cargos da AGLO é composto por 65 Cargos em Comissão e 30 Funções Técnicas Gratificadas.

A AGLO pode, ainda, conforme art. 4º da mencionada Lei, exercer suas atividades com pessoal cedido de órgãos e entidades da administração pública federal e dos demais entes federados.

A força de trabalho da AGLO é composta por profissionais qualificados e com experiência nas suas áreas de atuação. Atualmente, o quadro de servidores é composto por 62 servidores com curso Superior e 10 servidores com ensino médio.

Cabe ressaltar que até o dia 31 de dezembro de 2017, o Decreto referente à estrutura funcional da AGLO ainda não havia sido aprovado.

Com relação a capacitação e treinamento do pessoal, foram realizados os seguintes eventos:

	EVENTO	LOCAL	DATA
AGU	Curso Avançado IN-5	AGLO	03/08/2017
SIT/MINISTÉRIO DO TRABALHO	Palestra Saúde no Trabalho	AGLO	16/10/2017
Supervisão de Licitações, Contratos, Parcerias e Convênios/SLCP	Planejamento de Contratação Melhores Práticas / IN SLTI nº 5	AGLO	14/11/2017
ENAP	SICONV – OBTV para conveniente	EAD	08 a 28/08/2017

5.1.1. Estrutura de pessoal da unidade

A força de trabalho da AGLO é composta por 20% de servidores requisitados de outros órgãos e esferas, e de 80% de servidores sem vínculo com a Administração Pública.

Força de Trabalho da UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos	Egressos
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	30	15	16	1
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	-	-	-	-
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	-	-	-
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	03	03	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	30	12	13	01
2. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	65	57	62	05
4. Total de Servidores (1+2+3)	95	72	78	06

Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	11	04
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	-	-
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	-
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	-	-
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	11	04
2. Servidores com Contratos Temporários	-	-
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	29	28
4. Total de Servidores (1+2+3)	40	32

Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos	Egressos
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	65	62	67	05
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	-	-	-
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	-	05	05	-
1.2.4. Sem Vínculo	-	57	62	05
1.2.5. Aposentados	-	-	-	-
2. Funções Gratificadas	30	10	11	01
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	-	-	-
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	03	03	-
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	-	07	08	01
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	95	72	78	06

Rotatividade de pessoal em 2017

Rotatividade em 2017 (Quantidade)	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Nº de exonerações	-	-	-	-	-	1	1	-	-	2	2	-
Nº de nomeações/designações	0	0	0	23	10	11	14	10	-	3	4	3
Nº de funcionários ativos no mês				23	33	43	56	66	66	67	69	72

5.1.2. Demonstrativo das despesas com pessoal

De acordo com a Lei 13.474/2017, em seu artigo 13, as despesas da AGLO no exercício de 2017, correram, excepcionalmente, à conta das dotações orçamentárias existentes no âmbito do Ministério do Esporte.

5.2. Gestão de Patrimônio e Infraestrutura

O controle de bens móveis da Autoridade de Governança do Legado Olímpico é realizado pela Supervisão de Logística, unidade vinculada à Diretoria de Gestão Interna.

Tendo em vista que a Medida Provisória nº 771, de 29 de março de 2017, convertida em Lei nº. 13.474, de 23 de agosto de 2017, transforma a Autoridade Pública Olímpica – APO, na Autoridade de Governança do Legado Olímpico – AGLO, dotada de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, vinculada ao Ministério do Esporte, o controle de bens móveis, no exercício de 2017, teve início com a realização do inventário dos bens de consumo advindos da APO. Assim, além de atender à determinação legal, foi possível identificar os bens inventariados ou não pela APO, para ajustar o acervo da Unidade.

Esse inventário físico foi realizado por uma equipe formada de dois prestadores de serviço e um servidor efetivo do governo federal comissionado (FT3) na AGLO. O levantamento só foi possível de ser realizado após ser firmado o contrato nº 7/2017, com a empresa APPA Serviços Temporários e Efetivos LTDA, cujo objeto é prestar serviços terceirizados de mão de obra para apoio administrativo, técnico e operacional. Isso porque a recém-criada AGLO estava num moroso processo de formação de quadro funcional, em face das restrições impostas pelo Decreto nº 9.144, de 22 de agosto de 2017, que dispõe sobre as cessões e as requisições de pessoal em que a administração pública federal, direta e indireta, seja parte. Com essa norma, somente servidores federais podem ocupar os cargos comissionados (FT), sendo que o trâmite para a liberação do servidor no órgão de origem tem sido demasiadamente lento.

O trabalho da equipe de patrimônio abrangeu a comprovação da espécie, a quantidade, o valor dos bens patrimoniais do acervo para atualização dos registros e controles administrativo e contábil dos materiais das seguintes contas: Expediente; Processamento de Dados; Aparelhos e equipamentos para esportes e diversões; Aparelhos e Utensílios Copa e Cozinha, bem como os materiais de consumo.

Tudo se encontra registrado no SIAFI e compatibilizado com o Sistema Integrado de Administração de Serviços (SIADS).

A continuidade do trabalho se dará no exercício de 2018, promovendo o inventário dos bens patrimoniais móveis localizados nas instalações esportivas do POB, tais como: pisos e equipamentos esportivos, máquinas, equipamentos e aparelhos elétricos, utensílios, mobiliários, livros, softwares, etc.

5.2.1. Gestão do Patrimônio Imobiliário da União

ão há gestão de imóveis próprios da União na responsabilidade desta Supervisão de Logística. AGLO está instalada no Parque Olímpico da Barra, que, no âmbito do Ministério do Esporte, abrange as instalações ARENAS CARIOCAS 01 e 02, o CENTRO OLÍMPICO DE TÊNIS, o VELÓDROMO OLÍMPICO DO RIO e as respectivas áreas de circulação, conforme a planta de situação do Termo de Cessão de Uso nº 139/2016-SPA de 23.12.2016. Sendo assim, esta SLOG faz a gestão dessas instalações cedidas, que tem ao todo uma área de 156.209,32m².

Instalação	Áreas (m ²)						
	Lote	Projeção	Construída	Anexos	Vias internas	Estacionamento	Externa
	a	b	c	d	e	f	g= a-b-d-e-f
ARENA 1	75.173,69	14.089,28	37.966,18	2.680,78	3.593,00	30.763,00	13.255,28
ARENA 2		10.792,35	23.537,04				
VELÓDRO MO	27.754,83	11.728,86	19.873,68	734,42	-	-	15.291,55
TÊNIS	53.280,80	12.013,74	25.420,80	1.675,99	-	-	39.591,07
TOTAL	156.209,32	48.624,23	106.797,70	5.091,19	3.593,00	30.763,00	68.137,90

A gestão de toda essa área tem visado à adequação do espaço à necessidade administrativa e operacional da AGLO, priorizando a manutenção e a utilização das instalações esportivas olímpicas e paraolímpicas destinadas às atividades de alto rendimento ou a outras manifestações desportivas de que trata o art. 3º da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, constantes da matriz de responsabilidade dos Jogos Rio 2016.

Tendo em vista os contratos firmados em 2017, a manutenção das instalações do POB sob gestão da AGLO importa em de 1(um) milhão de reais mensais distribuídos da seguinte forma:

SERVIÇO	EMPRESA	VIGÊNCIA	R\$/MÊS
Limpeza, conservação e higienização com fornecimento de todo material necessário e dedicação exclusiva na mão de obra.	CARDEAL - Gestão Empresarial e Serviços Ltda.	18.09.2017 17.09.2018	265.092,34
Prevenção e combate a incêndio e pânico, evacuação de área e prestação de primeiros socorros para proteção à vida e ao patrimônio por meio de Bombeiro Civil nas instalações esportivas.	ATAC FIRE Extintores Comércio E Serviços LTDA. – EPP	9.10.2017 8.10.2018	89.166,62
Serviços contínuos de operação e de manutenção predial preventiva, corretiva e preditiva, compreendendo o fornecimento dos postos de serviço, todo o material e equipamentos necessários e adequados à execução dos serviços, bem como para a realização de serviços eventuais diversos, nos sistemas, equipamentos e instalações prediais utilizados nas instalações esportivas da AGLO	ENGEPARK Obras e Serviços LTDA. – EPP	24.11.2017 23.11.2018	434.433,66
Prestação dos serviços terceirizados de mão de obra para apoio administrativo, técnico e operacional.	APPA Serviços Temporários e Efetivos LTDA	1º.12.2017 30.11.2018	95.239,81
Gerenciamento do fornecimento de energia em arenas olímpicas com locação de subestação elétrica metálica pré-fabricada tipo eletro centro.	A GERADORA Aluguel de Máquinas S.A.	13.09.2017 12.09.2018	124.000,00

Embora tenha sido realizado o certame para contratação de empresa de segurança patrimonial, em virtude do encerramento do exercício fiscal, não foi possível firmar o contrato a tempo, ficando adiado para início de 2018.

As ocorrências de 2017 mostraram que os principais riscos, no POB, vêm do céu, sejam os causados pelas fortes chuvas, como também pelos balões. As pancadas de chuva e as fortes rajadas de

vento que atingiram o Rio de Janeiro em 2017 provocaram alagamento em parte das instalações internas no POB. Por outro lado, apesar de proibida por lei, a brincadeira de soltar balão é uma prática muito comum no Rio de Janeiro, durante o inverno, de junho a agosto. O percurso do balão depende unicamente da direção do vento, podendo cair em qualquer lugar. E balões caíram por duas vezes no semestre passado sobre o Velódromo, julho e novembro, provocando incêndio e dano ao revestimento da cobertura. Para mitigar tais riscos: os plantonistas das empresas prestadoras de serviço agem rapidamente para inibir as proporções dos danos; os pontos vulneráveis da construção das arenas são avaliados para corrigi-los definitivamente; e, no caso dos balões, a ampla divulgação do ocorrido na imprensa tem solicitado à população a colaboração no sentido de ajudar a identificar e conscientizar os grupos responsáveis por tal brincadeira arriscada. Isso deverá gerar uma campanha educativa todo ano quando da aproximação das festas juninas.

Assim, a SLOG tem contribuído: na otimização dos recursos financeiros destinados à aquisição de materiais e contratação de serviços; na realização de certames licitatórios; bem como com a gestão e fiscalização dos contratos firmados; além do contínuo abastecimento de materiais de uso comum e serviços de limpeza e segurança.

Eventos Realizados no Parque Olímpico da Barra Sob a Gestão da AGLO

Durante o exercício de 2017 foram firmados Protocolos de Intenções para a utilização das Arenas Cariocas 1 e 2, Velódromo e Centro Olímpico de Tênis, em caráter precário, incluídas as quadras externas e áreas comuns.

Tais utilizações de uso precário, em alguns casos, geraram contrapartidas onerosas, as quais foram revertidas em benfeitorias para a adequação e manutenção do POB, conforme planilha demonstrada a seguir, contemplando: o nome do evento, local de realização, valor da contrapartida, contrapartida social, datas de início e de término dos eventos.

Eventos realizados em 2017 nas arenas esportivas do POB com autorização de uso:

Nome do Evento	Local de Realização	Valor de Contrapartida	Contrapartida Social	Data Início do Evento	Data Término do Evento
Treinamento de Atletas de Ciclismo	Velódromo	-	-	09/05/2017	24/05/2017
Circuito Mundial de Vôlei de Praia	Centro de Tênis	190.000,00	1) 60 mil em benfeitorias; 2) 1000m³ de areia avaliada em 130 mil	16/05/2017	22/05/2017
Campeonato Estadual de Pista - Rio Bique Weekend	Velódromo	Em GRU: 10.000,00 Em Benfeitorias: 5.000,00	1) 250 ingressos para população carente; 2) Doação de 30 bicicletas; 3) Transporte para crianças de escola pública; 4) Curso para técnico de arbitragem do ciclismo; 5) Alimentos não perecíveis revertidos para uma entidade carente indicada pela AGLO.	26/05/2017	28/05/2017
Abertura dos Jogos da Baixada	Arena 01	-	-	10/06/2017	10/06/2017
IV Etapa do Ranking Estadual e Estudantil de Tênis de Mesa	Arena 01	-	Escola de detecção de novos talentos de Tênis de Mesa	08/07/2017	09/07/2017
Esporte e Cidadania para Todos	Arena 02	-	-	08/07/2017	Em andamento
Reality Show - Projeto IPPON	Velódromo	15.000,00	Benfeitorias	10/07/2017	18/07/2018
I Tênis Rio Categoria Classes	Quadra Externa de Tênis	-	Aulão com 80 crianças da Rede Municipal	15/07/2017	16/07/2017
Gracie Pro Jiu Jitsu	Arena 01	43.763,00	1) R\$ 43.763,00 revertido em benfeitorias; 2) 50% de todo alimento arrecadado.	21/07/2017	23/07/2017
I Tênis Rio Categoria Classes	Quadra Externa de Tênis	-	Aulão com 80 crianças da Rede Municipal	22/07/2017	23/07/2017
I Tênis Rio Categoria Classes	Quadra Externa de Tênis	-	Aulão com 80 crianças da Rede Municipal	29/07/2017	30/07/2017
III Copa Carioquinha de Caratê	Arena 01	-	-	30/07/2017	30/07/2017
Evento 1 Ano Jogos Olímpicos	Arena 01, Quadra Externa de Tênis e Centro de Tênis	-	-	05/08/2017	05/08/2017

Nome do Evento	Local de Realização	Valor de Contrapartida	Contrapartida Social	Data Início do Evento	Data Término do Evento
V Etapa do Ranking Estadual e Estudantil de Tênis de Mesa	Arena 01	-	Clínica de detecção de novos talentos.	12/08/2017	13/08/2017
Aberto Infanto Juvenil de Tênis	Quadra Externa de Tênis	-	Aulão com 80 crianças da Rede Municipal	19/08/2017	27/08/2017
Game XP	Arena 01 & Arena 02	600.000,00	1) R\$ 450 mil em bens e serviços; 2) R\$ 150 mil em propriedades publicitárias e marketing.	20/08/2017	10/09/2017
Rock in Rio Brasil	Centro de Tênis & Quadras Externas & Área Externa	295.000,00	Construção de uma quadra de areia	15/09/2017	24/09/2017
Rio Carioca Games - Cross Fit	Arena 01	15.456,68	Organizador ainda apresentou planilha final de lucros	30/09/2017	01/10/2017
Dia das Crianças Olímpico - Esporte, brincadeiras e muita diversão.	Arena 01 & Arena 02	-	-	12/10/2017	12/10/2017
Rei do Rio e Infantil	Arena 01	-	-	14/10/2017	14/10/2017
Curso de Operações Especiais, Categorias B e C - BOPE	Estacionamento	-	-	20/10/2017	20/10/2017
Campeonato Brasileiro de Futebol em Cadeira de Rodas	Arena 02 & Área Externa	-	Clínica de experimentação de futebol em cadeira de rodas.	26/10/2017	29/10/2017
Celebração dos 500 anos da Reforma Protestante	Arena 01	38.551,53	Revertido em bens e serviços.	28/10/2017	28/10/2017
Jogos Universitários	Arena 01 & Arena 02	-	-	02/11/2017	04/11/2017
Festeja Brasil	Área externa de tênis	8.500,00	1) R\$ 5.000,00 revertido em bens e serviços; 2) R\$ 3.500,00 ações sociais.	04/11/2017	04/11/2017
Abu Dhabi Grand Slam Jiu-Jitsu World Tour Brasil	Arena 01	55.648,44	Melhorias da infraestrutura das Arenas.	10/11/2017	12/11/2017
Campeonato Mundial Militar de Vôlei de Praia 2017 - Finais	Quadra Externa de Areia	-	-	11/11/2017	12/11/2017
Treinamento da seleção brasileira feminina de futsal	Arena 02	-	-	13/11/2017	18/11/2017

Nome do Evento	Local de Realização	Valor de Contrapartida	Contrapartida Social	Data Início do Evento	Data Término do Evento
Taça Thomaz Koch - Campeonato Estadual de Tênis 2017	Quadra Externa de Tênis	-	Aulão com 80 crianças da Rede Municipal	18/11/2017	03/12/2017
IX Copa Leão De Karatê	Velódromo	-	-	18/11/2017	18/11/2017
Maré que Transforma	Velódromo	-	-	18/11/2017	18/11/2017
Liga Nacional de Basquete - Vasco x Mogi	Arena 01	-	1) 250 ingressos sociais; 2) Reforma em 2 vestiários; 3) Mobiliário; 4) 38 prismas de publicidade de quadra; 5) Identidade visual da quadra e 6) Montagem do piso	18/11/2017	18/11/2017
Jogo Amistoso Internacional de Futsal Feminino	Arena 01	-	-	19/11/2017	19/11/2017
Maratona da Alegria Vila Mix Rio	Estacionamento	10.400,00		19/11/2017	19/11/2017
EVENTO CBW 1) Copa Brasil Internacional de Wrestling	Arena 02	-	1) Todo alimento recebido na entrada do evento foi revertido para a AGLO; 2) Doação de 1.000 camisetas que foram encaminhadas para as entidades sociais.	21/11/2017	27/11/2017
EVENTO CBW 2) Campeonato Sul-americano de Wrestling	Arena 02	-	-	21/11/2017	27/11/2017
EVENTO CBW 3) Terceira Etapa da Juventude 2017	Arena 02	-	-	21/11/2017	27/11/2017
EVENTO CBW 4) Torneio de Luta Tradicional	Arena 02	-	-	21/11/2017	27/11/2017
Taça Thomaz Koch - Campeonato Estadual de Tênis 2017	Quadra Externa de Tênis	-	Aulão com 80 crianças da Rede Municipal	25/11/2017	26/11/2017
Torneio de Encerramento de Judô	Velódromo	-	-	25/11/2017	26/11/2017
1º Etapa Eliminatória da Copa do Mundo de Basquetebol Adulto Masculino	Arena 01	-	-	27/11/2017	27/11/2017

Nome do Evento	Local de Realização	Valor de Contrapartida	Contrapartida Social	Data Início do Evento	Data Término do Evento
Cidade PCD Pessoas com Deficiência	Arena 02	-	1) Clínica de experimentação para pessoas com deficiência; 2) Divulgação da marca da AGLO, no Jornal o Dia, durante o evento e em diversos meios de comunicação.	01/12/2017	03/12/2017
Taça Thomaz Koch - Campeonato Estadual de Tênis 2017	Quadra Externa de Tênis	-	Aulão com 80 crianças da Rede Municipal	02/12/2017	03/12/2017
VI Etapa do Ranking Estadual e Estudantil de Tênis de Mesa	Arena 01	-	Escola de detecção de novos talentos de Tênis de Mesa	03/12/2017	03/12/2017
Final do Campeonato Estadual de Caratê	Velódromo	-	-	03/12/2017	03/12/2017
Campeonato Sul-americano de Badminton	Arena 01	-	-	04/12/2017	04/12/2017
Abertura do Projeto Social Rio Open	Centro de Tênis	-	-	15/12/2017	15/12/2017
Atletas da Rua - Esporte Inspira	Centro de Tênis & Quadras Externas & Área Externa	-	-	16/12/2017	16/12/2017
Fight for Life	Arena 01	-	-	16/12/2017	16/12/2017
Combate Interno - Lutas	Arena 02	-	-	16/12/2017	16/12/2017
Liga Nacional de Basquete - Vasco X Botafogo	Arena 01	-	1) 250 ingressos sociais; 2) Reforma em 2 vestiários; 3) Mobiliário; 4) 38 prismas de publicidade de quadra; 5) Identidade visual da quadra e 6) Montagem do piso	19/12/2017	19/12/2017
Liga Nacional de Basquete - Flamengo x Vasco	Arena 01	-	1) 250 ingressos sociais; 2) Reforma em 2 vestiários; 3) Mobiliário; 4) 38 prismas de publicidade de quadra; 5) Identidade visual da quadra e 6) Montagem do piso	30/12/2017	30/12/2017

5.3. Gestão de Tecnologia da Informação

O Plano Diretor de Tecnologia de Informação (PDTI) está sendo implantado em consonância com o Planejamento Estratégico da AGLO, com previsão de término e aprovação para abril de 2018.

O PDTI compreende todas as ações voltadas a área de Tecnologia da Informação que são imprescindíveis ao desenvolvimento dos objetivos estratégicos da Autarquia, de forma a prever as principais contratações de serviços especializados nas áreas de sistemas, infraestrutura, manutenção evolutiva e aquisições de software específicos.

1) Descrição das atividades do Comitê Gestor de TI

O Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicações (CGTIC) foi instituído no âmbito da AGLO, através da Portaria nº 10 de 03 de julho de 2017, DOU de 05/07/2017, com as seguintes finalidades:

- a) Assegurar que a governança de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC seja devidamente considerada como parte da governança corporativa da AGLO;
- b) Analisar os principais investimentos em TIC;
- c) Deliberar sobre políticas, diretrizes e planos relativos à TIC;
- d) Determinar as prioridades dos programas de investimentos em TIC de forma integrada com as estratégias e prioridades da AGLO;
- e) Monitorar o estado atual dos projetos de TIC; e
- f) Resolver conflitos envolvendo recursos de TIC.

Para essas finalidades foram definidas as seguintes competências:

- a) Aprovar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações (PDTIC), bem como revisá-lo sempre que necessário;
- b) Promover o alinhamento das ações de TIC às estratégias da AGLO, com vistas ao cumprimento do PDTIC, do Planejamento Estratégico Institucional (PEI) e das demais diretrizes e normas estabelecidas no âmbito do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP);
- c) Estabelecer políticas de minimização de riscos, de priorização e de distribuição dos recursos de TIC;
- d) Estabelecer e propor um plano de investimentos em TIC, inclusive quanto às aquisições de hardware e software;

- e) Monitorar os valores destinados à TIC no orçamento da AGLO;
- f) Definir prioridades na formulação e execução de planos e projetos de TIC;
- g) Coordenar a execução das ações previstas no PDTIC;
- h) Avaliar a infraestrutura tecnológica e os sistemas de informação da AGLO com proposição de eventuais atualizações, revisões e desativações;
- i) Aprovar e divulgar anualmente, em sua primeira reunião ordinária, o cronograma de atividades do CGTIC;
- j) Recomendar padrões e procedimentos técnicos e operacionais no uso da Internet e da Intranet, observada a Política de Segurança da Informação e Comunicações (POSIC) do Ministério;
- k) Promover o alinhamento do PDTIC à Estratégia de Governança Digital (EGD) da Administração Pública Federal; e
- l) Monitorar o processo de gestão de contratos de TIC.

O PDTIC conterà o planejamento dos investimentos e demais contratações de soluções de TIC a serem executadas na AGLO, bem como as prioridades entre as ações nele previstas.

Composto pelos representantes titular/suplente das seguintes áreas:

- a) Gabinete do Presidente;
- b) Diretoria Executiva;
- c) Diretoria de Relações Institucionais;
- d) Diretoria de Marketing;
- e) Diretoria de Infraestrutura;
- f) Diretoria de Gestão Interna.

Foram designados os representantes do Comitê Gestor de Tecnologia da informação e Comunicações – CGTIC, por meio da Portaria nº 15, de 12/07/2017, DOU de 14/07/2017.

Os trabalhos técnicos desse grupo subsidiaram a elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI.)

Em 2017, foram realizadas reuniões de levantamento/diagnóstico de necessidades de TI, com os membros do comitê representando as diretorias da AGLO: Diretoria de Marketing; Diretoria de Gestão Interna; Diretoria de Infraestrutura; Diretoria de Relações Institucional; e Diretoria Executiva.

Com base no diagnóstico, foi possível compreender a situação atual de TIC da AGLO e resultou na lista de projetos de TI a serem contratados para garantir o atingimento dos seguintes objetivos:

- Continuidade e disponibilidade dos serviços de TI;
- Infraestrutura de TI adequada para as atividades administrativas e finalísticas;
- Desenvolvimento de competências na força de trabalho de TI;
- Compartilhar e integrar dados, processos, sistemas, serviços e infraestrutura;
- Garantir a gestão e execução dos recursos orçamentários de TI; e
- Prover a interação entre governo e sociedade com uso de soluções de TI.

2) Descrição dos principais sistemas de informação

A AGLO não dispõe de sistemas próprios. No exercício de suas atividades, utiliza os seguintes sistemas disponíveis para a Administração Pública Federal:

SISTEMA	DESCRIÇÃO	SETOR NEGÓCIO RESPONSÁVEL
SIAFI/SAFIN	SIAFI: sistema de execução orçamentária e financeira, serve para emitir empenhos e realizar pagamentos.	Orçamento, Financeiro
SIOP	SIOP: sistema para lançar a PLOA e acompanhar a execução do orçamento. Equipe orçamentária/financeira deve ter acesso.	Orçamento, Financeiro
SICAF E CADIN	SICAF e CADIN: consulta para processos de aquisição.	Administrativo
SIASG (Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais)	Sistema de registro de contratos, Subsistema do SIASG.	Contratos
COMPRASNET	Comprasnet: sistema de licitações. Aqui é aonde o pregoeiro atua e homologam as licitações.	Licitações
SCDP	SCDP: para emissão de diárias e passagens. Precisa ver quem é competente na AGLO para tanto.	Orçamento, Financeiro
SIAPE/SIGEPE	RH	RH
SICONV	SICONV: plataforma de gestão de convênios, termos de fomento/colaboração, é o sistema mais importante quando o assunto é descentralização de recursos para entidades privadas sem fins lucrativos.	Convênios
SAPIENS	SAPIENS: Sistema AGU de Inteligência Jurídica	Procuradoria da AGLO (Jurídico)
SEI	Sistema Eletrônico de Informações	TI
SIADS	Sistema para gestão de materiais e patrimonial	Logística

3) Descrição do plano de capacitação do pessoal de TI

Não houve.

4) Descrição de quantitativo de pessoas que compõe a força de trabalho de TI

A AGLO No exercício de 2017 contou com apenas um servidor na Supervisão de Tecnologia da Informação, como segue:

Quadro - Força de Trabalho de TI

Nome	Mateus Dias Marçal
Origem	Servidor da AGLO (Comissionado sem vínculo)
Formação	Graduação em Administração de Sistemas de Informação MBA em Gestão Estratégica de Empresas
Experiência profissional	<ul style="list-style-type: none">– Gestão de projetos utilizando PMI, Change Management e Governança de TI– Elaboração e implementação de Planejamento Estratégico de TI e PDTI– Administração de recursos de informática e telefonia– Projetos em Cloud Computing (IaaS, PaaS e SaaS)– Implantação e Operacionalização de sistema ERP (Protheus 8.1/10 Microsiga – TOTVS– Engenharia de processos, modelagem, mapeamento e melhorias de processos– Vivência em gestão de negócios, elaboração de modelos de projeção e orçamento– Gestão de Contratos e Serviços de TI ITIL v3 (Suporte, Manutenção e Garantia), Gestão de Níveis de Serviços (Métricas SLA, OLA / Ponto de Função) e Fundamentos da Gestão Financeira (CAPEX e OPEX)– Elaboração de Propostas e Termo de Referência Técnica/Projeto Básico e RF.– Diretor de Identificação Civil do DETRAN/RJ– Diretor Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação do DETRAN/RJ
Função Atual	Supervisor de TI

5) Descrição dos processos de gerenciamento de serviços TI implementados na unidade, com descrição da infraestrutura ou método utilizado.

Não houve.

6) Descrição dos projetos de TI desenvolvidos

No ano de 2017 com apoio da TI do ME implantamos os projetos relacionados a seguir:

- a) SEI – Sistema Eletrônico de Informações;

b) Site Institucional da AGLO; Valor Contratado: R\$31.831,92 Link de Conexão de Internet, permitindo acesso aos sistemas Estruturantes do Governo Federal como: SAPIENS, SEI, SIAFI, SIAPE, SIADS, COMPRASNET; SICAF; Drive virtual de armazenamento na nuvem Gdrive, Software de controle e acompanhamento de atividades na Nuvem TRELLO;

c) Elaboração do Planejamento de Programação Orçamentária 2018-2019 com base nos levantamentos de necessidades de Tecnologia da Informação das áreas da AGLO;

d) Serviços de Correio Eletrônico (e-mail).

7) Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a unidade.

Não houve.

5.3.1. Relação de Contratações de Tecnologia da Informação

Em novembro/2017 foi contratado o serviço de *outsourcing* de impressão, conforme processo SEI nº 58021.000209/2017-61. Contrato nº: 08/2017, Área Requisitante da Solução: DGI/STIC - Supervisão de Tecnologia da Informação, Nome do Projeto: Locação de Impressoras Multifuncional Laser com fornecimento de papel, Contratada: MAC ID COMERCIO SERVICOS E TECNOLOGIA DA INFORMATICA. CNPJ: 11.427.054/0001-54. Início em 01/12/2017. Valor: R\$80.400,00 (anual).

5.3.2. Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)

A Supervisão de Tecnologia da Informação, juntamente com o Comitê de TI, realizou reuniões de levantamento das necessidades/diagnósticos de TI de todas as áreas da AGLO, gerando quadro de necessidades para atender aos objetivos e metas definidas no planejamento estratégico da AGLO.

Para elaboração do PDTI à AGLO utilizou o Guia de PDTIC do SISP versão 2.0, publicado pela STI/MP, disponível no endereço www.sisp.gov.br. O guia do SISP define 3 (três) fases que compõem o processo de elaboração do PDTI, quais sejam: Preparação, Diagnóstico e Planejamento:

- ✓ **Preparação:** representa o início do projeto de elaboração do PDTIC, onde é definido a abrangência e o período do Plano. Constituído-se uma a equipe de elaboração, identificando os documentos de referência e planejando o projeto.
- ✓ **Diagnóstico:** visa compreender a situação atual da Tecnologia da Informação e Comunicação da AGLO, visando a identificação das necessidades.
- ✓ **Planejamento:** planejar o atendimento das necessidades de TIC, estabelecendo os planos e as ações adequados para o alcance dos objetivos esperados. Para isso, priorizou-se o planejamento das necessidades, a definição dos indicadores e metas, abrangendo aspectos de pessoal, orçamentários e riscos envolvidos.

Estrutura e finalidade

Supervisionar a infraestrutura relacionada à microinformática e desenvolvimento de sistemas da AGLO, mantendo o ambiente operacional de forma que todas as áreas tenham os seus planos de melhoria contínua, sempre atualizados.

Gerir a infraestrutura computacional e dos mecanismos de segurança da informação em conformidade com as estratégias, políticas e planos institucionais, assim como o desenvolvimento de sistemas de informação.

Executar os serviços de suporte técnico aos usuários internos para a resolução de problemas e para o uso de serviços de tecnologia da informação.

Objetivo Estratégico

Proporcionar à AGLO o suporte necessário para viabilizar o Legado Olímpico Sustentável dentro do prazo estipulado na Lei nº 13.474/2017.

Prover a interação entre governo e sociedade com uso de soluções de TI.

Objetivos Específicos

- Garantir continuidade e disponibilidade dos serviços de TI;
- Garantir a infraestrutura de TI adequada para as atividades administrativas e finalísticas;
- Garantir desenvolvimento de competências na força de trabalho de TI;

- Compartilhar e integrar dados, processos, sistemas, serviços e infraestrutura;
- Garantir a gestão e execução dos recursos orçamentários de TI;
- Prover a interação entre governo e sociedade com uso de soluções de TI.

6. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

6.1. Canais de Acesso do Cidadão

O principal canal de acesso do cidadão à unidade, no ano de 2017, foi o site do Ministério do Esporte em aba específica da AGLO. Além desse, outros canais foram criados para proporcionar ao cidadão o acesso à informações de transparência, tais como: Facebook, Instagram, Twitter e Youtube. Todos esses mecanismos de acesso geraram intenso engajamento com os internautas, totalizando 971 publicações no Facebook, 971 no Twitter e 330 no Instagram em 2017. Desde então, cresce o número de seguidores em cada um deles.

No tocante ao relacionamento com a mídia, buscou-se uma ampla divulgação das atividades a entidades esportivas, a veículos de imprensa e a sociedade. Em 28 de abril de 2017 a AGLO apresentou a representantes de federações, confederações e outras entidades o plano de ocupação das instalações dos Jogos Olímpicos.

Ao longo do ano de 2017, o presidente da AGLO concedeu uma série de entrevistas a jornalistas para divulgar o processo de atuação da autarquia no desenvolvimento do legado olímpico. Tais atividades resultaram na divulgação de aproximadamente 800 publicações em mídias sobre Parque Olímpico da Barra e a gestão da AGLO.

6.2. Mecanismos de Transparência das Informações Relevantes Sobre a Atuação da Unidade

Em observância ao o princípio da transparência, foram intensificadas e ampliadas a interação com o cidadão por meio de diversas mídias sociais anteriormente citadas, ampliando o monitoramento da AGLO sobre as demandas sociais para atendê-las de forma eficiente.

Enquanto não dispunha de site específico, a AGLO utilizou espaço no site do Ministério do Esporte como forma de transparência ativa. Nessa aba foram divulgados: projeto de visita guiada, Matriz de Responsabilidades, reportagens sobre treinamentos, projetos sociais, eventos e competições realizadas, dentre outros. As matérias foram divulgadas também no espaço da Rede Nacional do Esporte.

A AGLO também realizou audiência pública no dia 14 de junho de 2017 para apresentar o plano de legado das instalações olímpicas, que consiste no planejamento estratégico e operacional da autarquia, e a versão final da matriz de responsabilidades dos Jogos Rio 2016.

No decorrer de 2017, também foi desenvolvido e implantado o sítio institucional da AGLO. Concluído em dezembro de 2017 e disponibilizado ao público em janeiro de 2018, o projeto visadar transparência as atividades realizadas pela AGLO, divulgando os eventos, projetos sociais a serem realizados e programados, além de possibilitar o agendamento para a visita guiada, disponibilizar o acervo de fotos, vídeos e publicações na mídia e informações de contato através de e-mail e newsletter. Importante ressaltar que o site possui aba específica de transparência ativa, “acesso à informação”, em cumprimento a Lei de Acesso à Informação (12.527/2011).

7. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

7.1. Desempenho Financeiro no Exercício

No decorrer de 2017 o Ministério do Esporte transferiu para a AGLO recursos financeiros que totalizaram R\$ 6.666.651,71 (seis milhões, seiscentos e sessenta e seis mil, quinhentos e cinquenta e um reais e setenta e um centavos) para pagamento a fornecedores, prestadores de serviços e recolhimento de tributos.

Desse montante financeiro, foi desembolsada a quantia de R\$ 4.572.322,97 (quatro milhões, quinhentos e setenta e dois mil, trezentos e vinte e dois reais e noventa e sete centavos).

Considerando os recursos financeiros recebidos do Ministério do Esporte durante o ano de 2017 e os pagamentos realizados, restou um saldo de R\$ 2.091.212,74 (dois milhões, noventa e um mil, duzentos e doze reais e setenta e quatro centavos), que estão sendo empregados para pagamento das despesas remanescentes do ano de 2017, inscritas em Restos a Pagar.

7.2 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas Elaboradas de Acordo com Legislação Específica

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em observância aos dispositivos legais, em especial a Lei Federal nº 4.320/64, Lei Complementar nº 101/2000, os Princípios de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, as Instruções de Procedimentos Contábeis e demais disposições normativas vigentes.

Seguem anexas as Demonstrações Contábeis e Nota Explicativa do contador.

8. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

8.1. Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
011.819/2017-0	1662	9.2.1	Of. 2.505/2017TCU SECEX RJ de 16/8/2017	24/8/2017
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Autoridade de Governança do Legado Olímpico.				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>9.2. determinar, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 e no art. 250, inciso II, do Regimento Interno, à Autoridade de Governança do Legado Olímpico (AGLO) que:</p> <p>9.2.1. encaminhe, em até 30 dias após o término de cada quadrimestre, até a sua extinção, na forma do art. 12 da MP 771/2017, relatório contendo, de forma consolidada, as ações e providências adotadas, com relação à manutenção, à conservação e à utilização provisória das arenas olímpicas, consoante incisos I e III, do art. 1º da MP 771/2017, abordando necessariamente: a relação de contratos, convênios, acordos ou instrumentos congêneres, com seus objetos e valores, que forem executados pela referida autarquia temporária e pelos demais entes envolvidos na gestão do legado olímpico, devendo o primeiro relatório referir-se ao segundo quadrimestre de 2017;</p> <p>9.2.2. adote, em até 60 dias, providências no sentido de realizar levantamento dos custos incorridos e a incorrer, com vícios de construção</p> <p>e com danos nas arenas olímpicas do Complexo da Barra da Tijuca ocasionados pelo uso nos Jogos Olímpicos do Rio 2016, e ainda, com aqueles decorrentes de eventual abandono precoce dessas instalações por parte do Comitê Rio 2016, caso ainda não tenha sido realizado, tomando, dentro desse mesmo prazo, providências, até mesmo judiciais, caso necessário, para buscar a reparação sobre possíveis prejuízos ao Erário, nos termos do art. 927 do Código Civil de 2002;</p>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
As recomendações encontram-se com efeitos suspensivos, tendo em vista o Ofício nº 55/2017/AGLO, de 08 de setembro de 2017, que apresentou Pedido de Reexame, com base nas considerações, ponderações e justificativas anexadas ao citado documento, na forma do art. 286 do Regimento Interno do TCU.				

8.2. Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno

Em razão da AGLO ainda não possuir unidade de auditoria Interna, por meio da Portaria nº 26, de 28 de setembro de 2017, publicada no D.O.U. de 2 outubro de 2017, o Senhor Presidente designou servidora da AGLO, matrícula SIAPE nº 0093176, nomeada para desempenhar atividades de auditoria interna até que fosse publicado o decreto de estrutura regimental, conforme previsto no

art. 14 da Lei nº 13.474/2017. Neste mesmo ato delega competência para o desempenho de atividades típicas de auditoria, com atribuições para subscrever informações prestadas ao Ministério da Transparência e Controladoria- Geral da União, em nome da AGLO.

Dessa forma, as recomendações do Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União foram pautadas nas Prestações de Contas da extinta APO, transformada em AGLO, conforme especificamente, relacionadas à Prestação de Contas ordinária de 2016 e Prestação de Contas extraordinária de 2017. Ficando registradas 08 (oito) recomendações, dessas, 50% foram atendidas até 31 de dezembro de 2017. Quanto às demais recomendações, considerando a manifestação do Gestor, encontram-se em fase de análise pelo Órgão de Controle Interno.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 21/02/2018 PAGINA 1

SUBTÍTULO 180080 - AUTORIDADE DE GOVERNANÇA DO LEGADO OLÍMPICO

ÓRGÃO SUPERIOR 51000 - MINISTÉRIO DO ESPORTE

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 21/02/2018 PAGINA 2

SUBTÍTULO 180080 - AUTORIDADE DE GOVERNANÇA DO LEGADO OLÍMPICO

ORGAO SUPERIOR 51000 - MINISTERIO DO ESPORTE

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
DEFICIT	-	-	6.663.295,96	6.663.295,96
TOTAL	-	-	6.663.295,96	6.663.295,96
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	-	-	6.660.179,96	4.572.322,97	4.572.322,97	-6.660.179,96
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	6.660.179,96	4.572.322,97	4.572.322,97	-6.660.179,96
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	3.116,00	3.116,00	3.116,00	-3.116,00
Investimentos	-	-	3.116,00	3.116,00	3.116,00	-3.116,00
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	-	-	6.663.295,96	4.575.438,97	4.575.438,97	-6.663.295,96
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 21/02/2018 PAGINA 3

SUBTÍTULO 180080 - AUTORIDADE DE GOVERNANÇA DO LEGADO OLÍMPICO

ORGAO SUPERIOR 51000 - MINISTERIO DO ESPORTE

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	6.663.295,96	4.575.438,97	4.575.438,97	-6.663.295,96
TOTAL	-	-	6.663.295,96	4.575.438,97	4.575.438,97	-6.663.295,96

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 26/02/2018 PAGINA 1

SUBTÍTULO 180080 - AUTORIDADE DE GOVERNANÇA DO LEGADO OLÍMPICO

ÓRGÃO SUPERIOR 51000 - MINISTÉRIO DO ESPORTE

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	6.663.295,96	-
Ordinárias	-	-	Ordinárias	3.486,00	-
Vinculadas	-	-	Vinculadas	6.659.809,96	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	6.659.809,96	-
Transferências Financeiras Recebidas	6.666.651,71	-	Transferências Financeiras Concedidas	-	-
Resultantes da Execução Orçamentária	6.666.651,71	-	Resultantes da Execução Orçamentária	-	-
Sub-repasse Recebido	6.666.651,71	-	Independentes da Execução Orçamentária	-	-
Independentes da Execução Orçamentária	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Despesas Extraorçamentárias	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	2.097.856,99	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-	-	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	2.087.856,99	-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	10.000,00	-			
Arrecadação de Outra Unidade	10.000,00	-			
Saldo do Exercício Anterior	-	-	Saldo para o Exercício Seguinte	2.101.212,74	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.101.212,74	-
TOTAL	8.764.508,70	-	TOTAL	8.764.508,70	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2017

PERÍODO
Anual

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	180080 - AUTORIDADE DE GOVERNANÇA DO LEGADO OLÍMPICO
ORGAO SUPERIOR	51000 - MINISTERIO DO ESPORTE

EMISSAO
21/02/2018

PAGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ATIVO CIRCULANTE	2.101.212,74	-	PASSIVO CIRCULANTE	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.101.212,74	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	-	-
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoques	-	-	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	Provisões a Curto Prazo	-	-
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	-	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE	421.268,26	-	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Resultado Diferido	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	-	-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	-	-	-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPSS	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Reservas de Capital	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Imobilizado	421.268,26	-	Reservas de Lucros	-	-
Bens Móveis	421.268,26	-	Demais Reservas	-	-
Bens Móveis	421.268,26	-	Resultados Acumulados	2.522.481,00	-
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-	-	Resultado do Exercício	2.522.481,00	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
Bens Imóveis	-	-	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.522.481,00	-
Bens Imóveis	-	-			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	-	-			
Softwares	-	-			
Softwares	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 21/02/2018 PAGINA 2

SUBTÍTULO 180080 - AUTORIDADE DE GOVERNANÇA DO LEGADO OLÍMPICO

ÓRGÃO SUPERIOR 51000 - MINISTÉRIO DO ESPORTE

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat. Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	2.522.481,00	-	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.522.481,00	-

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ATIVO FINANCEIRO	2.101.212,74	-	PASSIVO FINANCEIRO	2.087.856,99	-
ATIVO PERMANENTE	421.268,26	-	PASSIVO PERMANENTE	-	-
			SALDO PATRIMONIAL	434.624,01	

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	189.043,88	-	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	8.509.948,59	-
Execução dos Atos Potenciais Ativos	189.043,88	-	Execução dos Atos Potenciais Passivos	8.509.948,59	-
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	189.043,88	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	8.509.948,59	-
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	189.043,88	-	TOTAL	8.509.948,59	-

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	3.355,75
Recursos Vinculados	10.000,00
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	10.000,00
TOTAL	13.355,75



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 26/02/2018 PAGINA 1

SUBTÍTULO 180080 - AUTORIDADE DE GOVERNANÇA DO LEGADO OLÍMPICO

ÓRGÃO SUPERIOR 51000 - MINISTÉRIO DO ESPORTE

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	2.104.328,74	-
INGRESSOS	6.676.651,71	-
Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	6.676.651,71	-
Ingressos Extraorçamentários	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	6.666.651,71	-
Arrecadação de Outra Unidade	10.000,00	-
DESEMBOLSOS	-4.572.322,97	-
Pessoal e Demais Despesas	-4.572.322,97	-
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 26/02/2018 PAGINA 2

SUBTÍTULO 180080 - AUTORIDADE DE GOVERNANÇA DO LEGADO OLÍMPICO

ÓRGÃO SUPERIOR 51000 - MINISTÉRIO DO ESPORTE

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-4.572.322,97	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-	-
Dispêndios Extraorçamentários	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-3.116,00	-
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-3.116,00	-
Aquisição de Ativo Não Circulante	-3.116,00	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.101.212,74	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 26/02/2018 PÁGINA 3

SUBTÍTULO 180080 - AUTORIDADE DE GOVERNANÇA DO LEGADO OLÍMPICO

ÓRGÃO SUPERIOR 51000 - MINISTÉRIO DO ESPORTE

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	-	-
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	2.101.212,74	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	180080 - AUTORIDADE DE GOVERNANÇA DO LEGADO OLÍMPICO
-----------	--

ÓRGÃO SUPERIOR	51000 - MINISTÉRIO DO ESPORTE
----------------	-------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	7.094.803,97	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	10.000,00	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	10.000,00	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	7.084.803,97	-
Transferências Intragovernamentais	6.666.651,71	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	418.152,26	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	-	-
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	-	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	-	-
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	180080 - AUTORIDADE DE GOVERNANÇA DO LEGADO OLÍMPICO
-----------	--

ÓRGÃO SUPERIOR	51000 - MINISTÉRIO DO ESPORTE
----------------	-------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	-	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	4.572.322,97	-
Pessoal e Encargos	-	-
Remuneração a Pessoal	-	-
Encargos Patronais	-	-
Benefícios a Pessoal	-	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Aposentadorias e Reformas	-	-
Pensões	-	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	4.506.022,97	-
Uso de Material de Consumo	-	-
Serviços	4.506.022,97	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	-	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	-	-
Transferências Intragovernamentais	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	-	-
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	-	-
Desincorporação de Ativos	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	180080 - AUTORIDADE DE GOVERNANÇA DO LEGADO OLÍMPICO
-----------	--

ÓRGÃO SUPERIOR	51000 - MINISTÉRIO DO ESPORTE
----------------	-------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
Tributárias	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	66.300,00	-
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	66.300,00	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	2.522.481,00	-

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2017	2016



MINISTÉRIO DO ESPORTE
Autoridade de Governança do Legado Olímpico
Presidência da Autoridade de Governança do Legado Olímpico
Diretoria Executiva da Autoridade de Governança do Legado Olímpico
Diretoria de Gestão Interna da Diretoria Executiva da AGLO
Supervisão de Prestação de Contas da Diretoria de Gestão Interna

NOTA EXPLICATIVA Nº 1/2018/DGI/SPCO/AGLO/DEX/DGI/AGLO/DEX/PR-AGLO/AGLO

PROCESSO Nº 58021.000112/2018-30

INTERESSADO: AGLO

1. ASSUNTO

1.1. NOTAS EXPLICATIVAS DA AUTORIDADE DE GOVERNANÇA DO LEGADO OLÍMPICO - EXERCÍCIO DE 2017

2. REFERÊNCIAS

A Autoridade de Governança do Legado Olímpico – AGLO é uma Autarquia Federal temporária, registrada no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, sob o nº 127.702.127.0001-09, Unidade Gestora nº 180080, Gestão 00001 e vinculada ao Ministério do Esporte, dotada de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, tendo sido criada pela Medida Provisória 771, de 29 de março de 2017, posteriormente convertida na Lei nº 13.474, de 23 de agosto de 2017.

A AGLO integra os Orçamentos Fiscais, da Seguridade Social e Estatal da União e utiliza o Sistema Integrado de Administração Federal do Governo Federal – SIAFI para sua execução orçamentária, financeira e contábil, trabalhando a limitação dos prazos de fechamento mensal e de encerramento do ano civil, conforme determinações da Secretária do Tesouro Nacional – STN.

3. SUMÁRIO EXECUTIVO

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em observância com os dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei nº 4.320, de 31 de março de 1964, os Princípios de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade Pública Aplicada ao Setor Público, o Novo Plano de Contas adotado pela Secretária do Tesouro Nacional, integrante do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 7ª edição, bem como as instruções e Procedimentos e demais disposições normativas vigentes.

A AGLO segue às normas gerais de direito financeiro aplicável às entidades públicas, no aspecto orçamentário, abrangendo as etapas de previsão e execução das receitas e das despesas, nas respectivas classificações orçamentárias codificadas, de acordo com a Portaria STN/SOF nº 163, de 04 de maio de 2011, bem como o disposto no art. 35, da lei nº 4.320/64, considerando como realizadas as despesas legalmente empenhadas e as receitas efetivamente arrecadadas no exercício.

4. ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES

I – BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro evidencia os ingressos e as saídas de recursos financeiros, a título de receitas e despesas orçamentárias, bem como de recebimento e pagamentos de natureza extra orçamentário, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte e contempla duas seções: Ingressos (Receitas Orçamentárias e Recebimentos Extra orçamentários) e Dispêndios (Despesa Orçamentária e Pagamentos Extra orçamentários).

Ambos se equilibram com a inclusão do saldo em espécie do exercício anterior na coluna dos ingressos e o saldo em espécie para o exercício seguinte na coluna dos dispêndios, sendo elaborado utilizando-se as seguintes classes do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP):

- Classes 1 (ativo) e 2 (passivo) para os recebimentos e pagamentos extra orçamentários, bem como para o saldo em espécie do exercício anterior e o saldo em espécie a transferir para o exercício seguinte;

- Classes 4 (variações patrimoniais aumentativas) e 3 (variações patrimoniais diminutivas) para as transferências financeiras recebidas e concedidas, respectivamente;

- Classe 5 para o preenchimento dos restos a pagar inscritos no exercício, conforme parágrafo único do artigo 103, da Lei nº 4.320/1964; e

- Classe 6 para o preenchimento das informações de execução da receitas e despesas orçamentárias.

Receitas Orçamentárias

Outros recursos vinculados a órgãos e programas

Não há registro de valor, tendo em vista que os recursos para execução das despesas foram recebidos por “Transferência Financeiras Recebidas” como sub-repasse do Ministério do Esporte, segundo a nota de crédito nº 2017NC000453.

Transferência Financeira Recebida

O Ministério do Esporte realizou sub-repasse no valor de R\$ 6.666.651,71 (seis milhões seiscientos e sessenta e seis mil, seiscientos e cinquenta e um reais e setenta e um centavos), referente aos valores orçamentários e financeiros para manutenção das despesas de custeio no exercício sob análise.

Recebimentos Extra orçamentárias

Nesse grupo, foi totalizado o valor de R\$ 2.097.856,99 (dois milhões, noventa e sete mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e noventa e nove centavos), que compreendem os valores referentes aos saldos das contas “Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados” e Outros Recebimentos Extra orçamentários, assim discriminados:

Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados

Nesse grupo, destaca-se o valor de R\$ 2.087.856,99 (dois milhões, oitenta e sete mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e noventa e nove centavos), que compreendem aos valores referentes aos saldos dos empenhos emitidos no exercício de 2017 que não foram liquidados ou cancelados até o encerramento do exercício do ano.

Outros Recebimentos Extra-orçamentários

Nesse grupo, foi observado o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), referente ao pagamento de contrapartida, tendo como recolhedor a Federação de Ciclismo do Estado do Rio de Janeiro, CPNJ 29.510.575.0001.36, conforme previsto no Protocolo de Intenção nº 03/2017.

Despesas Orçamentárias:

Nesse grupo, destaca-se o valor de R\$ 6.663.295,96 (seis milhões, seiscentos e sessenta e três mil, duzentos e noventa e cinco reais e noventa e seis centavos), que compreendem os valores referentes aos saldos das contas ordinárias e "Outros Recursos Vinculados a Órgão e Programas", como segue:

1. Despesas Ordinárias:

Apresenta um saldo de R\$ 3.486,00 (três mil, quatrocentos e oitenta e seis reais), sendo o valor de R\$ 2.266,00 (dois mil, duzentos e sessenta e seis reais), referente às despesas empenhadas liquidadas e pagas, além do valor de R\$ 1.220,00 (hum mil, duzentos e vinte reais) referente a despesas a liquidar inscritos em resto a pagar não processados.

2. Outros Recursos Vinculados a Órgão e Programas:

As despesas vinculadas apresentam um saldo de R\$ 6.659.809,96 (seis milhões, seiscentos e cinquenta e nove mil, oitocentos e nove reais e noventa e seis centavos), sendo o valor de R\$ 4.573.172,29 (quatro milhões, quinhentos e setenta e três mil, cento e setenta e dois reais e vinte e nove centavos) é referente às despesas empenhadas, liquidadas e pagas.

E o valor de R\$ 2.086.636,99 (dois milhões, oitenta e seis mil, seiscentos e trinta e seis reais e noventa e nove centavos) é referente às despesas a liquidar inscritas em resto a pagar não processados.

Saldo para o Exercício Seguinte:

Nesse grupo, observa-se o valor de R\$ 2.101.212,74 (dois milhões, cento e um mil, duzentos e doze reais e setenta e quatro centavos), que compreende o valor do saldo financeiro da conta caixa, transferido para o exercício seguinte.

II – BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).

A Lei nº 4.320/1964 confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial, ao separar o ativo e o passivo em Financeiro e Permanente, em função da dependência ou não de autorização legislativa ou orçamentária para realização dos itens que o compõem, sendo os ativos e passivos conceituados e segregados em circulante e não circulante

O Balanço Patrimonial é composto por:

Segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP, o Quadro Principal do Balanço Patrimonial é elaborado utilizando-se as classes 1 (ativo) e 2 (passivo e patrimônio líquido) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP.

- Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes: os ativos e passivos financeiros e permanentes e o saldo patrimonial são apresentados pelos seus valores totais;

- Quadro das Contas de Compensação: elaborado utilizando-se a classe 8 (controles credores) do PCASP; e,

- Quadro do Superávit / Déficit Financeiro: é elaborado utilizando-se o saldo da conta 8.2.1.1.1.00.00 – *Disponibilidade por Destinação de Recurso*, segregado por Fonte / Destinação de Recursos.

Ativo Circulante:**Caixa e Equivalente de Caixa**

Nesse grupo, destaca-se o valor de R\$ 2.101.212,74 (dois milhões, cento e um mil, duzentos e doze reais e setenta e quatro centavos) que compreende o valor do saldo financeiro da conta caixa.

Ativo Não Circulante:**Imobilizado****Bens Móveis**

Nesse grupo, observa-se o valor de R\$ 421.268,28 (quatrocentos e vinte e um mil, duzentos e sessenta e oito reais e vinte e oito centavos), que compreende:

- conta contábil 123110104 (Aparelho e Equipamento para esporte e diversões), no valor de R\$ 418.152,26 (quatrocentos e dezoito mil, cento e cinquenta e dois reais e vinte e seis centavos) e

- conta contábil 123110301 (Aparelhos e utensílios domésticos), no valor de R\$ 3.116,00. (três mil cento e dezesseis reais).

No tocante à conta contábil 123110104 (Aparelho e Equipamento para esporte e diversões), cabe lembrar que, em 24 de novembro de 2017, a Universidade da Força Aérea encaminhou ofício nº 76/SECCMDO/9226, que trata da relação de materiais Olímpicos com valores depreciados, no qual seguiu a relação de materiais de atletismo adquiridos, entre outros Termos de Doação, como consta no TED nº 68/2015.

Em 21 de dezembro de 2017, foi celebrado o Termo de Doação nº 01/2017/SECEX/ME entre o Ministério do Esporte e a AGLO, cujo objeto é a doação, a título gratuito, dos bens relacionados nos Ofícios nº 11/EPO/9711, nº 76/SECCMDO/9226 e nº 418/CEFAN-MB.

Cabe ressaltar a Cláusula Segunda – Dos Deveres e das Obrigações do Donatário, como descrita a seguir:

f) A conferência dos bens doados será realizada de forma gradativa à medida que forem recolhidas das instalações militares para uso direto da AGLO e de entes da Administração pública devidamente habilitados:

Ainda quanto à TED nº 68/2015, a AGLO recebeu, em dezembro de 2017, os seguintes itens:

DESCRIÇÃO DO MATERIAL	VALOR R\$	VALOR DO MATERIAL TRANSFERIDO
Piso em madeira a ser usado em competição de RUGBY em cadeira de rodas nos jogos Paralímpicos. Total 1.063,30 m ²	235.213,22	235.213,22
Piso extra para quadra de competição de RUGBY em cadeira de rodas usados nos jogos Paralímpicos. Total 6.465,00 m ²	1.430,19	1.430,19
Piso em madeira a ser usado em competição de RUGBY em cadeira de rodas nos jogos Paralímpicos. Total 813,98 m ²	180.068,65	180.068,65
Piso extra para quadra de competição de RUGBY em cadeira de rodas usados nos jogos Paralímpicos. Total 6.465,00 m ²	1.430,19	1.430,19
TOTAL:	418.142,25	418.142,25

No entanto, na conta 123110104 é observado o valor de R\$ 418.152,26 (quatrocentos e dezoito mil, cento e cinquenta e dois reais e vinte e seis centavos), sendo que, por ocasião do lançamento da Nota de Sistema 2017NS/00045 pela AGLO, foi registrado o valor a maior de R\$ 10,01 (dez reais e um centavo).

Assim, no decorrer de 2018, será realizado o ajuste contábil necessário para regularização do valor contábil correto de R\$ 418.142,25 (quatrocentos e dezoito mil, cento e quarenta e dois reais e vinte e cinco centavos).

A conta 123110301 apresenta o valor de R\$ 3.116,00 (três mil cento e dezesseis reais), referente a aquisição de 04 purificadores de água a serem utilizados nas dependências da AGLO.

Resultado do Exercício:

O saldo de R\$ 2.522.481,00 (dois milhões quinhentos e vinte e dois mil, quatrocentos e oitenta e um reais) representa a apuração de um resultado positivo gerando dessa forma um Superávit, considerando que o valor é composto dos saldos das contas “caixa e equivalente de caixa” e “bens móveis”, considerando também a ausência de obrigações a pagar no “passivo circulante” e “passivo não circulante”.

Ativo Financeiro e Passivo Financeiro:

Neste grupo, destaca-se o saldo Patrimonial no valor de R\$ 434.624,01 (quatrocentos e trinta e quatro mil, seiscentos e vinte e quatro reais e um centavo) apurado pela diferença entre os somatórios das contas de ativo financeiro e ativo permanente menos o passivo financeiro.

Ativo Compensado e Passivo Compensado:

Atos Potenciais Ativos

Neste grupo, destaca-se um saldo de R\$ 189.043,88 (cento e oitenta e nove mil, quarenta e três reais e oitenta e oito centavos) referente aos valores recebidos e registrados como garantias contratuais das empresas contratadas pela AGLO no exercício de 2017, conforme quadro discriminado abaixo:

NOME DA EMPRESA	DESCRIÇÃO	Em R\$
APPA SERVIÇOS TEMPORARIOS E EFETIVOS LTDA.	Apólice nº 0707750206016, com vigência de 1º de dezembro de 2017 a 28 de fevereiro de 2019.	57.143,88
ATAC - FIRE EXTINTORES COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - EPP	Apólice nº 0407750256986, com vigência de 16 de novembro de 2017 a 16 de fevereiro de 2019.	53.500,00
A GERADORA ALUGUEL DE MAQUINAS S.A.	Apólice nº 014142017000107750062081, com vigência de 09 de novembro de 2017 a 06 de novembro de 2018.	74.400,00
MAC ID COMERCIO SERVICOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA.	Apólice nº 030692017990776001464000, com vigência de 1º de dezembro de 2017 a 30 de novembro de 2018.	4.000,00
	TOTAL:	189.043,88

Atos Potenciais Passivos

Representam os saldos das obrigações contratuais da autarquia, no valor de R\$ 8.509.948,59, (oito milhões, quinhentos e nove mil, novecentos e quarenta e

oito reais e cinquenta e nove centavos), conforme quadro abaixo:

812310201 - CONTRATOS DE SERVICOS EM EXECUÇÃO		
CNPJ	NOME DA EMPRESA	VALOR (Em R\$)
057.030.30/0001-88	CARDEAL GESTAO EMPRESARIAL E SERVICOS LTDA	2.209.133,70
110.331.29/0001-12	ENGEPAK OBRAS E SERVICOS LTDA - EPP	5.068.814,89
	TOTAL DOS CONTRATOS DE SERVICOS EM EXECUÇÃO:	7.277.948,59
812310301 - CONTRATOS DE ALUGUEIS EM EXECUÇÃO		
CNPJ	NOME DA EMPRESA	VALOR (Em R\$)
338.453.22/0001-90	A GERADORA ALUGUEL DE MAQUINAS S.A.	1.232.000,00
	TOTAL DOS CONTRATOS EM EXECUÇÃO:	8.509.948,59

Demonstrativo do Superávit/Déficit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial:

Neste grupo, destaca-se um saldo de R\$ 13.355,75 (treze mil, trezentos e cinquenta e cinco reais e setenta e cinco centavos) referente ao somatório das receitas financeiras no valor de R\$ 4.575,75 (quatro mil, quinhentos e setenta e cinco reais e setenta e cinco centavos) e R\$ 10.000,00 (dez mil reais), menos o valor de R\$ 1.220,00 (hum mil, duzentos e vinte reais) referente a "Restos a Pagar não Processados Inscritos".

III – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Evidencia as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas e foi elaborado com base no modelo apresentado no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP, 7ª edição.

O Balanço Orçamentário apresenta as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou déficit de arrecadação.

Ele demonstra, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

O Balanço Orçamentário é elaborado utilizando-se as classes 5, grupo 2 (Orçamento aprovado: previsão da receita e fixação da despesa) e classe 6, grupo 2 (Execução do orçamento: realização da receita e execução da despesa) do PCASP.

Receitas:

Não apresenta registro de valor de Previsão Inicial, Previsão Atualizada e Receita Realizada, tendo em vista que os recursos foram recebidos em forma de Transferência Financeiras Recebidas como sub-repasse recebido, cujo valor está na coluna de Ingressos do Balanço Financeiro.

Despesas:

Apresenta uma execução de despesas correntes empenhadas no valor de R\$ 6.660.179,96 (seis milhões, seiscentos e sessenta mil, cento e setenta e nove reais e noventa e seis centavos), e despesas de capital no valor de R\$ 3.116,00 (três mil, cento e dezesseis reais), totalizando o valor de R\$ 6.663.295,96 (seis milhões seiscentos e sessenta e três mil, duzentos e noventa e cinco reais e seis centavos).

As despesas liquidadas e pagas correntes somam o valor de R\$ 4.572.322,97 (quatro milhões, quinhentos e setenta e dois mil, trezentos e vinte e dois reais e noventa e sete centavos), e as despesas liquidadas e pagas de capital no valor de R\$ 3.116,00 (três mil cento e dezesseis reais), totalizando o valor de R\$ 4.575.438,97 (quatro milhões quinhentos e setenta e cinco mil, quatrocentos e trinta e oito reais e noventa e sete centavos).

IV – DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - DVP

Evidencia as alterações verificadas no Patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária e indica o resultado patrimonial do exercício.

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) é elaborada utilizando-se as classes 3 (variações patrimoniais diminutivas) e 4 (variações patrimoniais aumentativas) do PCASP, a fim de demonstrar as variações quantitativas ocorridas no patrimônio da entidade.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. O valor apurado compõe o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial (BP) do exercício.

Neste grupo destacam-se:

1. Variações Patrimoniais Aumentativas:

Apresenta o valor de R\$ 7.094.803,97 (sete milhões, noventa e quatro mil, oitocentos e três reais e noventa e sete centavos) referente aos ingressos de recursos, como descrito a seguir:

DESCRIÇÃO	EM R\$
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	10.000,00
Sub-repasse recebidos	6.666.651,71
Incorporação de bens doados	418.152,26
TOTAL:	7.094.803,97

2. Variações Patrimoniais Diminutivas:

Apresenta o valor R\$ 4.572.322,97 (quatro milhões, quinhentos e setenta e dois mil, trezentos e vinte e dois reais e noventa e sete centavos), que corresponde aos valores a seguir discriminados:

DESCRIÇÃO	EM R\$
Serviços uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	4.506.022,97
Indenizações	66.300,00
TOTAL:	4.572.322,97

Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo:

Despesas com Contratos de Serviços

EMPRESAS	EM R\$
A GERADORA ALUGUEL DE MAQUINAS S.A.	248.000,00
CARDEAL GESTAO EMPRESARIAL E SERVICOS LTDA	662.740,11
ENGEPAK OBRAS E SERVICOS LTDA - EPP	144.389,03
LIGHT SERVICOS DE ELETRICIDADE S A	3.249.195,98
SERPRO - SEDE - BRASILIA	2.266,00
UPDOWN EQUIPAMENTOS PARA EVENTOS LTDA - ME	199.431,85
TOTAL:	4.506.022,97

Indenizações:

O pagamento de R\$ 66.300,00 (sessenta e seis mil, e trezentos reais) refere-se a ajuda de custo e de quitação de pendências de pagamentos relativos a parcelas indenizatórias de ex-servidor, conforme processo SEI nº 58021.000119 /2017-17, Documento SEI (0062246).

Resultado Patrimonial do Período:

O Resultado Patrimonial do período no montante de R\$ 2.522.481,00 (dois milhões, quinhentos e vinte e dois mil, quatrocentos e oitenta e um reais) corresponde a quantia de R\$ 2.101.212,74 (dois milhões, cento e um mil, duzentos doze reais e setenta e quatro centavos) relativos ao valor de Caixa e Equivalente de caixa e a soma de R\$ 421.268,26 (quatrocentos e vinte um mil, duzentos e sessenta e oito reais e vinte e seis centavos) correspondente aos valores registrados no Imobilizado – Bens Móveis.

V – DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA – DFC

Esta Demonstração permite a análise da capacidade da entidade, de caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades.

A DFC é elaborada utilizando contas da classe 6 (Controles da Execução do Planejamento e Orçamento), com filtros pelas naturezas orçamentárias de receitas e de despesas, bem como funções e sub-funções.

Também faz uso, quando necessário, de outras contas e filtros para marcar a movimentação extra orçamentária que eventualmente transitar pela conta Caixa e Equivalentes de Caixa.

A soma dos três fluxos deverá corresponder à diferença entre o saldo de caixa e sua equivalência no exercício em relação ao saldo de exercícios anteriores.

Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento

Desembolsos:

O saldo desta rubrica no montante de R\$ 4.572.322,97 (quatro milhões, quinhentos e setenta e dois reais e trezentos e vinte reais e noventa e sete centavos) representa os desembolsos utilizados durante o exercício, referente aos pagamentos das despesas Serviços e Indenizações, conforme explicitado nas variações patrimoniais diminutivas da DVP.

Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa

O montante de R\$ 2.101.212,74 (dois milhões, cento e um mil, duzentos e doze reais e setenta e quatro centavos) resultou da diferença entre o ingresso de R\$ 6.676.651,71 (seis milhões, seiscentos e setenta e

seis mil, seiscentos e cinquenta e um reais e setenta e um centavos) - relativos aos valores de Sub repasse e Outros Recebimentos Extra orçamentários evidenciados no Balanço Financeiro e o desembolso das despesas de serviços, indenizações e compra de bens móveis no valor de R\$ 4.575.438,97 (quatro milhões, quinhentos e setenta e cinco mil quatrocentos e trinta e oito reais e noventa e sete centavos).

Rio de Janeiro, 16 de março de 2018.

NELSON ARAÚJO DOS SANTOS
CONTADOR - CRC/RJ 076092-O-7



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Araujo dos Santos, Assistente Administrativo**, em 23/03/2018, às 16:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, Inciso II, da [Portaria nº 144 de 11 de maio de 2017](#) do Ministério do Esporte.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.esporte.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0242982** e o código CRC **FD17C1DF**.